

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

**A EXPLICAÇÃO DEFINIDORA NOS DISCURSOS
CIENTÍFICOS E POLÍTICOS**

KLÉBIA ENISLAINE DO NASCIMENTO E SILVA

FORTALEZA

2007

KLÉBIA ENISLAINE DO NASCIMENTO E SILVA

**A EXPLICAÇÃO DEFINIDORA NOS DISCURSOS
CIENTÍFICOS E POLÍTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística (Área de concentração: Análise Lingüística).

Orientadora:
Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira

FORTALEZA

2007

SILVA, Klébia Enislaine do Nascimento e.
A explicação definidora nos discursos científicos e políticos. Klébia
Enislaine do Nascimento e Silva. — Fortaleza: [s.n.], 2007.
114 f.: il.; 30 cm.

Orientadora: Márcia Teixeira Nogueira
Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Ceará.
Programa de Pós-Graduação em Linguística.

1. Explicação Definidora. 2. Linguística. 3. Gramática Funcional. 4.
Discurso Científico. 5. Discurso Político. I. Nogueira, Márcia Teixeira. II.
Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Linguística.
III. Título.

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho da Dissertação é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

Klébia Enislaine do Nascimento e Silva

BANCA EXAMINADORA

Dra. Márcia Teixeira Nogueira - Orientadora
Universidade Federal do Ceará

Dr. Antônio Luciano Pontes

Dra. Emília Maria Peixoto de Farias

Dissertação aprovada em ____ de fevereiro de 2007.

À minha família,
por todo amor e incentivo
dados durante a realização desse trabalho

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus por ter me iluminado e me fortalecido durante a realização deste trabalho.

À minha mãe, Maria do Nascimento, por me mostrar que o esforço é o melhor caminho para se alcançar um objetivo.

Ao meu esposo, Lauro Antônio Carvalho Alves, pelo amor e companheirismo de todos os dias.

À minha orientadora Márcia Teixeira Nogueira, por ter acreditado em mim e me guiado nos momentos mais difíceis.

A Universidade Federal do Ceará (UFC), pela excelência do ensino no país.

Aos professores da Pós-Graduação em Linguística da UFC, especialmente, a Emília Maria Peixoto de Farias, Maria Elias Soares, Nelson Barros da Costa, Lívia Baptista, Ana Célia, pelo apoio no desenvolvimento dessa pesquisa.

Ao Prof. Yvanovick Dantas Valério, por ter me cedido as gravações dos Seminários Linguísticos.

As minhas amigas Núbia Lúcio de Alencar e Paula Perpétua Barros Maciel, pela amizade verdadeira de sempre; pelo incentivo e apoio durante a realização desse trabalho.

À Nadja Paulino Pessoa, Ednúsia Pinto de Carvalho, Ana Raquel e Edna Vieira, pelas contribuições essenciais dadas a essa pesquisa.

Aos bolsistas Jois, Edelaine e Welson, pela ajuda nas transcrições dos *corpora*.

A Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa (FUNCAP), pelo apoio financeiro fundamental a realização dessa dissertação.

“As palavras têm vida. Vestem-se de significados. Mascaram-se. Contagiam-se com as outras palavras próximas. ‘Dançam conforme a música’, tocada no salão de baile onde estão. O salão é o discurso e é aí que elas cristalizam momentaneamente uma de suas máscaras” (BACCEGA, 1995, p.6)

RESUMO

SILVA, Klébia Enislaine do Nascimento. **A explicação definidora nos discursos científicos e políticos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Lingüística – Área de concentração: Análise e Descrição Lingüística). Programa de Pós-Graduação em Lingüística. UFC. Fortaleza.

Este trabalho tem por objetivo analisar, comparativamente, o uso das estratégias de reformulação com função de explicação definidora nos discursos científicos e políticos, considerando, de modo integrado, aspectos textual-semânticos e pragmático-discursivos. Tal análise assume uma perspectiva textual-interativa, isto é, busca verificar os processos reformulativos do texto em situações concretas, observando-se o lingüístico dentro do interacional. Sendo a explicação definidora um dos recursos pelo qual o falante/autor articula seu texto, nada mais apropriado do que um exame deste recurso numa vertente funcionalista da gramática. Na pesquisa aqui proposta, observamos que o emprego de tais construções não está restrito à consideração desse procedimento como estratégia textualizadora relacionada, em geral, ao propósito de garantir a compreensão, por parte do ouvinte, do que foi formulado, mas estabelece a relação entre as opções lingüísticas no nível textual e a construção argumentativa dos discursos.

Palavras-chave: explicação definidora; funcionalismo; discurso; persuasão.

ABSTRACT

SILVA, Klébia Enislaine do Nascimento. **The defining explanation of scientific and political discourse.** 2007. Dissertation (Master's degree in Linguistics – concentration area: Linguistics Analyse and description). Program of Post-Graduation in Linguistics. UFC. Fortaleza.

This work aims at comparatively analyzing the use of reformulation strategies which performs the function of explanation in scientific and political discourse and takes into account textual-semantic and pragmatic-discursive aspects in an integrated way. This analysis embraces a textual-interactive perspective, that is, attempts to verify the reformulation procedures in concrete situations, observing the linguistic elements within interactional activities. As defining explanation is one of the resources used by the speaker in the articulation of her or his text, analyzing this resource in a functionalist approach is adequate. In this research, we have observed that the use of such reformulative constructions is not restricted to the conception of this procedure as a textualizing strategy employed by the speaker to ensure the addressee's comprehension of the utterance. Actually it also establishes the relationship between linguistic options in the textual level and the argumentative construction of the discourses.

Keywords: defining explanation; functionalism; discourse; persuasion

LISTA DE ABREVIATURAS

SL - Seminários Lingüísticos

DP – Discurso Político

DC – Discurso Científico

PR – Pronunciamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Considerações iniciais	15
Objetivos	17
Hipóteses	20
Suporte teórico	21
Organização do trabalho	21
PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
CAPÍTULO 1 - BASES TEÓRICAS	24
1.1. Paradigma Funcional	24
1.2. Pressupostos gerais da Linguística Textual	28
1.2.1. Estratégias de formulação textual	30
1.4. Síntese do capítulo	33
CAPÍTULO 2 –REFORMULAÇÃO TEXTUAL	34
2.1. Bases conceituais da reformulação textual	34
2.1.1. Tipos de reformulação	37
2.1.2. Reformulação: uma função das inserções parentéticas	41
2.1.3. Os marcadores reformulativos	42
2.2. Síntese do capítulo	47
CAPÍTULO 3 – A DEFINIÇÃO	48
3.1. A noção de definição	48
3.2. Definição e argumentação	53
3.3. A explicação definidora: propósitos pedagógicos	55
3.4. Síntese do capítulo	57
CAPÍTULO 4 – NOÇÃO DE DISCURSO: NOTAS SOBRE O DISCURSO CIENTÍFICO E O DISCURSO POLÍTICO	58
4.1. O que é discurso?	58
4.1.1. O Discurso especializado	58

4.1.2. O Discurso científico	60
4.1.3. O Discurso político	62
4.1.4. Semelhanças e diferenças entre o discurso científico e o discurso político	64
4.2. Síntese do capítulo	66

PARTE II – UMA ANÁLISE DO USO DAS EXPLICAÇÕES DEFINIDORAS NOS DISCURSOS CIENTÍFICO E POLÍTICO 67

CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA 68

5.1. Constituição, delimitação e caracterização dos <i>Corpora</i>	68
5.1.1. Os Seminários Lingüísticos	68
5.1.2. Os Discursos oratórios da Assembléia Legislativa	69
5.2. Procedimentos de análise	71
5.3. Categorias de Análise	71
5.3.1. Quanto aos aspectos sintático-semânticos	72
5.3.1.1. Complexidade léxico-sintática.....	72
5.3.1.2. Tipo de marca de definição	73
5.3.2. Quanto aos aspectos textual-discursivos	74
5.3.2.1. Funções textual-discursivas.....	74
5.4. Síntese do capítulo	76

CAPÍTULO 6: RESULTADOS: ANALISE E DISCUSSÃO 77

6.1. Uso de explicação definidora nos discursos científicos e políticos.....	77
6.2. Quanto aos aspectos sintático-semânticos.....	80
6.2.1. Complexidade léxico-sintática.....	80
6.2.2. Tipo de marca de definição	86
6.3. Quanto aos aspectos textual-discursivos.....	90
6.3.1. Funções textual-discursivas.	90
6.4. Breve Conclusão da Análise.	99

CONCLUSÃO 100

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 104

ANEXOS..... 109

Anexo I: Adaptação das normas do NELFE – UFPE	110
---	-----

Anexo II – O pacote computacional Varbrul..... 112

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1: Uso de explicações definidoras nos discursos científicos e políticos.....	78
Gráfico 2: Complexidade léxico-sintática nas explicações definidoras(%).....	81
Gráfico 3: Complexidade léxico-sintática nos discursos científicos e políticos (%).....	83
Gráfico 4: Uso de marcas de definição nas explicações definidoras(%).....	86
Gráfico 5: Funções textual-discursivas no <i>corpus</i> (%).....	92
Gráfico 6: Tipo de explicações definidoras nos discursos científicos e políticos.....	94
Quadro 1: Etapas de produção prévia dos discursos científicos e políticos.....	64

INTRODUÇÃO

“Entender uma linguagem é saber usar certos sons (ou marcas) para expressar pensamentos, atitudes, desejos, dúvidas e, também, para transmitir informações a propósito do mundo”. (HEGENBERG, 1974, p. 62).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação nasceu a partir de leituras e reflexões feitas no âmbito da Linguística Textual sobre o recurso da reformulação, em particular da paráfrase com função de explicação definidora. Durante as leituras e no contato com diferentes *corpora* de língua portuguesa surgiram alguns questionamentos cujas respostas não encontramos em noções e pontos de vistas defendidos por pesquisadores nessa área de investigação.

O tratamento dado às estratégias de reformulação, quando consideradas apenas como um recurso facilitador da compreensão textual por parte do ouvinte, não era suficiente para explicar todos os seus usos, como o que encontramos no pronunciamento do Presidente Lula a respeito do crescimento das exportações dos produtos brasileiros para os países da América do Sul:

(01) O crescimento das nossas exportações para a América do Sul é uma coisa surpreendente, *ou seja, não foi a América do Sul que descobriu o Brasil, foi o Brasil que descobriu a América do Sul, foi o Brasil que deu importância na sua relação com a América do Sul e os resultados estão aí.* (PR966 - DP).

Afirmar que a reformulação acima funciona apenas como uma estratégia textual com o propósito de garantir a compreensão dos enunciados formulados, a partir da pressuposição de possíveis dificuldades para que esta compreensão se efetive por parte do ouvinte/leitor é, para nós, negar uma das funções mais importantes da reformulação: a função argumentativa.

Em busca de entender como o falante/autor utiliza tal recurso iniciamos este estudo. Logo no início de nossa pesquisa, verificamos que a reformulação é um recurso multifuncional e que deveríamos, por necessidade de aprofundamento e exigüidade de tempo, delimitar a nossa pesquisa a apenas uma dessas funções, considerada por nós como uma das mais importantes: a reformulação feita mediante uma paráfrase com função de explicação

definidora, isto é, a paráfrase que, ao reformular, define e explica o significado do segmento anterior.

A decisão de analisar somente as explicações definidoras também foi influenciada pelo fato de que, ao se definir ou explicar algo, o falante/autor pode fazê-lo de inúmeras maneiras segundo o objetivo que ele deseja alcançar. Dessa forma, definir ou delimitar conceitos é uma estratégia que auxilia a obtenção daquilo a que visa o enunciador.

Este trabalho consta de uma investigação no âmbito da descrição e análise linguística do uso da explicação definidora, considerada como estratégia de reformulação textual-discursiva, nas conferências proferidas em seminários realizados na Universidade Federal do Ceará (discurso científico) e nos discursos oratórios realizados na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (discurso político), por meio de uma análise comparativa.

Ao delimitarmos a pesquisa, formulamos a seguinte pergunta central:

Quais as diferenças entre o uso de explicações definidoras, aqui consideradas como estratégias de reformulação textual-discursiva, em discursos científicos e políticos?

E algumas questões específicas:

I - O tipo de discurso determina a frequência maior ou menor do uso da paráfrase com função de explicação definidora? E se determina, como determina?

II - Que relação há entre os dois tipos de discurso e a complexidade léxico-sintática no segmento reformulador?

III - Que tipos de marcas de definição são recorrentes em cada tipo de discurso e por quê?

IV - Que tipo de definição predomina nos discursos científicos e políticos e por qual razão?

V - Quais os propósitos/efeitos de sentido observados no recurso a estratégias de explicação definidora?

É importante esclarecer aqui que a opção em comparar o uso das estratégias de reformulação com função de explicação definidora nos discursos científicos e políticos foi motivada por se tratarem de tipos de discursos expositivo-argumentativos que se constroem de maneira distinta, com objetivos distintos. Enquanto no primeiro se visa à construção de um texto claro e a argumentatividade é utilizada de forma menos persuasiva, apelativa; no segundo, há um alto grau de argumentatividade, já que se tem a necessidade de convencimento do que se diz e persuasão do ouvinte/leitor. Não se deseja aqui negar a argumentatividade presente no discurso científico, até mesmo porque, como afirma Koch (1998), o uso da linguagem é essencialmente argumentativo, uma vez que se busca, por meio

desta, atuar sobre o outro. Parece-nos que existem, no entanto, graus diferentes de manifestação da função argumentativo-atitudeal¹ nesses discursos.

Outro fator que motivou nosso estudo foi a leitura da tese de Nogueira (1999b), na qual a autora analisa as funções textual-discursivas da aposição não-restritiva como estratégia de reformulação textual em textos técnico-didáticos, oratórios e dramáticos. Esta autora verifica que o enunciador utiliza-se de paráfrases e correções do conteúdo ou da expressão lingüística da primeira unidade apositiva, de modo diferenciado, conforme os propósitos enunciativos e pressuposições dos autores em cada um desses gêneros. Segundo Nogueira (1999b), a paráfrase pode assumir as seguintes funções: a) redenominação; b) generalização; c) exemplificação; d) particularização; e) reformulação metalingüística entre conteúdos proposicionais; f) explicação definidora.

Na pesquisa aqui proposta, analisamos a paráfrase como explicação definidora na tentativa de aprofundar o estudo do uso de tal recurso, observando com que propósitos enunciativos/efeitos de sentido é utilizado nos discursos científicos e políticos, já que esse tipo de reformulação é relevante para a consistência e eficácia da argumentação.

OBJETIVOS.

As pesquisas sobre reformulação parecem restringir seu interesse à consideração desse procedimento como estratégia textualizadora relacionada, em geral, ao propósito estrito de garantir a compreensão dos enunciados formulados, a partir da pressuposição de possíveis dificuldades para que esta compreensão se efetive por parte do ouvinte/leitor. Contrariamente, a investigação que aqui se propõe busca transcender tais limites, estabelecendo a relação entre as opções lingüísticas no nível textual e a construção argumentativa dos discursos científico e político. Desse modo, mais do que apreciar as estratégias de reformulação com função de explicação definidora, com base nos critérios de ordem semântica, lexical ou proposicional, a pesquisa a que se refere esta dissertação busca comparar, de um modo integrado, os aspectos formais, textual-semânticos e pragmático-discursivos que caracterizam esse tipo de reformulação em duas instâncias discursivas: a do discurso científico e a do discurso político.

Hilgert (1989), apesar de aceitar que algumas atividades de formulação textual como exemplificar, parafrasear, explicar, corrigir etc., não cumprem apenas a função de assegurar a

¹ cf. NOGUEIRA (1999)

compreensão, uma vez que afirma que elas, de maneira indireta, desempenham a função de contribuir para aceitação da intenção ilocucional, não desenvolve este ponto. Dessa forma, propomos, neste trabalho, uma verificação do papel desempenhado pela paráfrase como explicação definidora, uma vez que este recurso, ao delimitar um conceito, determina a extensão exata e o modo como o enunciador deseja que tal conceito seja compreendido em um determinado contexto, o que é relevante para os propósitos do enunciador.

Além disso, há o fato de que a maior parte das pesquisas já realizadas sobre o tema (HILGERT, 1989; BARROS, 1993; JUBRAN, 1999; entre outros) priorizam o texto oral. Na investigação que aqui se propõe, a reformulação é analisada em textos de modalidade híbrida, textos que antes de serem falados, ou mesmo lidos, foram previamente escritos. Trata-se de discursos oratórios que, por serem previamente escritos, permitem um planejamento verbal que se refletirá na elaboração argumentativa do texto e, por serem realizados na presença do interlocutor, apresentam um nível de interação e envolvimento que caracterizam a modalidade oral (cf. NOGUEIRA, 1999b). Mesmo que o grau de dialogicidade² nas situações de proferimento dos discursos políticos e científicos analisados durante esta pesquisa seja bem menor, tendo em vista que somente um interlocutor discorre de forma monológica sobre um tema, a presença de outro interlocutor garante a dialogicidade, uma vez que há interação face a face. Segundo a classificação de Hilgert (1989), este tipo de diálogo é denominado diálogo assimétrico, pois um interlocutor tem privilégio em detrimento do(s) outro(s), ou por força convencional ou pela instituição que o interlocutor privilegiado representa. Este pode começar o diálogo, terminá-lo, fazer perguntas, enfim, conduzir o tema em questão.

Outra questão que determinou a opção por textos híbridos foi por estes serem elaborados sem a presença do interlocutor, o que dá ao seu autor a possibilidade de edição, de fazer mudanças quantas vezes ele achar necessário e, em se tratando de textos planejados de antemão, os procedimentos de reformulação – paráfrase com função de explicação definidora – não são utilizados da mesma forma que na fala espontânea, pois o enunciador, à medida que planeja o que vai ser proferido na ausência do interlocutor, apenas pressupõe as dificuldades de compreensão que este poderá ter no momento da interação. Dessa forma, o uso do recurso da reformulação em tais discursos não decorre, apenas, de dificuldades na constituição do

² HILGERT (1989, p.52) define dialogicidade como “a dinâmica da alternância de turnos na interação. Quanto mais intensa for essa alternância, maior será a dialogicidade da conversação”. É válido observar que dialogicidade não se confunde com o conceito de dialogismo de Bakhtin (1989), já que neste a noção de diálogo é vista em um sentido mais amplo, além da relação de tomada de turnos em uma interação face a face. Bakhtin concebe que há diálogo em qualquer tipo de comunicação verbal. O dialogismo dá-se em toda recepção e reação à palavra do outro, sendo um fenômeno psíquico, abstrato. Bakhtin assume que a natureza da linguagem é essencialmente dialógica. Dessa forma, o homem, por ser um ser falante, é também dialogante, já que dialoga com a linguagem do outro atuando sobre ela.

próprio texto conduzidas por injunções da dinâmica conversacional. Isto indica que este tipo de estratégia de reformulação em textos planejados de antemão não cumpre apenas o propósito de tornar o texto mais claro, facilitando a compreensão por parte do interlocutor, isto é, não decorre apenas de dúvidas surgidas no momento da interação, mas da pressuposição dessas.

Por isso, acreditamos que as estratégias de reformulação – em especial a paráfrase com função de explicação definidora – em tais discursos estão vinculadas muito mais às escolhas lingüísticas dos oradores e o seu percurso na construção dos sentidos, já que os problemas de formulação neste tipo de texto devem ser resolvidos durante a produção deste e, geralmente, sem interrupção do interlocutor.

Vale salientar que essa condição de planejamento verbal de produção prévia dos textos do *corpus* não exclui, obviamente, a possibilidade de recurso a explicações definidoras adicionais no momento da apresentação, conforme decisões do orador.

Outro ponto relevante nessa pesquisa está em analisar o uso da reformulação com função de explicação definidora como estratégia de manipulação, tendo em vista que aquele que parafraseia conduz tematicamente o diálogo (WENZEL³, 1981 *apud* HILGERT, 1989).

Além disso, procuramos, com a presente pesquisa, descrever e analisar a definição como um recurso reformulador multifuncional, utilizado por meio de escolhas lexicais feitas pelo indivíduo; associando tais escolhas à linguagem usada em situações comunicativas particulares (conferências e discursos políticos).

Verificamos em que tipo de discurso, científico ou político, é mais freqüente o uso de reformulação com função de explicação definidora e discutimos como e por que essa diferença ocorre.

Analisamos também as opções em tais discursos quanto à complexidade léxico-sintática, isto é, se a paráfrase usada é mediante uma expansão, uso de uma unidade léxica e sintaticamente mais complexa que define a unidade anterior; ou mediante uma condensação, uma unidade lexical e sintaticamente mais simples nos dois tipos de discursos, tentando interpretar esta diferença funcionalmente.

Identificamos os tipos de marcas de definição recorrentes em ambos os discursos; tais como predicados de estado (identificadores), marcadores reformulativos, etc.

³ WENZEL, A. Funktionen Kommunikativer Paraphraser. In: SCHRODER, P. & STEGER, H. (orgs.) – **Dialogforschung**. Jahrbuch des institutes für deutsche Sprache 1980 (Sprache Gegenwart 54). Düsseldorf, Schwann, 1981, p.385-401.

Buscamos identificar o tipo de explicação definidora que predomina em ambos os discursos e analisar os propósitos/efeitos de sentido, aqui tratados como funções textual-discursivas, mais frequentes neles.

Ainda como objetivo dessa análise, apresentamos uma proposta tipológica das estratégias de reformulação com função de explicação definidora nesses discursos.

HIPÓTESES

Nossa hipótese central é que os aspectos sintáticos, textual-semânticos e pragmático-discursivos distinguem as estratégias de reformulação com função de definição identificadas em conferências proferidas em seminários (discurso científico) e em discursos oratórios realizados na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (discurso político).

Em virtude do propósito de garantir precisão e adequação conceitual a termos científicos, o uso da reformulação com função de definição parece ser mais frequente em conferências proferidas em seminários (discurso científico), do que em discursos oratórios realizados na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (discurso político).

Além disso, acreditamos que a complexidade léxico-sintática no discurso político seja maior, tendo em vista que tal recurso é utilizado para orientar a construção (criativa) de uma imagem pelo interlocutor. Já no discurso científico, parece predominar a necessidade de precisar e definir termos técnicos e, na maioria das vezes, recorre-se a uma definição já estabelecida por um autor ou uma teoria.

As marcas de definição mais recorrentes em ambos os discursos provavelmente sejam os predicados de estado; tais como os verbos *ser*, *significar* e a expressão “quer dizer”, uma vez que esses elementos são recorrentes em predicções identificacionais.

Supomos que os propósitos metalingüísticos de adequação terminológica devem estar presentes nas explicações definidoras das conferências, e as explicações definidoras que visam muito mais à construção, axiologicamente orientada, da argumentação devem ser frequentes nos discursos oratórios.

SUPORTE TEÓRICO

Esta pesquisa enquadra-se na orientação teórica funcionalista, buscando explicar o caráter mediador da expressão lingüística na interação verbal, pois assumimos que a construção da argumentatividade nos discursos científicos e políticos, associada ao uso do recurso de reformulação, paráfrase com função de explicação definidora, é ainda mais decisiva para a obtenção dos propósitos persuasivos dos enunciadores/oradores.

Ao abordarmos o uso das explicações definidoras no contexto em que elas são utilizadas, concebemos, tal como Gouveia (1996), que a comunicação lingüística não existe fora da interação social e que uma definição deve ser estabelecida em um determinado contexto. Assim, tentamos observar, em nossa análise, todos os componentes que, segundo Hilgert (1989), baseado nas idéias de Motsch e Pasch⁴ (1987), constituem uma atividade lingüística (AL): a enunciação (e); a intenção do locutor/autor em atingir o seu objetivo (int); as condições necessárias para que tal objetivo seja alcançado (cond) e as conseqüências decorrentes de lograr-se tal objetivo (cons).

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A presente dissertação divide-se em duas partes:

Na primeira, fazemos uma revisão teórica de caráter amplo do paradigma funcional, no qual nosso trabalho se insere e um panorama das estratégias de formulação textual sob a visão da Lingüística Textual.

Além disso, revisamos o recurso de reformulação textual, discutindo a visão de alguns teóricos que trataram do assunto, assim como as tipologias das funções da reformulação. Em seguida, ainda nesta parte, avaliamos o papel da definição dentro da visão lógica e da visão lingüística. Mesmo que seja esta última a que nos interessa, não podemos negar que ela descende da Lógica. Depois, fazemos uma ampla discussão a respeito do caráter argumentativo da definição.

Também na primeira parte, tratamos dos *corpora* deste estudo: os discursos científicos e políticos, abordando as semelhanças e diferenças entre ambos.

⁴ MOTSCH, W. & PASCH, R. illokutive Handlungen. In: MOTSCH, W. (org) – **Satz, text, sprachliche handlung**. Berlim (Oriental), Akademie-Verlag, Studia Grammatica XXV, 1987, p. 11-79.

Na segunda parte, fazemos a análise propriamente dita, ou seja, uma análise comparativa do uso da explicação definidora nos *corpora* propostos.

Dessa forma, esperamos que esta dissertação constitua material relevante para o estudo da explicação definidora e, de um modo geral, para o desenvolvimento da teoria lingüística e para o ensino da língua.

PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1

BASES TEÓRICAS

“... colocar como objeto de investigação a língua em uso é ter presente que o uso da linguagem e a produção de texto se fazem na interação”. (NEVES, 2006, p.15)

1.1. PARADIGMA FUNCIONAL

A análise do uso das estratégias de reformulação textual com função de definição nos discursos científicos e políticos que se propõe neste estudo assume uma perspectiva textual-interativa, isto é, busca-se uma verificação dos processos reformulativos do texto em situações concretas, observando-se o lingüístico dentro do interacional.

Buscando-se observar a relevância das reformulações, em particular da paráfrase com função de explicação definidora na construção dos enunciados em situações de interação, assume-se a orientação do paradigma funcional, em que a língua é considerada um instrumento de interação social entre os seres humanos, usada com a intenção de estabelecer interações comunicativas; por isso é tida como um sistema que deve ser estudado dentro do uso real.

Nogueira (2005) explica que, apesar de haver diferentes vertentes funcionalistas (funcionalismo *praguense*, funcionalismo inglês, funcionalismo holandês, funcionalismo norte-americano) distinguidas principalmente pelo nível de generalização e abstração das propostas teóricas, entre outros aspectos, [elas possuem um mesmo “fio condutor”]: todas se interessam, primordialmente, pelas relações que se estabelecem entre forma e função.

Dessa forma, o paradigma funcional se interessa, primordialmente, pelas funções que as expressões lingüísticas desempenham na mediação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte. Nos termos de Dik (1997, p. 3), a interação verbal é uma atividade estruturada, posto que é regida por normas, regras e convenções; e cooperativa, pois envolve pelo menos dois participantes para que os objetivos comunicativos sejam alcançados. Assim, uma análise lingüística não deve estar restrita ao estudo do sistema de regras gramaticais (semânticas, sintáticas, morfológicas, fonológicas) que constitui a expressão lingüística, mas

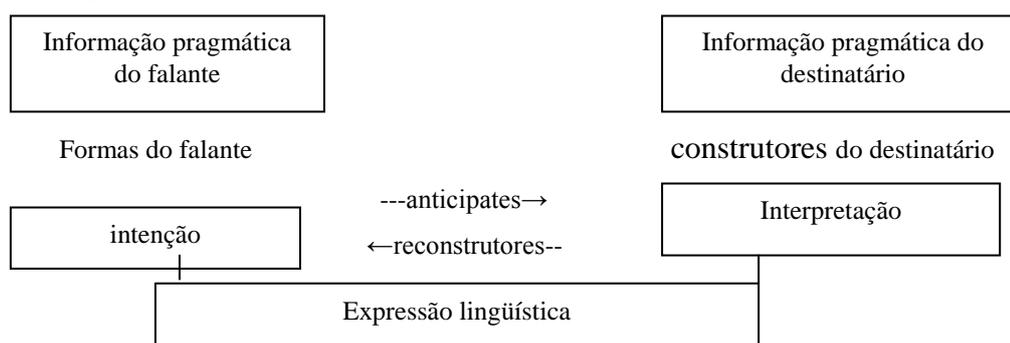
considerá-las dentro dos padrões de uso que envolvem as regras pragmáticas de interação verbal.

A proposta de Dik é a de que os componentes sintático e semântico não devem ser estudados isoladamente, porque somente uma análise destes componentes dentro do quadro mais amplo da pragmática pode oferecer uma visão mais completa do fenômeno lingüístico, ou seja, os componentes devem ser observados de maneira integrada, como um organismo no qual todos os membros exercem um papel hierarquicamente determinado para o desenvolvimento do todo.

Há cinco capacidades essenciais às regras de comunicação lingüística que devem ser incorporadas ao modelo de uso da língua, segundo Dik (1997, p. 1)

- (i) a capacidade lingüística, que permite produzir e interpretar expressões lingüísticas de grande complexidade e variedade estrutural e em grande número de situações comunicativas;
- (ii) a capacidade epistêmica, que possibilita construir, manter e explorar um conhecimento organizado. Dessa forma, torna possível derivar, arquivar, recuperar e utilizar tais conhecimentos de maneira apropriada nas expressões lingüísticas;
- (iii) a capacidade lógica, que proporciona por meio de princípios de raciocínio dedutivo e lógico, derivar novas peças de conhecimento, a partir das existentes.
- (iv) a capacidade perceptual, que permite, por meio da percepção, usar o conhecimento adquirido tanto na produção quanto na interpretação das expressões lingüísticas;
- (v) a capacidade social, que possibilita não apenas saber o que dizer, mas como dizer a informação numa situação comunicativa particular, auxiliando a obtenção dos objetivos do falante.

Além das capacidades essenciais às regras de interação verbal, segundo a proposta desse autor, há o seguinte modelo de interação no qual tanto o falante quanto o ouvinte têm informação pragmática:



Segundo esse modelo, o falante constitui sua fala em função da informação pragmática (conhecimento de mundo) que tem, juntamente com sua intenção e suas pressuposições da informação pragmática do seu destinatário. O destinatário constitui sua interpretação a partir da expressão lingüística, de sua informação pragmática e da reconstrução das intenções do falante.

Em relação ao recurso de definição, isso significa que o falante utiliza a paráfrase com função de explicação definidora ao constituir seu discurso segundo a informação pragmática que tem, juntamente com sua intenção e suas pressuposições da informação pragmática do seu ouvinte. O ouvinte constitui sua interpretação a partir da expressão lingüística, da definição dada pelo falante; de sua informação pragmática e da reconstrução das intenções do falante.

Em relação ao termo *função* na teoria funcionalista, tal como expõe Nichols (1984, p.98), trata-se de um termo polissêmico e não um conjunto de homônimos. Todos os sentidos significam dependência de algum elemento estrutural dado com outro elemento lingüístico de outra ordem ou domínio, seja ele estrutural ou não-estrutural; e eles todos estão relacionados com o papel que um dado elemento estrutural exerce no todo, na linguagem e na comunicação.

Nichols (op. cit.) classifica cinco usos do termo *função* na literatura: a) função/interdependência: relacionado à inter-relação entre as formas, covariação; b) função/propósito: propósito do uso da linguagem relacionado com os atos de fala (pergunta, ordem, declaração, etc); c) função/contexto: diz respeito a como os contextos são refletidos pela língua no discurso; d) função/relação: relação de um elemento estrutural com uma unidade de ordem superior; e) função/significado: relacionada a significação dos elementos em relação aos propósitos e contextos pragmáticos. Vale ressaltar que os usos do termo *função* não são mutuamente excludentes e a maioria das acepções desse termo se referem ao propósito comunicativo ou contexto situacional.

A noção de “função” em Halliday (1985, p.14) segue a acepção de função/contexto, relacionada ao papel desempenhado pela linguagem na vida dos indivíduos, servindo aos múltiplos e variados propósitos sociocomunicativos, e não a “função” que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura de unidades maiores. É essa noção de função que utilizamos na investigação do uso das estratégias de reformulação, em particular a paráfrase como explicação definidora, em discursos científicos e políticos, já que objetivamos investigar a funcionalidade do uso deste tipo de paráfrase e os propósitos sociocomunicativos com que é utilizada.

O sistema lingüístico, nessa teoria, é visto como um conjunto de escolhas que geram significados, ou seja, um construto formal de “rede sistêmica”, uma vez que a língua, ou parte dela, é representada como uma rede de opções (escolhas) de que o falante dispõe para construir seu texto. Dessa forma, as expressões lingüísticas são responsáveis em estabelecer os significados no uso. (cf. HALLIDAY, 1985)

Halliday (1985) estuda as relações de significação, buscando fazer a correspondência entre os sistemas lingüísticos e a função desempenhada por estes, ou seja, analisar as relações sistemáticas entre os âmbitos estrutural e funcional da linguagem. Neves (2006, p. 18), resumindo a idéia de gramática desse autor, afirma que, este “assenta sua gramática numa base sistêmica (e paradigmática), na qual o enunciado não parte de uma estrutura profunda abstrata, mas das escolhas que o falante faz quando o compõe para um propósito específico, com elas produzido significado”.

Uma gramática, nessa perspectiva, deve abranger tanto os estudos do sistema, quanto do texto e deve também compreender a multifuncionalidade dos itens na estrutura, pois não há uma arbitrariedade, nem isomorfismo de função para forma, ou de forma para função. Uma função pode ser desempenhada por várias formas, da mesma forma que uma forma pode desempenhar múltiplas funções no sistema lingüístico.

Nichols (1984, p. 97) faz uma comparação entre as gramáticas estrutural, formal e funcional descrevendo o que se propõe cada uma delas. A gramática estrutural tem o propósito de descrever as estruturas gramaticais, já a gramática formal tenta construir um modelo formal de linguagem e descrever os fenômenos que servem a partir dele e a gramática funcional, além analisar a estrutura gramatical, observa, também, a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, os participantes, o contexto discursivo. Segundo Nichols (1984), é justamente a situação comunicativa que motiva, restringe, explica, ou seja, determina a estrutura gramatical. A gramática funcional, diferentemente da formal e da estrutural, não propõe um modelo, mas uma explicação baseada na situação comunicativa.

Comparando os paradigmas formalistas e funcionalistas, Neves (1997) cita Dik (1989, p.5-8) e comenta o seguinte: segundo o paradigma funcionalista, a linguagem não é um objeto autônomo, isto é, não é suficiente em si mesma e não pode ser vista fora do contexto do uso, pois é sujeita às pressões dele, o que se contrapõe à visão de linguagem do modelo formal em que a linguagem parece auto-suficiente. Enquanto dentro do paradigma formal a língua é definida como um conjunto de orações que têm a principal função de expressão de pensamentos e seu correlato psicológico é baseado na competência lingüística, isto é, na capacidade de produção e interpretação de orações, em que o estudo desta é priorizado em

detrimento da atuação; no paradigma funcional, a língua é definida como um instrumento de interação com a função primordial de comunicação. Neste, é a competência comunicativa a base do correlato psicológico, a habilidade de interação social por meio da língua. Neste paradigma, a aquisição da linguagem dá-se mediante de um *input* extenso e estruturado de dados a que se expõe o indivíduo no contexto natural; ao contrário, naquele, a linguagem é adquirida por meio de propriedades inatas e de um *input* restrito. Os universais lingüísticos são inatos segundo a perspectiva formal; de acordo com a funcional, deriva do uso da linguagem, ou seja, das necessidades e habilidades do homem.

É relevante esclarecer que a opção em abrigar no paradigma funcionalista este trabalho não significa que este é melhor que o paradigma formalista, já que assumimos, com Dillinger (1991), que eles podem ser vistos como complementares. A opção pelo paradigma funcionalista foi motivada, principalmente, pela escolha do tema e do objetivo de analisar os propósitos comunicativos e as intenções do locutor em situações concretas de uso das estratégias de explicação definidora.

1.2. PRESSUPOSTOS GERAIS DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL

Nesta seção, faz-se necessária a realização de uma breve incursão à Lingüística Textual a fim de que possamos relacionar as estratégias de formulação textual ao objeto de pesquisa de nosso estudo - a reformulação com função de explicação definidora nos discursos científicos e políticos, porque um estudo funcional trata, antes de tudo, da interpretação do texto⁵, das unidades de uso. (cf. NEVES, 2006)

Com a necessidade de tratar fenômenos que as gramáticas de frase não abrangiam, tais como a correferência, a pronominalização, a ordem das palavras no enunciado, a concordância dos tempos verbais, entre outros, surgiu na Europa, mais especificamente, na Alemanha, nos anos 60, a Lingüística Textual. Esse ramo da Lingüística toma como objeto, não mais a frase ou o enunciado, mas o texto, como forma de manifestar a linguagem. Foi a partir da Lingüística Textual que se iniciou o estudo do texto como um todo de significação; e não só o texto começa a ser analisado, mas o contexto de enunciação. Isso porque quase todos

⁵ Para uma concepção de texto, assume-se aqui a proposta de Marcuschi (1983), que integra tanto os aspectos relativos à caracterização do texto na imanência do sistema lingüístico, como os aspectos funcionais e intencionais que o caracterizam como uma unidade comunicativa: O texto é o resultado atual das operações que controlam e regulam as unidades morfológicas, as sentenças e os sentidos durante o emprego do sistema lingüístico numa ocorrência comunicativa. (MARCUSCHI, 1983, p.11).

os fenômenos, nas mais diversas áreas da Lingüística, Semântica, Pragmática, Sintaxe, Fonética, podem e devem ser analisadas tendo como unidade básica de estudo o texto. (cf. FÁVERO e KOCH, 2005)

Ciapuscio (2003) afirma que o estudo tendo por base o texto não é relevante apenas a Lingüística, posto que auxilia a vários outros campos de investigação, como a Psicologia Cognitiva, a Antropologia, a Sociologia, a História entre outros. Neves (2000a) afirma que o texto é unidade de uso e função.

A adoção do texto como objeto de investigação não foi um processo simples e uniforme, decorrendo daí várias concepções e propostas teórico-metodológicas que são tradicionalmente reconhecidas: a escola Tagnêmica (LONGACRE, 1983)⁶; a gramática Sistemico-Funcional (HALLIDAY, 1994)⁷, a escola de Birmingham (COULTHARD, 1994), a Análise do Discurso francófona e a Lingüística Textual. (cf. FÁVERO e KOCH, 2005).

Na evolução da Lingüística Textual, podemos citar três momentos principais: as análises transfrásticas; as gramáticas de texto e as teorias do texto. O primeiro momento se caracteriza por analisar as regularidades que transcendem os limites dos enunciados com o objetivo de verificar o tipo de relações que se estabelecem entre eles, tais como as relações referenciais, correferência, etc. Dessa forma, passa-se a observar a relação entre as seqüências dos enunciados e não mais a frase isoladamente. Apesar desse avanço, aqui ainda não era considerada a situação comunicativa para a análise dos elementos textuais.

No segundo momento de evolução da Lingüística Textual, o das gramáticas de texto, verificam-se os princípios que constituem o texto, levantando-se os critérios para a delimitação deste e diferenciando-se os seus tipos com o objetivo de explicar os fenômenos que a gramática do enunciado não poderia.

No terceiro momento, busca-se analisar o texto em seu contexto pragmático. A investigação se estende do texto ao contexto, ou seja, fazem parte da análise: a produção, a recepção e a interpretação do texto. Contribuem para o surgimento das teorias do texto: a *teoria dos atos de fala*, a *lógica das ações* e a *teoria lógico-matemática dos modelos*. A partir desse momento, incorpora-se a Pragmática aos estudos lingüísticos, passando-se a analisar a situação comunicativa em que o texto é introduzido.

⁶ LONGACRE, R. E. Discourse, Paragraph and sentence structure in selected philippine Languages. Summer Institut of Linguistics, Santa Ana, Califórnia, 1970 In: FÁVERO, Leonor Lopes e. KOCH, Ingedore G. V. **lingüística Textual: introdução**. 7ª. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

⁷ HALLIDAY, M. A. K. "Functional Diversity in Language" In: *Foundations of Language* 6, 1970a, 311-361. In: FÁVERO, Leonor Lopes e. KOCH, Ingedore G. V. (Op. Cit.)

Fávero e Koch (2005), tendo por base as idéias de Brinkmann (1971), lembra que o texto é caracterizado tanto pelo que nele está presente como pelo que não está efetivamente presente. Podemos perceber que não importa só o que o falante explicita no seu texto, mas o que se pode inferir sobre as intenções e pressuposições deste. A partir de então, os estudos lingüísticos começam a observar que o enunciado é constituído de intenções e pressuposições, aspectos relevantes para a compreensão do texto e que, portanto, fazem parte de uma análise funcionalista.

Koch *et al.* (2002), a respeito da competência comunicativa, afirma que esta é manifestada no momento em que a atividade lingüística é efetivada pelo falante/ouvinte, ou seja, na interação verbal. A observação dessa competência dá-se a partir das regularidades expressas no texto e pelas operações de produção destes, uma vez que tais operações evidenciam o sistema de desempenho lingüístico, ou seja, os dados contidos no texto possibilitam observar o modo como o falante utiliza o sistema lingüístico.

Daí vários temas referentes à Lingüística Textual vêm sendo observados nos estudos funcionalistas, tais como, as noções de Tópico e Foco tendo, nesse ramo da Lingüística, como afirma Neves (2006, p.29), “um aliado no tratamento do processo de constituição dos enunciados”.

Vale ressaltar que Ciapuscio (2003) caracteriza a Lingüística Textual como uma corrente lingüística funcionalista, especialmente por ter como objeto de estudo a estrutura e a função dos textos na sociedade e pela amplidão de enfoques e perspectivas em que eles são vistos. A autora justifica sua afirmação baseada nos enfoques e perspectivas de estudo do texto observados por Heinemann y Viehweger (1991): 1) a chamada *Gramática de Texto*: textos como totalidades transfrásticas; 2) concepção semântica: textos como conjuntos semânticos; 3) enfoque pragmático-funcional: textos como objetos pragmáticos; 4) enfoque cognitivo: textos como resultados de processos mentais.

1.2.1. ESTRATÉGIAS DE FORMULAÇÃO TEXTUAL

Para formulação de um texto oral ou escrito, o falante utiliza-se de várias estratégias, tendo em vista os objetivos a serem alcançados, já que todo enunciado é constituído de intenções. O enunciado reflete escolhas que irão causar certo efeito de sentido e cumprir determinadas funções.

Antos⁸ (1992 *apud* HILGERT, 1996), em sua Teoria da Formulação, conceitua o ato de fala como uma atividade de organização textual que envolve vários processos como esclarecer, explicar, exemplificar, precisar, fundamentar, resumir, parafrasear, recapitular.

Koch (1998) classifica as estratégias textuais ou textualizadoras em: a) atividades de distribuição da informação na oração, relação dado/novo; b) atividades de formulação, inserção ou reformulação; c) atividades de referenciação e d) atividades de balanceamento de informações explícitas e implícitas na oração. Segundo Nogueira (2003), essas estratégias pertencem a planos diferentes e, sendo assim, podem se sobrepor. A inserção, por exemplo, pode cumprir o propósito de reformulação e, ao mesmo tempo, se relacionar com a distribuição da informação nova ou dada na oração e, também, estar relacionada ao balanceamento de conteúdos implícitos ou explícitos no texto.

Concebemos a paráfrase como explicação definidora como uma estratégia textual-discursiva que pode desempenhar várias atividades ao mesmo tempo, tais como reformular e fazer um balanceamento das informações explícitas e implícitas.

A paráfrase é vista como procedimento que garante o reconhecimento pelo interlocutor das intenções do enunciador. Assim, o falante/autor produz o seu texto com a intenção de que o seu interlocutor compreenda-o e o aceite, uma vez que aquele visa sempre a uma resposta, de preferência positiva, de seu interlocutor.

Dessa forma, supõe-se que, nos discursos previamente escritos de uma conferência proferida durante um seminário, as estratégias de reformulação, em particular a paráfrase com função de definição, são utilizadas, principalmente, com o propósito de garantir a compreensão, por parte do ouvinte, do que foi formulado, ocorrendo, de certa forma, algo menos axiologicamente marcado. Contrariamente, no discurso político previamente escrito para ser proferido na Câmara dos Deputados, tais construções são utilizadas com propósitos mais argumentativos, que vão além da busca de adequação conceitual.

Portanto, a presente pesquisa busca observar tais estratégias textualizadoras como mecanismos de perspectivização e não só de identificação ou de auxílio na inteligibilidade do texto escrito; verificando a eficácia da interação, principalmente no discurso político, em que tais estratégias buscam persuadir muito mais do que garantir a compreensão textual, já que é mediante tal discurso que o político convence seus eleitores de algo, perspectivado sob sua ótica particular. Não se questiona o que é verídico ou não; mas o que pode ser dito ou

⁸ ANTOS, Gerd. **Grundlagen einer Theorie des Formulierens**. Tübingen: Max Niemeyer, 1982.

concebido como verídico em um determinado contexto, por meio de considerações inseridas no discurso em momentos específicos.

A respeito disso, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) afirmam que as atribuições dadas a um determinado objeto do discurso dependem muito mais de fatores socioculturais e antropológicos do que de fatores meramente referenciais. Assim, a reformulação nas paráfrases com função de explicação definidora pode ser vista como um importante mecanismo pelo qual um único objeto pode ser designado segundo diferentes perspectivas (NOGUEIRA, 1999b). Em conseqüência, pretende-se aqui transcender os limites textuais para a análise das definições como estratégia de reformulação textual nos gêneros em questão.

1.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO

O presente capítulo buscou apresentar um panorama geral das características do paradigma funcionalista, tais como concepção de língua, papel do falante, do interlocutor e da expressão lingüística na interação verbal, entre outros. Expôs, ainda, os pressupostos gerais da Lingüística Textual e alguns conceitos sobre estratégias de formulação textual.

Ao contrário do paradigma formal em que a língua é vista como um objeto autônomo, o paradigma funcional concebe a língua como um instrumento de interação verbal entre os seres humanos, sujeita às pressões do uso, isto é, a situação comunicativa é que motiva o uso das expressões lingüísticas. Sua principal função é estabelecer comunicação entre os seus usuários. Dessa forma, analisa-se a competência comunicativa, ou seja, a capacidade que o falante tem de interagir por meio da linguagem. Há uma relação de interdependência entre a sintaxe, a semântica e a pragmática: a pragmática é vista como o quadro que deve abranger os estudos da semântica e da sintaxe.

Em relação à Lingüística Textual, viu-se que ela rompe com os estudos no âmbito da frase ou do enunciado e passa a analisar o texto e o contexto de enunciação. Foi a partir desse ramo da Lingüística que diversos fenômenos puderam ser explicados, tais como a correferência, a pronominalização, entre outros. Também com o seu desenvolvimento, passou-se a observar as condições de produção dos textos, as intenções do falante e as pressuposições, inferências que tanto o falante quanto o interlocutor fazem no texto, a partir dele e do contexto em que ele é manifestado.

Vimos, também, que o falante/autor utiliza diversas estratégias para formular o seu texto, de acordo com os objetivos que ele deseja alcançar. Na formulação de um texto são utilizados vários processos: esclarecer, explicar, exemplificar, parafrasear, etc. E é justamente nesse ponto que se insere o nosso objeto de investigação: a paráfrase com função de explicação definidora.

CAPÍTULO 2

A REFORMULAÇÃO TEXTUAL

“As estratégias de persuasão do discurso caracterizam o sujeito da enunciação por seu modo de ação. Apresentam-se, sobretudo, como ‘escolhas’ da enunciação de tempo, de espaço e de ator (de pessoa), com a finalidade de convencer seu destinatário da verdade (ou falsidade) de seu discurso.” (BARROS, 2001, p. 53).

2.1. BASES CONCEITUAIS DA REFORMULAÇÃO TEXTUAL

Uma das estratégias de formulação muito utilizada é a reformulação, principalmente em se tratando de um discurso oral, no qual o falante tem inúmeras maneiras de reformular o que foi dito anteriormente de maneira que o seu enunciado se torne mais claro e preciso. Além desse objetivo, a reformulação pode evidenciar uma opção do falante por uma determinada forma de organizar a informação.

Hilgert (1989, p.118), citando Motsch e Pasch⁹ (1987, p.16), lembra que a realização de qualquer atividade lingüística decorre da relação dialógica entre o enunciador e o enunciatário, na medida em que aquele que enuncia visa a um objetivo que deve ser realizado por este:

Uma pessoa produz um enunciado lingüístico (e) e quer com ele conseguir (int) que uma outra pessoa mostre uma determinada reação. Para esse fim aquela considera determinadas condições (cond) e avalia possíveis conseqüências (cons). (cf. MOTSCH e PASCH, *op.cit.*),

Para que tal objetivo seja alcançado, o enunciador deve-se assegurar de que o enunciatário reconheça sua intenção e aceite o que foi dito e, assim, realize o objetivo a que o enunciador visa. Isso depende da formulação adequada da enunciação. Assim, Motsch e Pasch (*ibidem*) distinguem cinco tipos de atividades lingüísticas: as ilocucionais, tais como prometer, louvar; as perlocucionais, como divertir, assustar; as atividades de composição

⁹ MOTSCH, Wolfgang e PASCH, “Renate.Ilokutive Handlungen”. In: Motsch, W. (org.) – **Satz, Text, Sprachliche Handlung**. Berlim (oriental), akademie-verlag, Studia Grammatica XXV, 1987, p.11-79. In: HILGERT, J. G. **A paráfrase- um procedimento de constituição do diálogo**. Tese de doutorado. São Paulo, 1989, 461p.

verbal, como narrar, argumentar; as inerentes à natureza do texto, como responder, refutar; e as atividades de composição do texto, explicar, completar, repetir, parafrasear, corrigir, resumir, etc.

Hilgert (1989), parafraseando as idéias de Wunderlich¹⁰ (1976) e Antos¹¹ (1982), distingue as atividades lingüísticas destinadas especificamente à estruturação do texto, como organização do turno, a organização da alternância e da manutenção deste, e as atividades que asseguram a compreensão, tais como completar, corrigir, parafrasear, precisar, repetir, resumir.

Segundo Hilgert (1989), as atividades de fundamentar e justificar visam à aceitação do enunciatário, já as atividades como explicar, completar, repetir, parafrasear, resumir, corrigir, visam ao reconhecimento das intenções do enunciador pelo enunciatário. Essas atividades são denominadas como *atividades de formulação enunciativa*. Algumas dessas atividades podem, em determinada situação, realizar os objetivos de aceitação do enunciatário.

Assim, a formulação do texto deve ser adequada ao objetivo que se deseja alcançar, eliminando dúvidas a respeito das intenções do enunciador, uma vez que estas devem ser reconhecidas pelo enunciatário. Dessa forma, o texto conversacional deve ser considerado como uma seqüência de atividades lingüísticas progressiva e alternadamente realizadas pelos interactantes.¹²

O texto conversacional, por ser constituído de atividades lingüístico-comunicativas, é visto como um conjunto estruturado de atos ilocucionais, em que os enunciados são responsáveis pela interação face a face entre os interlocutores e pela imagem destes; e a produção de seus enunciados pode ser vista em si mesma, uma vez que se trata de uma seqüência de atividades de constituição ou de composição textual.

Hilgert (1989) afirma que o texto conversacional é extremamente passível de problemas de formulação, tendo o enunciador de recorrer a algumas estratégias de reformulação para resolvê-los. Assim, esses “problemas” de formulação são os responsáveis por desencadear as atividades de reformulação, as “turbulências” denominadas por Marcuschi (1986, p. 30), ou nos termos de Gülich e Kotschi¹³ (1987a, p. 223), “Störungen”

¹⁰ WUNDERLICH, H. *Unsere umgangsprache in der Eigenart ihrer satzfügung*. Weimar, Berlim, 1894.

¹¹ *Ibid.*

¹² (cf. BANGE e KAYSER 1987; GÜLICH e KOTSCHI, 1987^a; MOTSCH e PASCH, 1987; WUNDERLICH, 1894 *apud* HILGERT, 1989).

¹³ GÜLICH, Elisabeth & KOTSCHI, Thomas. Reformulierungshandlungen als Mittel der Textkonstitution: Untersuchung zu französischen Texten aus mündlicher Kommunikation. In: MOTSCH, W. (org). **Satz, Text, sprachliche Handlung**. Berlim, Akademie-Verlag, Styudia Grammatica, XXV, 1987 a., pp. 198-269.

(perturbações), ou “Probleme”, segundo Antos¹⁴ (1982, p.127 e ss.), ou ainda, “trouble-source”, como nomeados por Schegloff, Jefferson e Sacks¹⁵ (1997, p 363).

Um problema de formulação ocorre sempre que o enunciador não dispõe de uma alternativa de formulação imediata e definida no momento em que formula o seu texto. Para Schegloff, Jefferson e Sacks¹⁶ (1997), um problema de formulação não se dá apenas por falha na formulação, mas também na busca da palavra adequada, no momento em que o enunciador hesita em pronunciar algo. Para Gülich e Kotschi¹⁷ (1987a, p. 223), os “Störungen” podem acontecer por uma antecipação de um problema de compreensão por parte do falante que não considera o enunciado suficientemente adequado.

Hilgert (1989) classifica esses problemas em: problemas formulados (verbalizados) e não formulados (não verbalizados). Os problemas formulados são aqueles que o enunciador só percebe quando já formulados ou durante a sua formulação. Os problemas não formulados são os que o enunciador, antes de verbalizar, demora a eleger uma alternativa para o seu enunciado, buscando uma expressão ou um termo mais adequado para o que deseja formular. Algumas vezes, o processo de formulação só termina depois de várias tentativas de acerto por meio de atividades meta-reformativas. No estudo da reformulação, são os problemas já formulados que devem ser analisados. Assim, qualquer necessidade que o interlocutor sinta de reformular, parafrasear, ou repetir algo é considerado um problema de formulação.

Segundo Antos¹⁸ (1982, p.147 *apud* HILGERT, 1989, p. 154), a resolução dos problemas de formulação é feita mediante uma relação de causa e efeito. Assim, a passagem de um “estágio textual” (T1) para um “estágio textual” (T2) significa que um problema de formulação foi solucionado. Dessa forma, um texto é o resultado de sucessivas soluções de problemas de formulação e sua produção consiste em sua formulação e na resolução de seus problemas, sendo, dessa forma, um processo de formulação progressivo.

Em textos previamente escritos como os dos *corpora* que utilizamos nesse estudo, acreditamos que tais “problemas” cumprem muito mais a função de demonstrar as escolhas argumentativas do autor do que propriamente uma resolução de um “erro”, como ocorre no texto falado sem planejamento prévio. E, em se tratando do uso da reformulação como paráfrase em uma explicação definidora, algumas vezes, na apresentação dos seminários ou nos discursos, o orador se dá conta que determinados termos ou expressões podem ser

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ SCHEGLOFF, Emanuel A. JERFFERSON, Gail. E SACKS, Harvey. “The preference for self-correction in the organization of repair in conversation”, *Language*, 53, 1977, pp.361-82.

¹⁶ *op. cit.*

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Ibid.*

desconhecidas do interlocutor o que poderia ser um “problema” para a compreensão do enunciado por parte deste. Daí a necessidade de reformular.

2.1.1. TIPOS DE REFORMULAÇÃO

Hilgert (1993b) e Barros (1993) classificam dois tipos de reformulação: a paráfrase e a correção.

Segundo Fuchs (1995), o termo “paráfrase” surge por volta dos anos 60, devido ao tríplice desenvolvimento das pesquisas: tratamento automático dos textos, estudo sistemático das relações entre frases pelas gramáticas transformacionais e as preocupações semânticas alargadas da palavra ao enunciado.

A paráfrase vem sendo muito estudada na lingüística hoje sob várias concepções divergentes. Como a paráfrase é uma noção nada fácil de precisar, há uma série de caracterizações opostas dela: a) pode-se considerar a paráfrase como um dado imediato da consciência lingüística dos locutores X, produto das construções teóricas dos lingüistas; b) ou como uma atividade lingüística dos sujeitos X, objeto lingüístico resultante dessa atividade; c) ou, ainda, como uma relação entre o enunciado e suas reformulações X, relação entre todos os enunciados virtualmente equivalentes na língua. (cf. FUCHS, 1995).

Há três principais fontes históricas que fomentam a reflexão atual da paráfrase. A primeira é a perspectiva lógica da equivalência formal, em que se compartilha a idéia tomada da lógica de que “duas paráfrases são formalmente equivalentes na medida em que compartilham uma propriedade comum” (cf. FUCHS, 1995, p. 130). A segunda, a perspectiva gramatical da sinonímia, aborda a paráfrase na sentença e divide-se em duas concepções: a quantitativa, a qual observa que várias palavras podem ter o mesmo sentido e a qualitativa, que analisa as diferenças semânticas entre as palavras e as diferenças no emprego delas.

As duas abordagens, equivalência semântica e sinonímia semântica, tratam a paráfrase como uma relação virtual da língua, isto é, como uma propriedade intrínseca de grupos de enunciados nada relacionada com a prática lingüística concreta dos sujeitos.

A terceira, a perspectiva retórica da reformulação, aborda a paráfrase no plano do discurso, concebendo-a como uma atividade que permite restaurar o conteúdo de um *texto-fonte* ou parte deste em um *texto-secundo*. O objetivo nessa perspectiva retórica é estudar as reformulações adotadas em função do contexto e das circunstâncias que o compõem. (cf. FUCHS, 1995, p. 130). É sob uma perspectiva integradora, isto é, de consideração dos

aspectos sintáticos e semânticos do quadro de uso, de funcionamento concreto da língua, que observamos o uso das paráfrases com função de explicação definidora.

Assumimos que a paráfrase é um enunciado lingüístico que reformula o enunciado anterior, mantendo com este uma relação de equivalência e não de identidade. Isto ocorre, de um modo geral, quando o segundo elemento tem a capacidade de ocupar o mesmo lugar sintático do primeiro, dentro de um mesmo contexto. Segundo Gülich e Kotschi¹⁹, (1987b) citado por Hilgert (1989), em uma situação em que o falante põe duas ou mais vezes a mesma intenção ilocucional, o que é parafraseado é o enunciado que colocou primeiro a questão. Assim, a paráfrase é vista como um desdobramento de uma mesma atividade ilocucional.

Hilgert (1993) observa três aspectos para a análise da paráfrase: a) o aspecto distribucional; b) o aspecto operacional; c) o aspecto semântico. Segundo o primeiro aspecto, a paráfrase pode ser adjacente ou não. Se for, o elemento reformulador segue imediatamente o elemento matriz; se não, alguma seqüência textual se insere entre esses dois componentes. O segundo aspecto caracteriza a paráfrase dependendo de quem parafraseia o enunciado e de quem é a iniciativa deste parafraseamento. Assim, se o falante parafraseia seu próprio enunciado, caracteriza-se uma autoparáfrase; caso o seu interlocutor o faça, tem-se uma heteroparáfrase. Estas ainda podem ser auto-iniciadas, se é o próprio enunciatador que toma a iniciativa da reformulação; ou heteroiniciada, se é o interlocutor quem toma a iniciativa.

As autoparáfrases auto-iniciadas cumprem a função de definir noções, conceitos, propõem soluções, precisam ou explicitam uma unidade de sentido, sublinham pertinências temáticas, procedem à adequação vocabular (HILGERT, 1993). Nas heteroparáfrases auto-iniciadas, Hilgert identifica duas técnicas de ratificação: a) o uso de “sinais do ouvinte” do tipo “certo”, “exato”, “isso”, marcadores do tipo “é”; “exatamente isso”; b) a repetição total ou parcial do enunciado de reformulação. Esse tipo de paráfrase ocorre com a finalidade de assegurar a intercompreensão entre os interlocutores. Assim, o uso de tal procedimento permite ao locutor certificar-se de que está atingindo seus objetivos conversacionais e, caso haja algum problema de compreensão, permite as retificações necessárias. Ademais, permite observar se a compreensão desejada está sendo aceita, se deve prosseguir ou introduzir um tópico novo, enfim se há “solidariedade discursiva”²⁰ entre os interlocutores, estimulando, assim, a produção textual. No nosso estudo, observamos somente as autoparáfrases

¹⁹ GÜLICH, Elisabeth & KOTSCHI. Les actes de reformulation dans la consultation “La Dame de Caluire”. In: BANGE, P. (org.) – *L’analyse des interactions verbales* – La dame de Caluire: une consultation. Berna, Frankfurt, Nova Iorque: Paris/lang, 1987b, pp.15-81.

²⁰ Hilgert (1995, p. 238)

autoiniciadas, uma vez que se trata de textos previamente escritos e, mesmo que sejam proferidos na presença de interlocutores, é o falante/autor quem tem o poder do turno durante todo o tempo de seu discurso.

Segundo o aspecto semântico, a reformulação é determinada por um alto grau de equivalência semântica entre o elemento matriz e o seu reformulador por retomar o enunciado sem alteração ou com alteração pouco significativa e a equivalência referencial é concebida como uma equivalência fraca. A paráfrase quebra a progressividade do texto, por ser, como afirma Rath (1979, p.188)²¹ citado por Hilgert (1989, p. 31), “constituída por dois enunciados sucessivos com igualdade ou semelhança comunicativa entre si”, estabelecendo-se na constância na articulação tema-rema.. O ER (enunciado reformulador) reformula vocábulos, expressões, sintagmas, sem que eles constituam atividades ilocucionais. O que se parafraseia não é a unidade comunicativa, mas a unidade semântico-gramatical (cf. MOTSCH e PASCH, 1987, P. 66 *apud* HILGERT, 1989, p. 122).

Segundo Hilgert (1996), uma vez que a função geral das paráfrases é assegurar a intercompreensão conversacional entre os interlocutores, ela se situa principalmente no predicado. Nesta perspectiva informacional da frase, a paráfrase é de natureza remática, já que a ela cabe garantir a compreensão pelo enunciatário da informação nova na articulação tema/rema. Assim, ela quase não ocorre no tema, já que é dispensável formular o já conhecido.

Há um deslocamento de sentido do enunciado matriz à paráfrase, uma vez que há a necessidade de caracterização da equivalência de sentido entre a matriz e o conteúdo parafraseado e os movimentos semânticos determinam a formulação das paráfrases e de suas funções. Os movimentos semânticos básicos são a especificação e a generalização. No primeiro, a abrangência semântica da matriz é maior do que a da paráfrase, indo do geral para o específico. No segundo, a abrangência semântica da matriz é menor que a da paráfrase; assim, desloca-se do específico para o geral, passando-se de uma informação explícita mais detalhada para uma informação mais geral (cf. HILGERT, 1996).

O deslocamento de sentido relacionado às características léxico-semânticas da paráfrase dá-se por meio de uma expansão – quando a paráfrase se realiza por um enunciado lexical e sintaticamente mais complexo que o elemento matriz e, do ponto de vista semântico, bem menos abrangente; e de uma condensação – quando a paráfrase se realiza por uma unidade lexical e sintaticamente mais simples, porém mais abrangente semanticamente.

²¹ RATH, Rainer. **Kommunikationspraxis: Analysen zur Textbildung und Textgliederung im Gesprochenen Deutsch**. Göttingen, Vandenhoeck e Ruprecht, 1979. In: Hilgert (op. cit.)

Assim, quanto mais restrita for a abrangência semântica da paráfrase, mais desenvolvido será o enunciado textualizado e, inversamente, quanto mais ampla for a abrangência semântica, mais condensado é o enunciado textualizado, uma vez que o enunciado parafrástico tende a ser inversamente proporcional à sua abrangência semântica (cf. HILGERT, 1996). É esse deslocamento de sentido, em expansão ou condensação, que interessa a nossa investigação.

Sabendo-se que a função geral da paráfrase é garantir a intercompreensão conversacional, as paráfrases desenvolvem algumas funções específicas segundo sua tipologia: a) as paráfrases expandidas cumprem as funções de definir termos abstratos mencionados no elemento matriz e explicitar, tornar mais claro, afirmar, com precisão, informações contidas no elemento matriz; esta função se manifesta principalmente por meio de exemplificação; b) as paráfrases condensadas sintetizam as informações contidas no elemento matriz ou retomam a formulação analítica em um termo ou expressão semanticamente abrangente; c) as paráfrases paralelas especificam o termo ou a expressão parafraseada, além de adequar o vocabulário e ampliar o leque de sentido do elemento matriz. Em nossa pesquisa, acreditamos que a recorrência de paráfrases expandidas nos discursos científico e político seja maior, por esse tipo de paráfrase ser muito utilizado em explicações definidoras, e, ao se explicar ou definir um termo ou expressão por meio de uma paráfrase, tende-se a expandir a unidade anterior.

O segundo tipo de reformulação é a correção. Ela ocorre quando o conteúdo formulado é tido como não adequado e, por esse motivo, deve ser substituído por uma nova opção lingüística. Como a correção não diz respeito à definição, não será aprofundado o seu estudo aqui.

Vale ressaltar que os tipos de reformulação não são distinguidos apenas por relações semânticas, mas também pelo tipo de marcadores que são empregados nos enunciados, distinguindo-se, assim, dois tipos de marcas: a) prosódicas, como pausas, mudanças na curva entonacional, velocidade da elocução, alongamentos, etc; b) verbais, expressões do tipo *quer dizer, ou melhor, em outras palavras, em termos, desculpe*, etc. (cf. GÜLICH e KOTSCHI, 1987a. *apud* HILGERT, 1989). Para o estudo aqui proposto, será observado apenas o segundo tipo de marcas.

2.1.2. REFORMULAÇÃO: UMA FUNÇÃO DAS INSERÇÕES PARENTÉTICAS

A reformulação é uma das propriedades das inserções parentéticas. Essas são concebidas, segundo Jubran (1999), como recursos que os interlocutores utilizam na articulação do texto falado, demonstrando o envolvimento destes com o ato de fala e suas posições dentro da situação de enunciação.

Jubran (*op.cit.*) propõe uma tipologia das funções textual-interativas dos parênteses dentro de uma perspectiva funcionalista, mais especificamente, em uma abordagem textual-interativa, uma vez que assume o interacional como inerente ao lingüístico.

A reformulação está relacionada à primeira classe de parênteses²² proposta pela autora e têm como foco o conteúdo tópico, desempenhando as seguintes funções textual - interativas: a) exemplificação, em que são introduzidas no texto dados factuais que comprovam o que está sendo dito e apontam o envolvimento do locutor com o assunto, assim como sua atitude em relação ao conhecimento do que afirma; b) esclarecimento, em que se faz um detalhamento dos dados; c) ressalvas, retoques e correção, por meio dos quais se ajusta o significado da proposição mediante observações que ampliam ou restringem tal significado (ressalvas) ou se reformula a informação anterior, repetindo-se a informação e atribuindo-lhe alguns acréscimos (retoques) ou, ainda, se anula a informação anterior (correção).

Os parênteses relacionados com a formulação lingüística do tópico “desviam da centração tópica, colocando em foco o sistema verbal que está sendo utilizado pelos interlocutores” (JUBRAN, 1999, p. 136). Estes desempenham uma função metalingüística, já que focalizam a própria linguagem, cumprindo as funções de explicitação do significado de palavras, explicação do valor de uma palavra no contexto; de busca de denominações por expressões que indicam que a segunda unidade apresentada é mais apropriada que a primeira, tais como *mais precisamente, sobretudo, isto é, quer dizer*; por justaposição ou alternância de sinônimos – expressões que podem ocupar o mesmo lugar sintático do referido SN; mediante frases que registram um procedimento metalingüístico; por meio de comentários do locutor a respeito de uma opção lexical; por expressões que indiquem que a opção lingüística escolhida aproxima-se do que se quer comunicar, tais como *digamos assim, podemos dizer assim, por assim dizer*, (imprecisão); pela co-participação dos interlocutores na construção do texto – o

²² Nas relações semânticas em construções apositivas não-restritivas, segundo a proposta de Quirk *et al* (1985), a reformulação é um subtipo de equivalência semântica.

locutor interrompe o desenvolvimento do tópico discursivo a fim de chamar o interlocutor para dentro do texto com o objetivo de ajudá-lo a encontrar uma melhor denominação.

É por meio dos procedimentos parentéticos que se põe à mostra o processamento discursivo, já que eles expõem as avaliações que os interlocutores do quadro sócio-comunicativo no qual interagem.

2.1.3. OS MARCADORES REFORMULATIVOS

Nesta seção, faremos uma breve explanação das principais características dos marcadores reformulativos que, conforme afirma Marcushi (1989), são formas responsáveis pela sintaxe da interação, pela segmentação e pelo encadeamento das estruturas lingüísticas, além de organizarem o pensamento no momento da interação, sustentarem o turno, indicarem o início e o fim de cada fala e monitorarem o ouvinte.

Os marcadores vêm ao longo dos anos sendo foco de estudo de muitos autores em diversas línguas, principalmente dos que tratam dos processos de gramaticalização e de discursivização. Podemos citar aqui, dentre muitos outros, os estudos de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) no alemão; Fraser (1990), Vicent, Votre e Laforest (1993) no inglês; Koch (1987), Marcuschi (1989), Risso, Silva e Urbano (1996), Martelotta, Votre e Cezário (1996), Nogueira (2001) no português. Isto se dá porque aqueles que se interessaram ou se interessam pela Análise da Conversação ou pelos estudos da Língua Oral perceberam que há determinados elementos responsáveis ou pela organização do texto ou pelo monitoramento da interação. São os denominados “marcadores conversacionais” (“back-channels”), (E. GÜLICH, *op.cit.*; B. WACKERNAGEL - JOLLES, 1973a; R. RATH (*op.cit.*); R. MEYER - HERMANN, 1983; E. ROULET *et al*, 1985 e MARCUSCHI, 1989)²³ ou “marcadores discursivos” (RISSO, SILVA e URBANO, *idem*; CASTILHO, 1989), ou “operadores argumentativos”(KOCH, 1987); "conectores extraoracionais"(CORTÉS 1991), ou “relacionantes supraoracionais” (FUENTES 1996)"conectores argumentativos" (PORTOLÉS 1989)²⁴, "enlaces extraoracionais"(GILI GAYA, 1943), ou ainda, “marcadores de aposição” (MEYER, 1992 e NOGUEIRA, *op.cit.*) entre outros nomes dados a esses elementos.

No momento da interação, os marcadores conversacionais são usados como um auxílio pelo enunciador na construção da informação ajudando-os na reorganização do

²³ Todas essas referências foram retiradas de Marcushi (1989).

²⁴ PORTOLÉS, J. *Marcadores del discurso*. Barcelona: Editora Ariel, 1998.

pensamento; ao mesmo tempo, marcam, para o enunciatário, as reformulações feitas pelo enunciador, já que a fala passa por inúmeras reformulações até que se construa o enunciado desejado e que se alcance uma melhor compreensão das informações.

Risso, Silva e Urbano (1996, p. 55-57), analisando os marcadores discursivos (denominação que assumiram), observam nove propriedades destes elementos de natureza textual – interativa:

- I - São mecanismos verbais da enunciação cujas funções são desempenhadas geralmente entre a projeção das relações interpessoais;
- II – São exteriores ao conteúdo proposicional, operando no plano da atividade enunciativa como embreantes dos enunciados com as condições da enunciação;
- III – Acomodam o significado denotativo das palavras que os constituem, assim perdem parcialmente sua transparência semântica;
- IV – São sintaticamente independentes, isto é, não integram a estrutura oracional;
- V – Acompanham-se de pauta prosódica demarcativa evidenciando sua independência sintática;
- VI – Não constituem enunciados completos, não tendo autonomia comunicativa;
- VII – Têm extensão reduzida a uma ou duas palavras, ou massa fônica restrita a um limite de três sílabas;
- VIII – Possuem alta frequência ou recorrência no espaço textual;
- IX – São formas cristalizadas, com pouca variação fonológica, flexional, ou de construção.

Uma subclasse desses marcadores são os denominados marcadores reformulativos, elementos usados para indicar a relação de reformulação entre uma unidade anterior com uma posterior, sejam elas: sintagmas, orações, ou períodos inteiros, de maneira que o enunciado se torne mais claro e preciso. (cf. NOGUEIRA, 2001).

Ao mesmo tempo em que os marcadores reformulativos servem para amparar as reformulações, eles evidenciam uma opção do falante por uma determinada forma de organizar a informação, já que são utilizados segundo as escolhas feitas pelo enunciador e estabelecem tipo de relação existente entre a primeira e a segunda unidade.

Para Hyland (1998 a) os marcadores de reformulação são elementos que funcionam para o enunciatário como auxiliares na compreensão do conteúdo ideacional proposto no texto, pois veiculam explicações, informações adicionais e comparações.

Segundo Portolés (1998) os marcadores reformuladores servem para introduzir um outro segmento sob uma nova perspectiva daquilo que foi escrito ou dito antes. Isso se dá

quando o enunciador percebe que a interpretação do enunciatório não foi a pretendida em sua formulação. Dessa forma, o enunciador reelabora o enunciado em busca de êxito.

Segundo Martelotta, Votre e Cezário (1996), os marcadores discursivos relacionados à reformulação podem desempenhar as seguintes funções: a) marcar hesitações ou reformulações; b) modalizar o discurso; c) marcar mudanças de direção comunicativa; d) criar reticências; e) retomar referentes mencionados anteriormente, transformando-os em tópico para o que vai ser dito em seguida; f) marcar o plano discursivo de fundo e g) preencher vazios causados por pausas.

As expressões *isto é*, *ou seja* e *quer dizer* são marcadores tipicamente reformulativos, funcionando como pronomes demonstrativos anafóricos, pois fazem referência a algo dito anteriormente, estabelecendo uma relação de equivalência entre a unidade reformuladora e a reformulada (cf. NOGUEIRA, 2001)

Ou seja é um marcador típico da explicação definidora, funcionando como um conector que liga um elemento anterior a um posterior. Ele marca uma relação de equivalência semântica entre as duas unidades reformulativas. Dessa forma, ele antecede uma paráfrase metalingüística ou metadiscursiva, em que a segunda expressão reelabora o conteúdo da primeira, para definir, explicar ou redenominá-la, com o objetivo de efetivar a compreensão pelo ouvinte/leitor, como no exemplo ²⁵(02) em que o Presidente define o acrônimo SUAS:

(02) A primeira coisa a fazer é dizer para vocês da alegria que um presidente da República pode ter de vir à abertura desta V Conferência em que vocês estão se propondo a dedicar, nos próximos 10 anos de vida de vocês, quem sabe, às vezes, até levando os familiares ao empobrecimento da relação pessoal, mas vocês estão se propondo a dedicar mais uma parte da vida de vocês para criar o SUAS, **ou seja**, criar o Sistema Único de Assistência Social no Brasil. (PR971 – DP)

Além de antecipar uma explicação, ou definição, ou redenominação, ou ainda uma paráfrase entre conteúdos proposicionais, a expressão *ou seja* pode fugir à regra de antecipar uma reformulação quando funciona como organizador textual para desempenhar uma função estritamente interacional de marcar pausa, hesitação. Portanto, o que o enunciador deseja, ao utilizá-lo dessa forma, é reorganizar o pensamento. Vejamos este caso no exemplo que segue em que o Presidente discute sobre questões referentes a concursos públicos:

²⁵ Os exemplos desta sessão foram retirados de um breve estudo sobre os marcadores reformulativos no discurso político. (SILVA, 2007, no prelo)

(03) o que é justo é as pessoas quererem ganhar mais, portanto, se virarem, e eu acho que não adianta nada a gente fazer um concurso de 500 e poucas pessoas, depois ter 500 e poucas pessoas aprovadas, e na hora de fazer o chamamento, **ou seja**, só aparecem 30, 20, 40 ou 50, porque o restante já foi para outro lugar. (PR1015 – DP)

O marcador *ou seja*, no exemplo anterior, marca apenas uma pausa, uma forma que o falante encontrou para ganhar tempo e explicar que de 500 pessoas aprovadas num concurso poucas assumem devido aos baixos salários oferecidos. A função interacional desse marcador é evidencializada, também, pelo fato de que a segunda unidade não retoma a primeira, como ocorre no exemplo (02), ou seja, não há reformulação do que foi dito, mas um acréscimo de informações novas ao pronunciamento.

Tal como os marcadores *isto é* e *ou seja. quer dizer* como podemos observar no exemplo a seguir, tem a função de marcar uma relação de equivalência entre as duas unidades reformulativas mesmo que elas não sejam sinônimas, uma vez que precisa o que foi dito de forma que uma primeira unidade A signifique (queira dizer) uma segunda unidade B.

(04) E uma delas, que está me preocupando e nós estamos trabalhando para ver se apresentamos novidades este ano, é a questão da educação. **Quer dizer**, nós estamos trabalhando fortemente nisso, trabalhando para que o Congresso Nacional aprove o Fundeb, porque ele é a base dos passos seguintes, mas também para ver se a gente inclui alguns milhares de jovens nas universidades brasileiras porque se a gente crescer um pouco mais nós poderemos ter o risco de ter alguma mão-de-obra qualificada ausente do mercado. (PR 966 - DP).

Os marcadores reformulativos ocupam a posição antecedente ao elemento reformulador, isto é, são marcadores iniciadores da reformulação, posicionados mais especificamente entre as duas unidades (sintagmas, orações ou períodos) reformulativas; nos termos de Marcuschi (1989), ocupam a posição *intra-turno*, no meio do turno.

Vale ressaltar que, no nosso estudo sobre as paráfrases como explicação definidora, só abordamos aqueles marcadores que, segundo a classificação de Marcuschi (1989 e 1991), são lingüísticos e verbais, mais especificamente, relacionados aos sinais do falante, uma vez que tanto nas palestras, quanto nos discursos políticos, o orador discorre de forma monológica sobre um tema.

Além dos marcadores de reformulação, analisaremos outras marcas de definição como os predicados de estado que são típicos das definições. Geralmente, utiliza-se o verbo ser e suas flexões, ou a palavra *significa* com o sentido de *querer dizer* para se iniciar uma definição, ou ainda define-se sem utilizar nenhuma marca lingüística. Vejamos, uma ocorrência de explicação definidora com predicado de estado, no exemplo que segue, retirado do *corpus* da pesquisa:

(05) (...) eu gostaria de partir/assim a das concepções de linguagem e língua(+) as concepções de linguagem e língua que são colocadas' eh pelos PCNs né" então vocês vêem aí o que é linGUAgem segun:do os parâmetros curriculares nacionais' de primeira e quarta série né" *é: uma forma de ação ' INter-individual' orientada por uma finalidade ESpecífica ' um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais' existentes nos diferentes grupos de uma sociedade' nos distintos momentos da sua história'*(...). (SLHE-DC2002.2)

No exemplo (05), temos uma explicação definidora do termo linguagem, na qual o falante utiliza um predicado de estado, iniciado com o verbo ser. Essa é uma estrutura típica de definição em que se têm: palavra ou expressão definida+ verbo de estado + definição.

2.2. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Nesse capítulo tratamos, primeiramente, das bases conceituais acerca da reformulação e de seus tipos. A reformulação é vista como uma estratégia utilizada pelo falante para sanar possíveis dúvidas em seu enunciado. Ela pode ser de dois tipos: a paráfrase, em que há uma equivalência semântica entre o primeiro e o segundo elementos; e a correção, em que há uma relação de contraste semântico entre o elemento reformulador e o reformulado. (cf. HILGERT, 1993b e BARROS, 1993).

Além da função textual de assegurar a intercompreensão textual entre os interlocutores, a paráfrase cumpre a função de auxiliar o falante a alcançar os seus objetivos, uma vez que lhe possibilita muitas maneiras de reorganizar seu enunciado, principalmente em se tratando dos *corpora* analisados nessa pesquisa, os discursos oratórios da Assembléia Legislativa e as conferências proferidas nos Seminários Lingüísticos, já que ambos são planejados de antemão.

A paráfrase se assemelha as construções apositivas não-restritivas estudadas por Nogueira (199b), principalmente, porque há, em ambas, a possibilidade de permuta entre o primeiro e o segundo elemento, entre o elemento reformulado e o seu reformulador. Ademais, há, também, a possibilidade desses elementos serem retirados sem perda no sentido total do texto.

A paráfrase se aproxima aos parênteses relacionados com a formulação lingüística do tópico classificados por Jubran (1999), por desempenharem uma função metadiscursiva de focalizar o próprio código lingüístico com o objetivo de especificar, esclarecer, o conteúdo da primeira unidade.

Além das características da paráfrase, observamos que a explicação definidora pode ser antecedida por um marcador típico de reformulação. E, que além dos marcadores, há algumas marcas que podem anteceder a definição, tais como os predicados de estado.

CAPÍTULO 3

A DEFINIÇÃO

“Na formação e no uso da língua, transmite-se necessariamente todo caráter particular da percepção dos objetos. Afinal, a palavra nasce precisamente dessa percepção; não é uma marca impressa do objeto em si, senão que a imagem que este engendra na alma”.(W. HUMBOLDT)

3.1. A NOÇÃO DE DEFINIÇÃO

A noção de definição tem sido observada desde os tempos mais remotos por diversas áreas de conhecimento, como na lógica tradicional, em que eram utilizadas as noções de *gênero* e *diferença específica* para definir. Ambas as noções são descendentes de Aristóteles, que considerava o *gênero* (*genus*) como uma classe de objetos semelhantes constituída por duas ou mais subclasses. Essas subclasses, denominadas *diferença específica* (*summum genus*), são responsáveis pela atribuição ou não de uma propriedade a um termo, reconhecendo-o como pertencente ou não a uma determinada classe.

De acordo com a classificação de orientação aristotélica, uma propriedade (fato acerca de um item) pode ser classificada como necessária quando um item, para que seja classificado como pertencente a uma classe, a exige. Se o item não possuir tal propriedade e, mesmo assim, for considerado pertencente a uma determinada classe, a propriedade não é necessária. Por outro lado, uma propriedade é suficiente quando, sem ela, um item não poderia ser classificado em X^{26} , mesmo sendo composto por outras propriedades necessárias. Nos dicionários, muitas dessas propriedades, apesar de serem apresentadas, não são nem necessárias, nem suficientes. Assim, tais propriedades não são partilhadas por todos os itens classificados como X. Em realidade, quando não se encontra uma propriedade necessária para que um item seja X, há uma disjunção de propriedades que tornam um item em X. Se o item não possui todas tais propriedades, ele não pode ser classificado em X.

Algumas propriedades são relevantes, já que sua presença ou ausência contribui para caracterizar um item como X ou não-X. As propriedades relevantes são classificadas em dois

²⁶ X representa uma classe qualquer.

grupos: semanticamente relevantes e semanticamente não-relevantes. As primeiras auxiliam a classificação da existência de propriedades semanticamente relevantes em um item, para que ele seja classificado como X. Algumas propriedades são relevantes quando sua presença ou ausência caracterizam um item como X ou não-X.

Entretanto, nem sempre uma definição podia ser formulada com base nas noções de *gênero* e *diferença específica*, visto que muitos objetos necessitam de uma caracterização mais ampla, de uma definição que contivesse informações adicionais, além de analogias relacionadas a um *gênero* ou a uma *diferença específica*.

La Pena (2002) classifica seis requisitos responsáveis em fundamentar a definição: a) o *definiens* deve manter uma relação de equivalência com o seu *definiendum*; b) o definido e o seu definidor devem poder ser permutáveis em qualquer contexto, posto que eles são intercambiáveis; c) a identidade categorial do *definiens* deve coincidir com a do *definiendum*; d) a definição deve fazer uma autêntica análise semântica do termo definido; e) a definição deve fazer o usuário compreender algo que não lhe era compreendido; f) a definição deve ser autosuficiente.

Na tentativa de formular uma definição eficaz, foram elaborados alguns princípios fundamentais, os quais toda definição deveria ter, como, por exemplo: a) relacionar-se à essência do que se procura definir; b) não ser circular; c) sempre estar na forma afirmativa; d) evitar a obscuridade e a metáfora. Apesar de esses princípios serem úteis, não são suficientes para esclarecer a noção de definição e o papel que ela desempenha (cf. HEGENBERG, 1974).

Dessa forma, a compreensão de um termo deve decorrer do entendimento deste na sentença em que ele aparece inserido. Geralmente, tal compreensão é feita ao atribuir-se um sinônimo ou uma exemplificação para o termo, o que facilita essa compreensão, isto é, faz-se conhecer as partes que compõem o termo que se quer definir. Mas a compreensão do termo equivale à compreensão de seus significados em decorrência dos usos que se pode fazer dele dentro de um contexto apropriado.

Segundo Hegenberg (1974, p. 20), “o significado se associa a uma palavra por acordo entre os usuários de uma linguagem”. Dessa forma, o significado da palavra depende de convenções existentes para o seu estabelecimento. Este autor ainda conclui que algumas palavras devem ser introduzidas na linguagem por meios não-verbais. Se tais meios não existissem, as palavras dotadas de significado não seriam suficientes para definir todas as outras palavras. Ademais, a *ostensão*, isto é, o processo de indicação da extensão de um termo por meio de uma definição não-verbal, uma vez que não se recorre a palavras para definir um

termo, mas se apresentam objetos reais que constituem tal termo; é um meio para formar um vocabulário básico.

A partir desse vocabulário básico, as definições cumprem dois propósitos distintos: “(i) enunciar ou descrever o significado aceito de um termo em uso, (ii) associar, por estipulação, um significado especial a um dado termo”. (*ibidem*, p. 24). Se o nível de generalidade de um termo for alto, ele vai ser definido verbalmente por meio de definições *descritivas* ou *estipulativas*, que descrevem o significado do termo verbalmente, posto que as definições *ostensivas* (não-verbais) só definem termos de níveis de generalidade baixos.

As definições verbais (*descritivas* ou *estipulativas*), segundo Hegenberg (*idem*) podem operar de diversas maneiras. Ao se definirem conceitos por meio de um nome que pode caracterizar uma propriedade, uma classe, uma relação, entre outras, do objeto a ser definido, temos uma definição *explícita* ou *nominal*. Esta é uma espécie de convenção, uma alternativa para uma expressão lingüística de cujo significado se tem conhecimento prévio. Esse tipo de definição estipula uma sinonímia entre expressões de forma explícita, além de assumir a fórmula: “A é igual, por definição, a B”. Assim, é constituída através de uma relação de sinonímia entre A e B. Vejamos, nos exemplos (06)²⁷ e (07), esse tipo de definição:

(06) Antibiótico = df²⁸ agente químico bactericida, produzido por organismos vivos.

(07) pai = df genitor masculino

Já quando a explicação não é dada por meio de atribuição de sinônimos ao termo que se quer definir (*definiendum*), mas de orações que não contém tal termo em um contexto definido, a definição é *implícita* ou *contextual*. Este tipo de definição é muito utilizado quando o *definiendum* é uma palavra que não têm significado isoladamente. Dessa forma, o significado é atribuído segundo a relação ou função que essa palavra desempenha em uma sentença, como no exemplo (08), em que se define a palavra “irmão”:

(08) x é irmão de y = df x é do sexo masculino e tem os mesmos pais que y

²⁷ Os exemplos mostrados sobre os tipos de definições foram retirados de Hegenberg, 1974.

²⁸ O símbolo = df significa “igual por definição a” ou “tem o mesmo significado de”.

As definições *recursivas* definem ou introduzem funções de um termo aparecendo freqüentemente na matemática. Elas são elimináveis em alguns contextos. Muitas vezes, a definição recursiva é tida como circular, mas, em alguns ramos da ciência, ela apresenta vantagens, tal como na própria lingüística. J. Bar-Hillel (1953 *apud* HEGENBERG 1974 p. 82) dá um exemplo deste tipo de definição no português definindo o termo “sentença” em francês:

(09) x será sentença (do francês) se e somente se x é uma seqüência formada por um nominal e um verbal (intransitivo) ou é uma seqüência formada por um nominal, um verbal (transitivo) e um nominal ou...ou uma seqüência formada por uma sentença, a palavra “et” e uma sentença ou...

Assim, este tipo de definição só é considerado em contextos específicos de aplicação; além disso, são recursivas por recorrerem a certas regras ou fórmulas para existirem.

Outro tipo de definição é a dita *real*, que define termos que têm existência dentro de um espaço delimitado, podendo-se atribuir valores de verdade ou falsidade, por meio da análise de significados ou da busca de uma explicação empírica para certos fenômenos. Assume a forma “Quando eu digo---, pretendo dizer---, como no exemplo que segue:

(10) Quando digo “alto” quero dizer com mais de metro e oitenta de altura.

Vale ressaltar que, enquanto as definições *explícitas* ou *nominais* analisam os significados no nível lingüístico, as definições *reais* abandonam tal nível de análise para definir fenômenos empíricos por meio de uma explicação. Essas explicações desambigüizam e reduzem as limitações do uso ordinário. É a reinterpretação de termos que torna o significado mais claro e preciso.

As definições *circulares* apresentam um grande número de contextos para os vários significados de um termo. Cada significado, dessa forma, tem o seu contexto definido, uma vez que não se deve tentar definir todos os significados de um termo, pois disso pode resultar em uma abrangência de significados associados a outros termos na definição que não tenham a mesma natureza do termo definido. Da mesma forma, não se deve caracterizar, de maneira imprecisa, um vocábulo, já que, em tal caso, o conceito pode resultar em uma imagem equivocada do objeto definido. O exemplo (11) define circularmente o termo “omitir”:

(11) Omitir, v.t., preterir; deixar de fazer; deixar de escrever ou dizer; postergar.

As definições em dicionários são dadas por sinônimos aproximados do vocábulo definido; se a pessoa entende os sinônimos, compreende o significado do vocábulo. Esses sinônimos aproximados são delimitados em seus contextos apropriados, o que facilita a compreensão. Algumas vezes, torna-se ineficaz uma definição no dicionário, principalmente quando é usada uma palavra, expressão ou frase como sinônimo aproximado e essa não tem relação com o vocábulo definido. Dessa forma, torna-se necessário recorrer a outros dicionários para delimitar e compreender o significado do vocábulo definido. Os dicionários trazem, muitas vezes, em suas definições de termos, informações das partes deste termo; são informações adicionais que, situadas em contextos apropriados, nos oferecem uma visão melhor do termo definido.

Um único termo pode ser caracterizado de forma distinta em dicionários diferentes. Assim, devem ser adotados parâmetros utilizados por todos os lexicógrafos na constituição de um dicionário referentes ao grau de importância e necessidade das informações apresentadas. Vale ressaltar que é comum, na maioria dos dicionários e enciclopédias, as definições serem, ao mesmo tempo, *nominal*, *real* e *circular*, como no exemplo que segue:

(12) Aimorés – Nação de índios brasileiros: localizada, ao tempo da colonização, nas costas da Bahia e do Espírito Santo; em lutas com os tupiniquins e tupinambás, tiveram que ganhar o sertão. Os a. eram nômades, tiravam alimentos da mata... e praticavam a guerra de emboscadas e surpresas. Seus prováveis descendentes são os atuais botocudos²⁹.

No exemplo (12), a definição é *nominal*, pois estabelece uma relação de sinonímia³⁰ entre os termos. Assim, *Aimorés* é igual, por definição, a *nação de índios brasileiros*. Ao mesmo tempo, a definição é *real*, uma vez que define o termo “Aimorés” por meio de sua existência dentro de um espaço delimitado. E, ainda, trata-se de uma definição *circular*, já que apresenta um grande número de contextos para os vários significados de um termo.

A respeito da definição de *Aimorés* poder-se-ia dizer que não são necessárias às várias informações adicionais sobre o termo definido, mas são justamente essas informações que nos fazem compreender melhor o conceito de *Aimorés* e distinguir essa tribo das diversas outras tribos brasileiras (cf. HEGENBERG, 1974).

²⁹ Definição retirada de LISA, *Enciclopédia Universal*, Livros Irradianes, 1971.

³⁰ O termo “equivalência” seria melhor.

Vale ressaltar que há várias outras propostas tipológicas da definição lexicográfica na área da lexicografia. A proposta de Hegenberg, apresentada nessa seção, serve apenas como parâmetro inicial para a determinação das categorias de análise da pesquisa.

Também na área da Lexicografia, vale comentar a classificação que Pontes (2006) propõe para os tipos de definições feitas por meio da reformulação. São eles: a) definição simples, feita por meio de explicações semântico-pragmáticas complementares ou de informações enciclopédicas; tem o objetivo de explicar um termo ou expressão de maneira mais claramente possível e é usada, principalmente, quando o termo ou expressão definida são considerados “difíceis”; b) reduplicação de definição, feita pela atribuição de uma série de explicações a um mesmo *definiens*, utilizando-se termos mais simples, mais usuais, visando a compreensão por parte do interlocutor; e c) reformulação encaixada, na qual a definição é parte do *definiens*, sendo ela subordinada a ele. A distinção entre esses tipos parece estar relacionada, sobretudo, ao modo de apresentação das definições, isto é, ao critério de ordem sintática. Observamos, ainda, que, nos três tipos, o propósito mais estritamente metalingüístico de explicação do significado de um termo ou expressão está presente em todos eles.

3.2. DEFINIÇÃO E ARGUMENTAÇÃO

No item anterior, observamos algumas características da definição em geral segundo Hegenberg (1974). Neste, buscaremos sintetizar as principais relações entre o recurso da definição e a argumentação, com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996).

Segundo estes autores, a identificação de elementos que constituem o objeto do discurso é uma das técnicas essenciais da argumentação, pois, ao se identificar seres, acontecimentos ou conceitos de forma não totalmente arbitrária, nem evidente, ao mesmo tempo em que se identifica o objeto, cria-se um motivo que favoreça uma justificação argumentativa. Dessa maneira, o uso de conceitos, a aplicação de uma classificação ou qualquer recurso à indução que implique uma redução pode se dar por uma justificação argumentativa.

Na obra *Tratado da argumentação: a nova retórica*, Perelman e Olbrechts-Tyteca distinguem os procedimentos de identificação que visam a uma identidade completa de um elemento e os procedimentos que identificam de maneira apenas parcial os elementos. A definição consiste, segundo o autor, numa forma de identificação completa de um elemento.

As definições consideradas como um procedimento argumentativo não se confundem com as definições de caráter lógico, pois elas não objetivam definir com clareza e exatidão todos os termos cotejados. Assim, não fazem parte de um sistema formal de relações nocionais, mas pretendem, apenas, identificar o *definiens* pelo seu *definiendum*. (cf. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

A classificação das definições proposta por esses autores assenta-se em quatro espécies: a) *normativas*, pois indicam a norma (compromisso individual, ordem destinada a outros, regra que todos deveriam seguir) pela qual a palavra deve ser compreendida e utilizada; b) *descritivas*, uma vez que descrevem o sentido que uma palavra assume em um meio determinado, num momento determinado; c) *de condensação*, que indicam os elementos essenciais de uma definição descritiva; d) *complexas*, que podem apresentar-se como uma hipótese empírica de uma sinonímia entre o elemento definido e o seu definidor, ou como uma prescrição. Este tipo de definição combina os elementos que compõem os outros tipos das definições anteriores.

Esses tipos de definições não são abordados pelos lógicos e possuem um caráter argumentativo. O primeiro tipo pode apoiar-se na argumentação no momento em que tais normas sejam baseadas em uma regra obrigatória; da mesma forma, ocorre com o terceiro tipo, as definições de condensação, uma vez que não se pode precisar até que ponto podem-se considerar como essenciais os elementos propostos por estas. O segundo tipo, as definições descritivas, é considerado como factual, pois só são definições inseridas num contexto específico, num momento determinado.

Na obra, levantam-se alguns questionamentos a respeito do caráter arbitrário e exato que os lógicos têm da definição. Citando J. Stuart Mill³¹, faz-se uma discussão sobre a possibilidade de a definição ser usada para inserir termos novos em todas as linguagens. Conclui-se que o caráter arbitrário da definição é ilusório, uma vez que ela não pode ser isolada da totalidade de sua aplicação, de seu uso. Isto fica claro ao se utilizar o dicionário para buscar a definição de um termo e são apresentadas várias opções; assim, o usuário deverá fazer sua escolha.

Há dois aspectos intimamente ligados ao caráter argumentativo das definições (i) as definições podem ser justificadas, valorizadas com ajuda de argumentos sejam etnológicos ou outros; (ii) elas próprias são argumentos.

³¹ MILL, J. S.. *Système de logique déductive et inductive*, Vol I (liv II, cap I § I) pp. 176-7.

Para que uma definição se torne mais clara, normalmente, faz-se uso de uma demonstração ou de uma argumentação para justificá-la. A respeito disso, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.242-243) afirmam:

“O uso argumentativo das definições pressupõe a possibilidade de definições múltiplas, extraídas do uso ou criadas pelo autor, entre as quais é indispensável fazer uma escolha”.(PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 242-243).

Os termos correlacionados em uma definição sempre estão em interação com outros termos ou outras definições possíveis desses termos. Tal interação nunca é apagada e, muitas vezes, auxiliam o raciocínio. Uma escolha pode ser vista como óbvia ou como justificada por argumentos.

As modalidades de definição aqui resenhadas serviram de ponto de partida para a elaboração de uma tipologia de usos da explicação definidora identificados nos discursos científico e político. Nessa tipologia, são adotados critérios sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos que são apresentados no capítulo 5.

3.3. A EXPLICAÇÃO DEFINIDORA: PROPÓSITOS PEDAGÓGICOS

Segundo Pontes (2006), o termo *explicar* equipara-se a *ensinar*, com base em dois segmentos básicos: aquele que deve ser explicado ou *explicando* e aquele que explica ou *explicante*. Dessa forma, a explicação definidora é o segmento responsável em explicar o segmento *explicando*. Concebemos que, além desse caráter pedagógico, a explicação assume um caráter argumentativo, posto que, muitas vezes, é usada para levar ao convencimento e à persuasão do ouvinte.

O uso da explicação, segundo o autor, estabelece uma relação de equivalência entre esses dois segmentos e, dessa relação, decorrem algumas atividades de natureza decodificadora, tais como a comparação, a reformulação, o exemplo, a tradução, a analogia, a definição. Em nossa pesquisa, concebemos que tais atividades podem ser sobrepostas, uma vez que a reformulação – paráfrase com função de explicação definidora - se dá por meio de uma definição e, essa definição, ainda, pode ser feita por meio de uma tradução, por exemplo.

Em relação ao contexto de uso da explicação, Pontes (op. cit.) propõe que nele o falante desempenha o papel de agente possuidor de um saber que o interlocutor deve estar predisposto a interpretar com base em seu conhecimento de mundo. Assim, o autor observa

que o uso da explicação pressupõe uma relação assimétrica entre aquele que explica, ou seja, o detentor do conhecimento, e aquele a quem se destina a explicação, isto é, o receptor da explicação. Podemos perceber, bem nitidamente, essa relação os Seminários Lingüísticos que analisamos nesta pesquisa, já que o palestrante costuma ser um professor ou um aluno da Pós-graduação e a audiência é constituída por alunos do curso da Graduação em Letras.

3.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO

O presente capítulo buscou apresentar as principais características da definição segundo a lógica e a retórica. A definição de caráter lógico é aquela que estabelece uma equivalência entre o termo definido e sua definição. Nesse ponto de vista, tenta-se precisar e delimitar os termos. A definição do ponto de vista da retórica é um procedimento argumentativo cujo objetivo não é o de definir com clareza os termos como na perspectiva lógica, mas dar uma noção dele conforme as escolhas do enunciador. (cf. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Além da noção sobre definição, fizemos algumas considerações sobre a natureza da explicação segundo Pontes (2006).

Hegenberg (1974) apresenta duas funções da definição: enunciar ou descrever o significado aceito de um termo em uso e associar, por estipulação, um significado especial a um dado termo. A partir dessas funções, classifica dois tipos de definição a *ostensiva* e a *verbal*. Esta ainda pode ser *nominal*, *contextual*, *recursiva*, *real*, *circular* ou uma mescla de todas elas.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op.cit.*) classifica as definições em quatro tipos: *normativas*, *descritivas*, *de condensação* e *complexas*. A respeito do caráter argumentativo da definição, esses autores justificam o papel da definição com base em dois critérios que atribuem a ela: a) a definição pode ser justificada, valorizada e, b) a definição por si só é argumento.

Vale ressaltar que, segundo esses dois autores, a utilização da definição como estratégia argumentativa possibilita múltiplas definições. Essas podem ser retiradas do contexto social do falante ou criadas por ele de acordo com os objetivos que esse deseja alcançar.

CAPÍTULO 4

NOÇÃO DE DISCURSO: NOTAS SOBRE O DISCURSO CIENTÍFICO E O DISCURSO POLÍTICO.

“É o discurso que produz a persuasão, quando fazemos aparecer o verdadeiro e o verossímil daquilo que cada tema comporta de persuasivo” (ARISTÓTELES)

4.1. O QUE É DISCURSO?

Neste ponto, faz-se necessária uma breve explanação das características dos discursos que compõem nossos *corpora*, assim como uma observação das semelhanças e diferenças entre eles, pois concebemos que os tipos de paráfrase como explicação definidora presentes em cada um desses discursos são determinados pelos propósitos que se deseja alcançar por meio deles.

Osakabe (1978) concebe o termo “discurso” como um dos mais usados em textos sobre a linguagem, despertando interesse dos mais diferentes tipos e designando fenômenos pertencentes a domínios perceptivos distintos (discurso literário; discurso musical etc.). Esse uso pluralizado do “discurso” desenvolve um movimento de ajustes conceituais por parte dos pesquisadores, objetivando uma delimitação de um domínio de investigação. Assim, necessita-se de uma esquematização do sentido, do ponto de vista estritamente lingüístico, do termo “discurso”.

A concepção de discurso adotada nessa pesquisa é a de Mangueneau (2001), para quem consiste em forma de inter(ação) previamente orientada e regida por normas, visando a modificar as informações do destinatário.

4.1.1. O DISCURSO ESPECIALIZADO

Os discursos científicos são, sem dúvida, discursos especializados, uma vez que são construídos por meio de uma linguagem especializada, ou seja, têm, em seu processo de

constituição, recursos lingüísticos que só são usados num contexto comunicativo especializado, por pessoas que compõem a mesma esfera de trabalho. (cf. HOFFMANN, 2004, p. 81)

Mogollón (2002) baseado em três artigos³² publicados na Revista de Faculdade de Engenharia, da Universidade Central de Venezuela, atribui à linguagem especializada, em particular a científica, as sete características que seguem: a) transmite conhecimento especial, ou seja, a mensagem transmitida é sempre relacionada a uma temática especializada; b) é fundamentalmente escrita. Apesar do autor não negar que haja linguagem especializada em muitas práticas orais, como, por exemplo, em conferências, justifica que este é quase sempre planejado e cumpre um rigor lógico típico da escrita; c) usa sistemas de representação não verbais além do verbal, tais como equações, gráficos, etc; d) é expressão da racionalidade, pois o conhecimento que veicula é baseado, fundamentalmente, na lógica; e) busca precisão, conclusão e clareza na descrição do objeto de referência; f) busca neutralidade e impessoalidade, já que, segundo esse autor, a objetividade é inerente à ciência; g) o vocabulário é de caráter técnico, utiliza uma terminologia específica do campo de atuação.

Mangueneau (1997, p.57), sobre a natureza do discurso científico, afirma que o discurso científico sofre uma tendência de fazer com que coincida o seu público produtor com o seu público consumidor, ou seja, esse tipo de discurso está inserido em comunidades determinadas e é produzido e consumido apenas por seus pares.

Apesar de no ambiente de proferimento do discurso político nem sempre haver correspondência entre o público produtor e o consumidor, consideramo-los também como um discurso especializado, por ser constituído mediante um vocabulário especializado, por pessoas especializadas, com objetivos específicos. Nos discursos políticos analisados nessa dissertação, podemos perceber que esses têm como audiência tanto os parlamentares presentes na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará no momento dos proferimentos (ou seja, o público especializado), como as pessoas não especializadas, o povo que assiste as transmissões das seções em que ocorrem tais discursos, seja na própria Assembléia, ou pela TV Assembléia. Nos termos de Gläser (1990 *apud* CARVALHO), esse tipo de relação entre os políticos e o povo seria uma comunicação especializada externa, pois tem como participantes especialista e o público-leigo.

³² Os artigos são: “Comportamiento de las mezclas de polipropileno con diferentes poliestirenos”, de R. Sciamanna e outros (2000); “Estudio de latano manganitas sustituidas por estrôncio”, de R. Bisbal e outros (2001) e “Aplicación del método de Holzer-Van den Dungen em el cálculo de deflexiones estáticas de vigas elásticas de eje recto”, de J. Cruz (2002)

4.1.2. O DISCURSO CIENTÍFICO

Segundo Platão e Fiorin (2000), o discurso dissertativo de caráter científico busca causar um efeito de sentido de objetividade mediante a tentativa do enunciador de se ausentar do enunciado, colocando as informações transmitidas em foco. Desse modo, assume-se no manual desses autores que o texto científico tenta neutralizar a presença do enunciador. Para que essa presença seja neutralizada, são utilizados alguns recursos; vejamos alguns deles:

- (i) não se usar verbos na primeira pessoa, principalmente os verbos de dizer tais como: *afirmo, assumo, digo*, que indicam uma posição assumida pelo enunciador;
- (ii) caso se utilize a primeira pessoa, usá-la apenas no plural (nós), pois, assim, o que foi asseverado será visto como um saber coletivo;
- (iii) deve-se explorar apenas o valor denotativo de uma palavra, uma vez que as palavras, nesse tipo de discurso, devem ser compreendidas de uma única forma, devendo ser atribuído a elas apenas um significado;
- (iv) não se deve usar, em tal discurso, gírias ou qualquer tipo de língua que não seja a língua culta formal.

Além desses recursos, é recorrente no discurso científico o uso de verbos impessoais, como: *admite-se, afirma-se, assume-se*, etc.

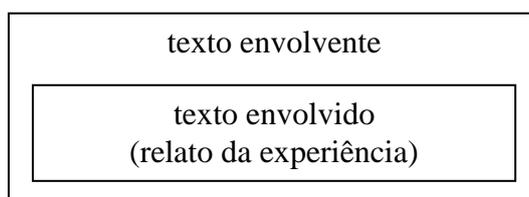
Por ser o discurso científico concebido como o discurso da objetividade, o enunciador tenta destacar nele o valor de verdade dos enunciados por meio da fundamentação das idéias e da construção da argumentatividade. Platão e Fiorin (op. cit.) expõem alguns procedimentos que servem para fundamentar o texto científico:

- a) *O argumento de autoridade*, no qual se recorre a uma teoria ou um teórico (autoridade reconhecida) para embasar o enunciado e, assim, dar maior credibilidade a ele.
- b) *O apoio na consensualidade*, no qual se recorre a idéias e conhecimentos consensualmente aceitos de antemão como verdadeiros.
- c) *A comprovação pela experiência ou observação*, em que se recorre a dados que comprovem a validade das informações transmitidas.
- d) *A fundamentação lógica*, em que se recorre a operações de raciocínio lógico para fundamentar o enunciado, tais como as operações de causa e efeito.

O texto científico pode ser desqualificado se o enunciador atribuir uma opinião pessoal ou restrita a sua concepção de verdade dos fatos, ou se os recursos argumentativos

utilizados, como citação de autores renomados, forem de encontro às idéias expostas no texto ou, ainda, se os dados apresentados no enunciado invalidarem as conclusões do texto. (cf. PLATÃO e FIORIN, *op. cit.*).

Coracini (1991), a respeito da organização macrodiscursiva do discurso científico, concebe este como constituído por dois tipos de textos: um texto envolvente e um texto envolvido. O primeiro tipo é considerado englobante, uma vez que guarda em si outro texto (o texto envolvido) e é responsável por envolver enunciador e enunciatário, posto que sempre há a tentativa de convencimento do enunciatário, para que este aceite o que foi proposto pelo enunciador. O segundo tipo (texto envolvido) está imbricado no primeiro e engloba o relato da experiência ou pesquisa. Dessa forma, essa autora nos apresenta o seguinte esquema da organização macrodiscursiva dos textos científicos:



O texto envolvido é caracterizado como um discurso narrativo por ser, segundo Labov e Watzelzky³³ (1966 *apud* CORACINI³⁴, 1991 p. 86), “um modo de recapitular experiências passadas mediante a combinação de uma seqüência verbal de orações com a seqüência de eventos que ocorrem na realidade”. Assim, esse tipo de texto segue em sua superestrutura básica as seguintes etapas: *orientação* (dados sobre o lugar, o momento e a situação); a *complicação* e a *resolução*.

Segundo Bremond³⁵ (1964), a estrutura do texto científico coincide com a da *narração por encaixe* (observação dos dados, elaboração de uma hipótese, verificação da hipótese e conclusão). A respeito dessa concepção, Coracini (*op. cit.*) afirma que esta proposta é incoerente, pois Bremond se atém apenas à estrutura do texto sem ter em consideração os propósitos com que este foi construído. Além disso, argumenta que tal autor está considerando o todo textual como uma narração, o que não é verdade, uma vez que nele estão imbricados elementos argumentativos.

³³ LABOV, W. & WALETZKY, J. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, H. (Ed.). *Essays on the verbal and visual acts*. Seattle. University of Washington Press, 1966, pp.12-44.

³⁴ CORACINI, M. J. R. F. Onde o Discurso Científico ‘se aproxima’ do discurso político. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. 1ª ed. São Paulo: Educ, Campinas, SP: Pontes, 1991. pp.41-46.

³⁵ BREMOND, C. A mensagem narrativa. In: _____ et al. *Literatura e semiologia*. Petrópolis, Vozes, 1964.

Segundo Haré³⁶ (1960 *apud* CORACINI, *ibidem*) o discurso científico é eminentemente descritivo. Coracini afirma que os elementos descritivos são partes integrantes da narração e “admitir a existência de discursos unicamente descritivos significaria proceder a uma análise de tipo formal, isolada de toda concepção pragmático-enunciativa e de todo propósito comunicativo” (p. 87).

Coracini concebe o discurso científico como um discurso subjetivo e argumentativo, uma vez que contêm todos os componentes pragmáticos (cf. CHAROLLES³⁷, 1980) de um discurso argumentativo: a *situação* em que está inserido o discurso (lugar e momento da pesquisa); os *participantes* dele; o *objetivo* que se deseja alcançar e os *meios* utilizados para persuadir o enunciatário.

Concebemos que, no discurso científico, o uso do recurso da paráfrase como explicação definidora deve, provavelmente, acentuar o valor de verdade dos fatos, esclarecendo por meio de teorias já consolidadas ou de conhecimentos consensualmente aceitos o significado dos termos ou expressões. Além disso, as explicações definidoras utilizadas nesse tipo de discurso devem ser as mais claras e precisas possível, evitando qualquer tipo de ambigüidade e sendo atribuído apenas um significado ao termo ou expressão que se quer definir.

É relevante asseverar que as explicações definidoras no discurso científico são construídas segundo os mesmos critérios que fundamentam este tipo texto, cumprindo funções específicas e auxiliando o enunciador a construir a argumentação, mesmo que esta seja mascarada.

4.1.3. O DISCURSO POLÍTICO

O discurso político tem um alto grau de argumentatividade, pois há a tentativa de convencer o ouvinte de um ponto de vista geralmente polêmico, em um contexto de embate de forças e interesses sociais. Este tipo de discurso assemelha-se ao discurso propagandístico, uma vez que também tenta vender seu produto: as idéias. (cf. CORACINI, 1991).

Maldidier (1997), em uma análise sobre o discurso político, afirma que há um relacionamento entre os conjuntos ideológicos e as estruturas lingüísticas. Dessa forma, o texto é uma tentativa de desvendar o discurso do locutor e o vocabulário se diferencia de

³⁶ HARRÉ, R. *An introduction to the logic of science*. 1ª ed., The Macmillan Press LTD. 1960.

³⁷ CHAROLLES, M. *Les formes directes et indirectes de l'argumentation*. Pratiques, 28. Metz, 1980

acordo com cada grupo social e as ideologias pertencentes a tais grupos. Isto porque as estruturas lingüísticas são tidas como um reflexo das sociais. Assim, o comportamento político se reflete nas estruturas sintáticas utilizadas pelo locutor.

Segundo Malidier (*op. cit.*), o discurso político é um discurso polêmico, pois está sempre situado numa relação de oposição quer seja com um discurso realizado anteriormente, quer seja com proposições implicitamente atribuída ao adversário; e é também um discurso ambíguo e essa ambigüidade desempenha um papel importante no discurso oficial, uma vez que o locutor pode ou não desambigüizar os enunciados produzidos.

Na construção do discurso político, há o que Pêcheux (1987) nomeia de formações imaginárias, isto é, regras de projeção. Essas regras estabelecem as relações entre o destinador e o destinatário no discurso. O destinador antecipa as representações de seu destinatário, uma vez que aquele tem a imagem do lugar que ocupa o destinatário e a de seu próprio lugar no discurso. Da mesma maneira, o destinatário faz antecipações, pois ele também tem a imagem do lugar ocupado pelo destinador e por ele próprio no discurso: o referente passa por uma espécie de filtragem, pois a imagem que prevalece no discurso é a imagem que o destinador faz dele e a apresenta ao destinatário, tentando, dessa forma, persuadir o destinatário a aceitá-la.

Segundo Verón³⁸ (1987 *apud* LEMME, 2001), há três tipos de destinatários para o discurso político: o adepto ou partidário, o indeciso e o adversário. Assim, para o primeiro tipo, o discurso deve reforçar sua crença em estar de acordo com o referente apresentado; para o segundo, há uma necessidade de persuasão para que ele decida o seu voto; e para o último tipo, há uma exclusão dele do círculo comunicativo.

Vale ressaltar que a imagem projetada vai variar de acordo com as condições de produção do discurso, o contexto, a situação, os interlocutores e o referente.

É por meio dessas pressuposições de imagens que o enunciador constrói o seu discurso, recorrendo a diversas estratégias para auxiliá-lo, como a explicação definidora, elaborada de acordo com a pressuposição da imagem que ele faz da imagem que o seu enunciatário tem do objeto a ser definido.

³⁸ VERÓN, E. La palabra adversative. Onciación política. **El discurso político. Lenguajes y acontecimientos.** Buenos Aires: Hachette. 1ra. Edición, 1976.

4.1.4. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE OS DISCURSOS CIENTÍFICO E POLÍTICO.

Segundo Coracini (1991), os discursos científico e político apresentam algumas semelhanças e diferenças. Estas semelhanças e diferenças estão relacionadas às condições de produção prévia de cada um dos discursos.

Como semelhanças, Coracini (op. cit.) apresenta o fato de que tanto o discurso político, quanto o discurso científico serem direcionados a ouvintes situáveis no tempo e no espaço: eleitores no primeiro caso e grupo de especialistas da área no segundo. Ademais, o político, assim como o cientista, trata em seus discursos de temas que interessam a seus ouvintes e ambos têm a mesma intenção: provocar a adesão.

O quadro abaixo sintetiza as etapas de produção prévia dos discursos científicos e políticos discutidas por Coracini (*ibidem*):

Quadro 1: Etapas de produção prévia dos discursos científicos e políticos:

Discurso Político	Discurso Científico
1ª observação da situação do país, as necessidades e reivindicações do povo.	1ª pesquisa bibliográfica e leitura a respeito do assunto que se quer estudar
2ª seleção dos dados feita por meio da adequação da observação em função do público ouvinte.	2ª elaboração da hipótese em função dos dados relevantes adequados a seus objetivos.
3ª interpretação dos dados segundo o objetivo proposto.	3ª elaboração dos resultados, através da análise e organização dos dados.
4ª elaboração do texto segundo as conclusões obtidas nos resultados das análises dos dados	

A partir desse quadro, podemos afirmar que as etapas de produção de ambos os discursos coincidem, pois se parte da observação de um tema para a constituição dos dados, adequando-se a interpretação dos dados às intenções do enunciador; para, em seguida, elaborar-se o texto. Assim, as definições utilizadas nestes discursos devem apoiar a argumentação segundo os propósitos de cada um deles e é na etapa de elaboração do texto em que elas se adequam às informações que se deseja transmitir.

Em relação às diferenças, esses discursos diferem no fato de o científico não ter por base o senso comum como o político. Além disso, a situação em que se insere este último é

conflituosa e tensa, pois, na política, há uma competição declarada. Já no discurso científico, o momento de proferimento, geralmente, não é conflituoso, pois não há uma oposição de teorias, exceto que se trate de uma mesa redonda, em que os participantes desta tenham concepções diferentes. (cf. CORACINI, *ibidem*).

Vale ressaltar que tanto o discurso político, quanto o científico são expositivo-argumentativos. No primeiro, há uma tentativa maior de dominação, pois o ouvinte é envolvido diretamente no assunto e há o apelo direto para a aceitação dos argumentos. Dessa forma, as explicações definidoras utilizadas no discurso político devem refletir mais a subjetividade do orador, suas crenças, opiniões e propósitos persuasivos, enquanto as explicações definidoras de cunho científico devem ser menos subjetivas. Em ambos os discursos, o uso de tal recurso de definição deve ser um apoio à argumentação e auxiliar a obtenção dos propósitos enunciativos de cada enunciador.

4.2. SÍNTESE DO CAPÍTULO

O presente capítulo buscou tratar das principais características dos discursos que constituem nossos *corpora*, o científico e o político. Ambos são concebidos como discursos especializados, isto é, que utilizam uma linguagem especializada, produzidos por especialistas para pessoas de um mesmo campo de atuação, num cenário específico e com propósitos determinados.

Vimos também que o discurso científico, apesar de tentar neutralizar a presença do enunciador, buscando, assim, um efeito de objetividade, trata-se de um discurso de caráter subjetivo e cumpre funções específicas. Além disso, esse tipo de discurso ainda auxilia a construção da argumentação por parte do enunciador.

O discurso político é caracterizado pelo alto grau de argumentatividade, posto que tenta convencer o ouvinte de um ponto de vista geralmente polêmico.

Além disso, pudemos observar que ambos os discursos, científico e político, têm algumas semelhanças e diferenças relacionadas às condições de produção de cada um deles. Como semelhanças, temos o fato deles serem direcionados a ouvintes situáveis no tempo e no espaço e tratarem de temas que interessam a seus ouvintes. (cf. CORACINI, 1991) Ademais, tais discursos seguem o mesmo esquema de produção, observação do objeto, seleção dos dados, interpretação e elaboração dos resultados. Como diferenças temos que o político se baseia no senso comum; o científico não. O discurso político, geralmente, é proferido num contexto situacional conflituoso, já o científico, em geral, não.

Vale ressaltar que, tanto o discurso científico, quanto o político, são altamente argumentativos. Só que essa argumentatividade é apresentada em graus diferenciados.

**PARTE II – UMA ANÁLISE DO USO DAS EXPLICAÇÕES DEFINIDORAS NOS
DISCURSOS CIENTÍFICOS E POLÍTICOS.**

CAPÍTULO 5

METODOLOGIA

“Fazer uma pesquisa científica não é fácil. Além da iniciativa e originalidade (...), exige do pesquisador persistência, dedicação ao trabalho, esforço contínuo e paciente, qualidades que tomam sua feição específica e são reconhecidas por cada um em si mesmo”.(RUDIO, 1988, p. 15).

5.1. CONSTITUIÇÃO, DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS *CORPORA*.

Os *corpora* desta pesquisa são constituídos por conferências proferidas nos Seminários Lingüísticos na Universidade Federal do Ceará (discurso científico) e discursos oratórios realizados na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (discurso político).

As amostras utilizadas para a análise foram coletadas por meio de gravação de áudio das conferências e dos discursos oratórios transmitidos pela TV Assembléia, Canal 30, buscando-se garantir um volume textual, medido em quantidade de palavras, aproximado para cada um dos tipos de discurso, em média 66.500 palavras para cada um deles. Essas amostras constituirão um banco de dados para pesquisas do GEF (Grupo de Estudos em Funcionalismo).

Vale ressaltar que, em relação às conferências, algumas fitas já gravadas nos foram cedidas pelo professor Yvanovick Dantas Valério, do Departamento de Letras Vernáculas – UFC.

5.1.1. OS SEMINÁRIOS LINGÜÍSTICOS

Os Seminários Lingüísticos são realizados anualmente na Universidade Federal do Ceará, mais precisamente no auditório da Biblioteca de Ciências Humanas, com o intuito de divulgar as pesquisas vinculadas ao Departamento de Letras Vernáculas dessa instituição.

Trata-se de um panorama dos estudos realizados por professores da Casa e por alunos da pós-graduação em diversas áreas da Linguística, tais como Análise do Discurso, Gramática Funcional, Semiótica, Terminologia e Lexicologia etc.

Por se tratar de um discurso especializado, as conferências dos Seminários Linguísticos são produzidas e consumidas numa comunidade determinada, tendo como produtores os professores da área de Linguística e os alunos da Pós-graduação em Linguística e, como público alvo (consumidores), todos aqueles que se interessam por temas dessa área, principalmente, os alunos do Curso de Letras da UFC.

Esses seminários compõem-se de vinte conferências por ano, ocorrendo todas as sextas-feiras, à noite. Cada conferência/palestra dura, em média, uma hora e meia, com espaço de dez minutos para as discussões e perguntas entre os participantes. Elas se desenvolvem da seguinte forma: o coordenador dos Seminários Linguísticos apresenta o orador do dia e seu respectivo tema, o convida a compor a mesa e este inicia a sua conferência. Durante sua fala, o conferencista discorre de forma monológica sobre a sua pesquisa. Depois de concluída sua fala, o ouvinte pode fazer perguntas, discutir algo relacionado ao que foi apresentado etc.

Vale ressaltar que, algumas vezes, as conferências são apresentadas por mais de um orador, como uma mesa-redonda e nesses casos, o tempo é dividido igualmente entre os que compõem a conferência naquele dia.

Depois de concluídas a palestra e as discussões, o coordenador dos seminários volta a falar para dar alguns informes sobre os próximos temas dos seminários e agradecer a presença dos presentes.

É importante, ainda, esclarecer que, em nossa análise, só utilizamos as falas dos conferencistas, uma vez que o nosso objetivo é, justamente, verificar como eles utilizam o recurso da paráfrase como explicação definidora.

5.1.2. OS DISCURSOS ORATÓRIOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.³⁹

Os discursos oratórios realizados na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (discurso político) são transmitidos, ao vivo, pela TV Assembléia, primeira televisão pública no Ceará a operar através do canal aberto ou UHF, pelo canal 30.

³⁹ As informações constantes nessa sessão encontram-se disponíveis no site: www.al.ce.gov.br

Esses discursos são proferidos em sessões plenárias que podem ser Preparatórias, Ordinárias, Extraordinárias, Especiais e Solenes. Para que tais sessões aconteçam, exige-se a presença mínima de um terço (16) dos deputados da Casa segundo o Regimento Interno da Assembléia. Essas sessões podem ser públicas ou secretas.

As sessões Preparatórias precedem a instalação da primeira e da terceira sessões Legislativas anuais, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. Elas se destinam à tomada de posse pelos deputados eleitos para a legislatura de quatro anos, assim como à eleição e à posse dos membros da Mesa Diretora e à instalação da legislatura.

As sessões Ordinárias têm início às nove horas, com a presença mínima de dezesseis deputados, sendo realizadas de terça à sexta-feira, com duração média de quatro horas. Elas são compostas de:

- **EXPEDIENTE:** momento em que são feitas as leituras da(s) ata(s) da(s) Sessões anteriores, assim como os comunicados aos parlamentares de alguns documentos dirigidos a esse Poder, tais como proposições, ofícios, representações, petições, etc;
- **PEQUENO EXPEDIENTE:** neste tempo de aproximadamente uma hora, os parlamentares inscritos discorrem sobre um tema de sua preferência durante dez minutos;
- **ORDEM DO DIA:** durante esse tempo, são discutidas e votadas as proposições. Exige-se a presença de no mínimo 24 dos deputados, ou seja, a maioria absoluta, para a deliberação das matérias que contarem na ata do dia com exceção das Emendas Constitucionais que exigem *quorum* qualificado;
- **GRANDE EXPEDIENTE:** com duração de uma hora e trinta minutos, em média trinta minutos para cada orador discorrer sobre um tema de livre escolha, geralmente temas de interesse nacional ou estadual que geram discussões entre os membros da Casa. A cada início do Grande Expediente é facultado a cada líder de partido dez minutos para versar sobre um tema de sua preferência
- **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** neste momento é dado ao orador o tempo de quinze minutos para que ele verse sobre um tema de sua escolha.

As sessões Extraordinárias poder ser realizadas em horários diversos e têm uma duração de quatro horas. Já as sessões solenes são destinadas às homenagens e comemorações, tais como a instalação e encerramento dos trabalhos legislativos.

As sessões Especiais são destinadas à apreciação de veto ou à indicação/aprovação da escolha das pessoas mencionadas no [art. 49](#) da CE, ouvir Secretário de Estado e dirigentes dos órgãos mencionados no inciso XIV do art. 49 da Constituição Estadual, permitir a

participação da sociedade organizada e nos julgamentos de crime de responsabilidade. Essas sessões são realizadas em diversos horários.

Para compor o *corpus* dessa pesquisa, gravamos e transcrevemos algumas sessões ordinárias referentes ao mês de agosto de 2006, porque, de todas as sessões, essas são as que ocorrem com maior frequência e com duração significativa, o que facilitou a coleta. Cumpre, ainda, informar que o *corpus* de ocorrências relativo ao discurso político foi constituído, principalmente, do pequeno e do grande expediente e das explicações pessoais.

5.2. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE:

- coleta dos *corpora*: gravação de áudio das conferências proferidas nos Seminários Lingüísticos na Universidade Federal do Ceará (discurso científico)⁴⁰ e de discursos oratórios realizados na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (discurso político) e transmitidos pela TV Assembléia, Canal 30.
- transcrição dos *corpora* de conferências e discurso político (Adaptação das Normas do NELFE - UFPe)⁴¹.
- identificação das ocorrências de uso das estratégias de reformulação com função de definição presentes nos *corpora*.
- análise qualitativa do uso das estratégias de reformulação – paráfrase com função de explicação definidora - de acordo com as categorias de análise propostas a seguir.
- análise quantitativa: para verificação de frequência, utilização dos programas *Makecell* e *Crosstab* do pacote computacional *Varbrul*⁴² como recursos metodológicos que permitiram aferir, com mais acuidade, os resultados.

5.3. CATEGORIAS DE ANÁLISE

Com a análise das ocorrências identificadas como estratégia de reformulação definidora nos *corpora* da pesquisa, pretendemos postular uma tipologia que considere os

⁴⁰ Em relação a quantidade dos Seminários Lingüísticos, das oito conferências transcritas e utilizadas no *corpus*, seis já haviam sido gravadas e cedidas pelo prof. Yvanovick Dantas Valério, coordenador dos Seminários, e duas foram gravadas por nós, no ano de 2006. Todas as conferências que constituem o *corpus* aconteceram sob a coordenação do mesmo professor.

⁴¹ Ver anexo I.

⁴² Ver anexo II, especificação dos procedimentos de utilização do Varbrul.

aspectos formais, semânticos e pragmático-discursivos para as explicações definidoras em uso nos discursos expositivo-argumentativos, em especial nos discursos científico e político.

5.3.1. QUANTO AOS ASPECTOS SINTÁTICO-SEMÂNTICOS

Buscando-se observar a relevância da paráfrase com função de explicação definidora para a construção dos discursos científico e político, fizemos uma análise do uso de tal recurso, uma vez que concebemos que há muitas formas de definir. E tais definições são feitas de acordo com os propósitos de cada enunciador e, em cada discurso, elas podem variar em virtude das especificidades do uso.

Consideramos, em nossa pesquisa, os aspectos formais relativos à complexidade léxico-sintática e a marca de definição.

5.3.1.1. COMPLEXIDADE LÉXICO-SINTÁTICA

Em relação à complexidade léxico-sintática, propomos três categorias para a análise. Para cada ocorrência, avaliou-se, comparativamente, a complexidade léxico-sintática do segmento reformulador(definição) e do segmento de origem.

- a) maior complexidade léxico-sintática - expansão (m)

Ex: (13) (...) LÍngua como é que eles vêm” *como um sistema de signos HISTórico’ E SOcial’ que possibilita ao homem significar o mundo’ e a realidade’ né*” então a gente tem ‘ eh concepções de linguagem de língua’ que vão muito além da questão do siste:ma e isso traz’ NATuralmente’ muitas implicações não é” (SLHE-DC2002.2)

- b) menor complexidade léxico-sintática - condensação (n)

Ex: (14) (...) está sendo feita inclusive uma campanha pra dar bolsa para os cursos pagos da Universidade Vale do Acaraú’ da UVA(+) para promover candidatos que são é/ gerenciam esses modelos que nós sempre combatemos’ porque nós temos um compromisso com a sociedade cearense de defender a universidade pública estadual de qualidade gratuita(+)(84IT-PIIDP16/08/2006)

c) igual complexidade léxico-sintática (i)

Ex: (15) (...) a intertextualidade dependeria do receptor” porque o receptor é que cria tudo” não concordo(+) porque eu acho que/em primeiro lugar’ houve intencionalidade de fazer o diálogo entre os textos e houve o que a gente chama de ostensão’ indicação’ (SLMM –DC2006)

5.3.1.2. TIPO DE MARCA DE DEFINIÇÃO

Consideramos importante em nossa análise identificar a presença e o tipo de marcas de definição, uma vez que tais elementos nos informam a relação existente entre a primeira unidade a ser definida e a sua unidade definitória. Como marcas de definição, verificamos a presença dos marcadores típicos de reformulação, tais como *isto é, ou seja, quer dizer*. Além dessa marca, identificamos os predicados de estado que são muito comuns em definições, tais como os verbos *Ser, Significar*.

a) presença de marcadores de reformulação (r)

Ex: (16) (...) vocês se lembram de casos de programa de humor que imita um estilo” é o famoso partiche(+) **quer dizer**’ *não precisa ter cont/ o conteúdo não interessa’ não interessa o que ele está dizendo’ mas se ele imitar o estilo de algum escritor’ algum autor’ algum artista’ não é*(+) *eu vou está fazendo um certo partiche*(+)(SLMM –DC2006)

b) presença de predicado de estado (p)

EX: (17) eu vou fazer uma pequena introdução (+) primeiro’ pra dizer o que é intertextualidade’ aquilo que todo mundo já sabe(+) ora’ si se diz intertextualidade *é exatamente algo entre textos*(+) (SLMM –DC2006)

c) ausência de marca (h)

Ex: (18) (...) então os gêneros têm essa função’ não de/eh servir de: receita’ modelo’ ah rígido’ não é” camisa de força pra você/você só pode falar assim’(SLHE-DC2002.2)

5.3.2. QUANTO AOS ASPECTOS TEXTUAL-DISCURSIVOS

5.3.2.1. FUNÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS

Funções textual-discursivas, tais como:

- a) *explicação*, quando a explicação definidora dá uma explicação, esclarecendo o sentido de um termo ou expressão anterior. Aproxima-se da definição *contextual* de Hegenberg e da *descritiva* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (e)

Ex: (19) (...) muito bem' para' Marcuschi os gêneros são fenômenos *HIS:TÓRICOS*' profundamente vinculados à vida cultural E social' que se constituem como formas de ação in:contornáveis' é: aquela história que eu falei' incontornável' tá que você não/não pode dar jeito né'' você TEM que se comunicar dentro' de' determinados' gêneros' certo'' (SLHE-DC2002.2)

- b) *exemplificação*, quando a definição se dá por meio de exemplos. (x)

Ex: (20) (...) mas eu dizia' e agora como a pesquisa na universidade' a responsabilidade da universidade é muito muito muito grande' principalmente nós que trabalhamos em universidades oficiais' ou seja' *estadua:is*' *federa:is* mesmo *municipa:is*' (SLFB-DC2006)

- c) *utilização de palavra ou expressão equivalente*. Ocorre quando a explicação definidora oferece outro termo ou expressão mais conhecida para definir um termo ou expressão anterior. Aproxima-se da definição *nominal* de Hegenberg e *complexa* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (u)

Ex: (21) (...) a gente pensa que é tudo' muito fá:cil muito da:do' os alunos entende:rem por exemplo a questão do discurso' ah rela relatado né'' *citad:do nos nos textos* mas eu já assisti por exemplo' a uma aula' em que a profeSSOra estava com dificuldades' certo''de identificar quem: era o: locutor de tal' né' (SLHE-DC2002.2)

É importante lembrar que as modalidades de definição discutidas na fundamentação teórica serviram de ponto de partida para a elaboração de uma proposta de tipologia mais próxima do uso real dessa estratégia de textualização nos *corpora* da pesquisa.

Discutiremos, também, nos resultados os propósitos enunciativos das reformulações, tais como adequação teórico-conceitual, orientação argumentativa, figuras retóricas etc. Vale ressaltar que esses critérios não serão quantificados, mas discutidos em relação aos demais critérios.

5.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO

No presente capítulo, relatamos as etapas seguidas para chegarmos aos resultados dessa pesquisa. Para a análise dos *corpora* dessa investigação foram coletados e transcritos dois tipos de discursos: o científico e o político. O primeiro, refere-se às conferências proferidas nos Seminários Lingüísticos na Universidade Federal do Ceará, o segundo tipo são os discursos oratórios realizados na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, mais especificamente, os proferidos nas sessões Ordinárias. Os *corpora* medem um volume textual, aproximado, de 130. 000 palavras.

Depois da coleta e transcrição segundo a adaptação que fizemos das normas do NELFE, as ocorrências foram devidamente classificadas de acordo com as categorias de análise propostas e, daí, com auxílio do programa computacional Varbrul, verificamos quantitativamente e qualitativamente as hipóteses.

Além disso, classificamos as funções textual-discursivas da paráfrase como explicação definidora nos discursos coletados.

CAPÍTULO 6

RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO

“A perspectiva de uma contribuição significativa é contingente à concentração de esforços em certos tópicos, até que seja possível deles tirar alguma coisa que não havia sido encontrada antes”.(CASTRO, 2002, p.125)

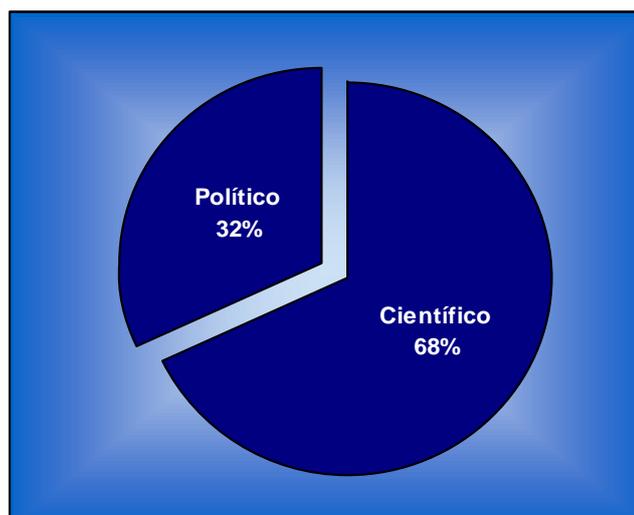
6.1. USO DE EXPLICAÇÃO DEFINIDORA NOS DISCURSOS CIENTÍFICOS E POLÍTICOS

Conforme mencionamos, a explicação definidora é concebida como uma paráfrase que reformula o elemento anterior mantendo com este elemento uma relação de equivalência semântica, dentro de um mesmo contexto. Trata-se, portanto, de um tipo de paráfrase que opera sobre o próprio tópico metalingüística ou metadiscursivamente, de maneira que defina ou explique o significado de uma primeira expressão, em geral, por meio de uma maior complexidade léxica e sintática.

Procuramos, nessa pesquisa, identificar as diferenças entre o uso de explicações definidoras nos discursos científicos e políticos. Para tanto, verificamos, primeiramente, em que tipo de discurso é mais freqüente o uso de tal estratégia textual-discursiva, na tentativa de responder ao primeiro questionamento específico do nosso trabalho: O tipo de discurso determina a freqüência maior ou menor do uso da paráfrase com função de explicação definidora? E se determina, como determina?

O gráfico 1 apresenta resultados relativos à freqüência de utilização da explicação definidora em todo o *corpus*.

Gráfico 1: Uso de explicações definidoras nos discursos científicos e políticos



Conforme observamos no gráfico 1, o uso da paráfrase com função de explicação definidora em conferências proferidas em seminários (discurso científico) é bem mais freqüente do que em discursos oratórios realizados na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (discurso político).

De um total de 200 ocorrências de explicações definidoras, 136 foram nos discursos científicos, correspondendo a 68% desse total; já nos discursos políticos, tivemos 64 ocorrências, que significa 32% do total. Esse resultado se deu, principalmente, porque nos discursos científicos há uma maior preocupação em definir os termos em virtude do propósito metalingüístico e metadiscursivo de garantir precisão e adequação conceitual, enquanto nos discursos políticos, o uso da paráfrase com função de explicação definidora se dá, em geral, com o objetivo de garantir a persuasão. Em outras palavras, a explicação definidora cumpre nos discursos científicos uma função primordialmente metalingüística, enquanto nos discursos políticos a função precípua é apelativa.

Sendo os Seminários Lingüísticos um discurso com alto grau de densidade terminológica e, além disso, destinados, principalmente, aos alunos do Curso de Letras, o palestrante sente, freqüentemente, a necessidade de definir termos científicos, os quais ele acredita que não fazem parte do conhecimento dos alunos. Vale lembrar que esses seminários têm como propósito a formação lingüística de tais alunos, cumprindo um objetivo pedagógico de compreensão de conceitos.

Nos discursos oratórios, não há a necessidade de, freqüentemente, definir termos políticos, uma vez que esses são menos densos e não têm a natureza pedagógica dos discursos científicos que analisamos. Além disso, se considerarmos o papel dos interlocutores presentes

(todos deputados) no contexto da interação na Assembléia, verificamos que não há uma assimetria, uma diferença significativa no nível de informações que justifique o uso recorrente de explicações definidoras, tal como acontece com o discurso científico, sobretudo o de natureza pedagógica. Mesmo que a audiência não esteja restrita apenas aos Deputados, porque esses discursos são transmitidos em canal aberto para a população, os oradores não podem utilizar as explicações definidoras de maneira tão recorrente como no discurso científico, já que essa atitude poderia demonstrar que o orador subestima seu ouvinte. Então, para que isso não ocorra, o orador faz um balanço entre o conhecimento implícito e explícito no momento de seu proferimento, pressupondo o conhecimento prévio de seus ouvintes e, dessa maneira, definindo aquilo que acredita ser necessário definir. Vejamos como são utilizadas as explicações definidoras nos exemplos (22) e (23), respectivamente, no discurso científico e no discurso político:

(22) (...) poderia dizer que eu tenho interdiscursividade entre os gêneros (+) o discurso humorístico se servindo do discurso religioso (+) agora' eu poderia ver alguma intertextualidade aí" (+) além dessa' do gênero" (+) interdiscursividade você já viu' *dois discursos se misturando*' não é" (SLMM – DC2006)

(23) (...) onde nós sabemos que o eleitor *que é a razão de ser de todo e qualquer processo eleitoral*' tem visões diferentes (+) mostra educação e cultura diferente (+) (83FH –PIDP09/08/2006)

No exemplo (22), a paráfrase como explicação definidora é usada para esclarecer o significado do termo *interdiscursividade*. Com o objetivo de que o ouvinte compreenda o assunto de sua palestra, o palestrante busca deixar claro como deve ser concebido esse termo em seu discurso. O recurso da paráfrase nesse tipo de discurso, como visto, deve buscar a precisão conceitual necessária à argumentação.

Já no exemplo (23), o orador define *eleitor* por meio de uma explicação definidora de caráter argumentativo - atitudinal, buscando não apenas definir o eleitor como um conceito imanente, geral (*eleitor = aquele que elege os governantes*), mas atribuir a esse uma constatação axiológica. Nesse tipo de discurso, as explicações definidoras, geralmente, refletem as crenças, propósitos do orador.

Guimarães (1989, p.18), tratando desses dois tipos de discursos, afirma que, enquanto no discurso científico o falante pretende fazer o ouvinte saber, no discurso político, o orador pretende fazer seu ouvinte crer. Daí o uso da paráfrase como explicação definidora

ser muito mais recorrente no discurso científico, já que, por meio dela, se explica e precisa o sentido do termo ou expressão.

6.2. QUANTO AOS ASPECTOS SINTÁTICO-SEMÂNTICOS

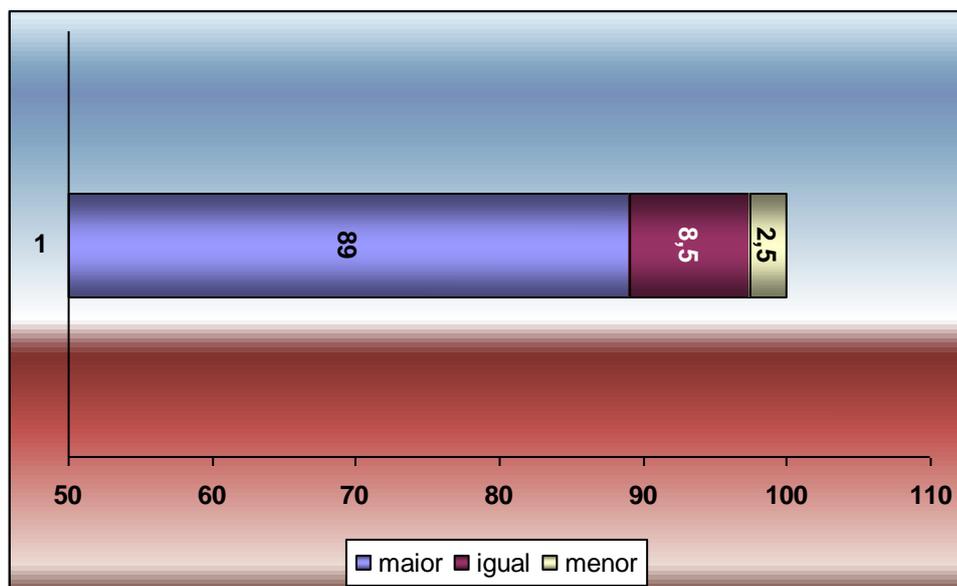
6.2.1. COMPLEXIDADE LÉXICO SINTÁTICA

Em relação à complexidade léxico-sintática do segmento que procede a explicação definidora, lembramos que Hilgert (1996) considera que o deslocamento de sentido na paráfrase está relacionado às características léxico-semânticas dessa. Segundo o autor, por meio de uma expansão, isto é, uma unidade léxica e sintaticamente mais complexa, há uma especificação do sentido, uma vez que o elemento matriz tem uma abrangência semântica maior do que a unidade definidora. Já por meio de uma condensação, unidade léxica e sintaticamente mais simples, esse autor afirma que ocorre o inverso, uma generalização do sentido da primeira expressão, uma vez que se passa de uma informação mais específica contida no elemento matriz para uma informação mais geral.

Com o objetivo de responder ao segundo questionamento de nossa pesquisa - Que relação há entre os dois tipos de discurso e a complexidade léxico-sintática no segmento reformulador? analisamos, primeiramente, a complexidade léxico-sintática da explicação definidora nos *corpora*, considerando que esta pode ser maior, quando a explicação definidora tiver um número de palavras maior do que a unidade definida; *menor*, quando a definição for menor em número de palavras do que a unidade definida; e *igual*, quando a explicação definidora tiver o mesmo número de palavras do elemento matriz.

O gráfico 2 exibe os resultados relativos à complexidade léxico-sintática nas explicações definidoras identificadas em todo o *corpus*.

Gráfico 2: Complexidade léxico-sintática nas explicações definidoras (%)



Observando o gráfico 2, percebemos que a reformulação por meio de explicação definidora consiste, preponderantemente, numa unidade de complexidade léxico-sintática maior, equivalendo a 89% do total das ocorrências, tal como podemos verificar em (24):

(24) (...) clítico é uma palavra do mesmo radical de clínica *clínica é um lugar onde as pessoas se deitam* porque não estão muito bem e precisam ser examinadas' certo' então o clítico é algo que não fica em pé sozinho' precisa do apoio de outro' que se INCLINA que se DEITA'(SLAU-DC2002.2)

Em (24), temos uma explicação definidora que precisa o sentido do termo *clínica*, por meio de uma expansão léxico-sintática, com o propósito de especificação do sentido desse termo.

Com complexidade léxico-sintática igual ao termo ou expressão definida, registrou-se apenas um percentual de 8,5%, tal como exemplificamos a seguir:

(25) (+) então uma maneira de você controlar as variantes' é' seria pelo cálculo estatístico' pelo *cálculo de ocorrências*' não é'' ocorrência baix/baixa' média' alta e assim' você arranjará um critério para registrar a maneira de registrar a palavra no dicionário(+)(SLFB-DC2006)

No exemplo (25), a complexidade léxico-sintática é igual à expressão definida. O orador apenas substituiu a expressão *cálculo estatístico* por uma que julga ser mais familiar ao

ouvinte, *cálculo de ocorrências*. Não há, nesse exemplo, nenhuma especificação de sentido, como em (24), uma vez que ambas as expressões são equivalentes.

Nos nossos dados, verificamos que, quando ocorre uma complexidade léxico-sintática maior em extensão (número de palavras) que a unidade definida, realmente, há uma especificação de sentido. No entanto, quando a complexidade léxico-sintática do segmento reformulador de origem é igual ou menor que a unidade definida, isso não significa que haja uma generalização como propõe Hilgert (*op. cit.*), tal como nos exemplos (26) e (27):

(26) (...) o discurso autoritário ele busca um sentido único’ ele busca *a monossemia*’ né’ e não a polissemia’ a multiplicidade de sentidos’ né(+)(SLMU – DC2006)

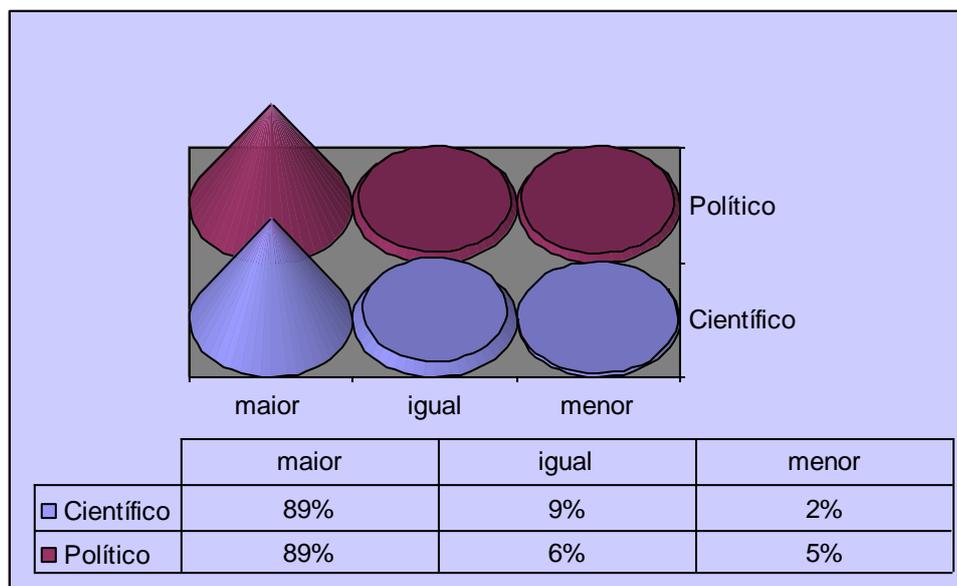
(27) pelo nosso governo federal no plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica (+) está prevista a construção de três escolas técnicas federais’ cinco escolas agro/ agro-técnicas e trinta e duas unidades descentralizadas vinculadas aos centros federais tecnológicos’ os *CEFETS* (+)(85RM-PIIIDP22/08/2006)

Em (26), a paráfrase como explicação definidora, apesar de ter complexidade léxico-semântica menor que a expressão definida, não faz uma generalização do sentido da expressão de origem, uma vez que *monossemia* não pode ser considerado como um termo de sentido mais geral do que a expressão *sentido único*. Da mesma forma ocorre em (27), em que um acrônimo (*CEFETS*) é utilizado para encapsular o sentido da expressão definida (*centros federais tecnológicos*), posto que, às vezes, o acrônimo pode ser mais acessível do que o que ele significa, como nesse caso.

Vale ressaltar que, em nosso *corpus*, tivemos apenas 2,5% de explicações definidoras por meio de segmento discursivo com complexidade léxico-sintática menor.

Depois de verificarmos de maneira geral a frequência concernente à complexidade léxico-sintática nas explicações definidoras, observamos esse uso em cada um dos discursos analisados.

O gráfico 3 expõe, comparativamente, os resultados relativos à frequência e ao tipo de complexidade léxico-sintática nas explicações definidoras em todo o *corpus*.

Gráfico 3: Complexidade léxico-sintática nos discursos científicos e políticos (%)

Conforme podemos observar no gráfico 3, a expansão predomina, com a mesma frequência, nos dois discursos, 89% do total, o que corresponde a 178 ocorrências, contra 22 ocorrências dos demais tipos. Assim, a explicação definidora se dá, tipicamente, por uma especificação de sentido da unidade que define. Essa especificação de sentido da explicação definidora possibilita ao enunciador uma interpretação semântica da unidade definida, como se vê nos exemplos a seguir:

(28) no discurso lúdico o sentido eu não imponho o sentido' os sentidos pelo contrário' eles são ambíguos(+) eles *dão margem à / é / outras interpretações'* né(+)(SLMU – DC2006)

(29) (...) estratégia número dois(+)*recorre-se frequentemente a um discurso naturalista' isto é' aos discursos que tem um caráter universalizante' como o religioso e o científico(+)* por exemplo'(SLMU – DC2006)

(30) (...) requerimento pede que o Tribunal de Contas do Estado' *que é um órgão auxiliar do poder legislativo' e é o órgão fiscalizador tecnicamente das contas do estado'* que seja feito uma auditoria na conta da dívida ativa do estado(+)*(85NM-PIIDP22/08/2006)*

Nos exemplos (28), (29) e (30) temos o que Halliday (1985) denomina de uma *relação lógico-semântica de expansão* entre os termos, buscando-se garantir que o interlocutor compreenda as informações. Esse tipo de construção deve, segundo Hilgert

(*idem*), definir termos abstratos e explicitar, ou seja, esclarecer, precisar as informações do enunciado que se define.

Nos discursos científicos, a expansão léxico - sintática cumpre, principalmente, os propósitos de esclarecimento e detalhamento e, na maioria das vezes, se recorre a uma definição já estabelecida por um autor ou por uma teoria como no exemplo (31) em que se define o termo *gêneros*.

(31) (...) você tem a descrição literária mesmo dentro de uma narrativa' não é e por aí vai' você tem descrição técnica' certo" então são seqüências' ahahah sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias' cate/categorias teóricas' determinadas por aspectos lexicais e sintáticos' relações lógicas' tempo verbal' etc etc' designações teóricas dos tipos' narraçã:o' argumentaçã:o descriçã:o e junção e exposição' então você teria assim' tipos de seqüências mais ou menos essas aí que o Marcuschi coloca' agora o que seriam os gêneros" *os gêneros são realizações/olha essa palavra aí é importante(+)* lá ele diz que não são/que são construtos teóricos' né" e aqui ele diz que são realizações lingüísticas CONcretas' certo" (+) definidas por propriedades só:cio-comunicativas (SLHE-DC2002.2)

No exemplo (31), o palestrante utiliza-se de uma definição proposta por um teórico da área para esclarecer (fazer saber) ao seu ouvinte o sentido de gêneros textuais. Ao utilizar o que Platão e Fiorin (*op.cit.*) denomina como *argumento de autoridade*, isto é, o recurso a uma autoridade reconhecida, no caso Marcuschi, [para atribuir um conceito], o falante busca dar maior credibilidade ao seu discurso, ao mesmo tempo em que se exime de qualquer responsabilidade em relação a sua fala.

Nos discursos políticos, o orador, ao utilizar uma expansão, parece visar muito mais a propósitos de recuperação de contextos, de fatos históricos, do que a esclarecimentos sobre o significado de termos ou expressões. O que se deseja é orientar a construção de uma imagem pelo interlocutor, tendo em vista que essa imagem a ser construída pelo interlocutor deve estar de acordo com os propósitos persuasivos do enunciador. Vejamos uma ocorrência desse tipo de uso no exemplo (32), em que se define o termo *trabalhador*:

(32) só encerrando senhor presidente (+) e aqui fica novamente a solicitação à polícia militar do Estado do Ceará' à polícia civil nas suas áreas' à guarda municipal através do dr. Aurimar Rocha (+) precisamos' urgente' dar assistência ao trabalhador' *aquele homem humilde que' muitas vezes' acorda de madrugada' não tem hora pra chegar em casa' e não ta recebendo a:: a assistência que ele deve receber* (+) muito obrigado senhor presidente (+) (83DC – DP09/08/06)

Observamos que a expansão no exemplo (32) descreve como o orador quer que o ouvinte interprete o conceito que ele associa ao termo “trabalhador” nesse contexto. Há um deslocamento de sentido do termo definido, buscando-se a construção de uma imagem do que seja trabalhador na perspectiva do enunciador. Essa imagem deve ser construída pelo interlocutor de acordo com os argumentos utilizados na definição que o orador dá de trabalhador, ou seja, *um homem humilde, que acorda muito cedo* etc. Cumpre dizer que o item “trabalhador” pertence a uma linguagem corrente, familiar; por esse motivo, concluímos que não são razões de ordem estritamente metalingüística que motivaram o uso de uma explicação definidora nessa ocorrência do discurso político.

Além disso, a explicação definidora por meio de uma expansão serve para adequar o vocabulário ao contexto de uso dos termos ou expressões, visando ao reconhecimento das intenções do falante pelo interlocutor e a partir desse reconhecimento uma resposta, de preferência positiva, por parte desse.

Vale ressaltar, ainda, que o uso da explicação definidora com complexidade léxico-semântica menor se deu, como nos mostra o gráfico 3, em maior número de frequência nos discursos políticos, 5% do total contra 2% dos discursos científicos. Tal resultado contraria nossa hipótese de que nos discursos políticos a complexidade léxico-sintática seria maior do que no discurso científico.

No discurso político, o uso das explicações definidoras menores, mais sucintas do que no discurso científico, talvez possa ser explicado pela diferença entre processos lingüísticos de construção e de identificação de referência. Parece-nos que, nos discursos científicos analisados, o orador se volta muito mais para o propósito de construir, de acrescentar, à memória do ouvinte, um determinado conceito do que de reativá-lo, por meio de referências identificadoras, como parece acontecer no discurso político. Esse fato está também relacionado com o nível de conhecimento compartilhado entre os interlocutores nas duas situações de interação. Com efeito, no discurso político, parece haver maior compartilhamento de informações, o que justificaria o uso das explicações definidoras sucintas, com o propósito de fazer evocar, de ativar um conceito já conhecido.

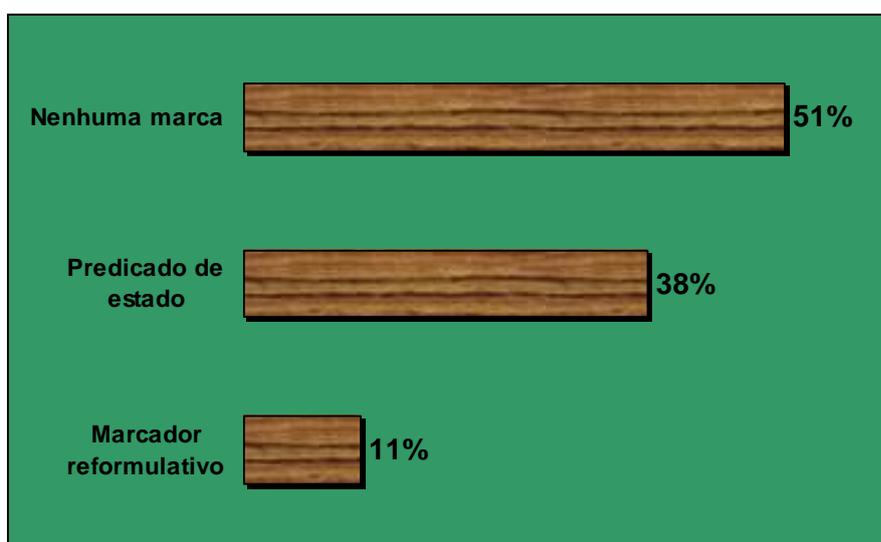
6.2.2. TIPO DE MARCA DE DEFINIÇÃO

Em nossa investigação do uso da explicação definidora nos discursos científicos e políticos, buscamos responder a terceira questão específica proposta: Que tipos de marcas de definição são recorrentes em cada tipo de discurso e por quê?

A presença de certas marcas na definição, tal como os marcadores de reformulação, nos informa o tipo de relação existente entre o elemento definido e o seu definidor, a explicação definidora.

O gráfico 4 traz os resultados relacionados a presença e tipo de marcas de definição nas ocorrências de todo *corpus*.

Gráfico 4: Uso de marcas de definição nas explicações definidoras (%)



Conforme os resultados do gráfico 4, a ausência de marcas típica é predominante em todo o *corpus* analisado, 51% do total das ocorrências, ou melhor, 102 explicações definidoras ocorreram sem nenhuma marca que as introduzisse. Dessas, 62 ocorrências no discurso científico e 40 no discurso político. Essa ausência de marcas, na verdade, corresponde à ausência de um marcador típico de explicação definidora, como um marcador reformulativo, ou um predicado de estado, como os verbos *ser*, *significar* etc.

No entanto, se considerarmos a construção apositiva não-restritiva, tal como descrita por Nogueira (1999), como uma construção que estabelece uma equivalência semântica no contexto de uso, é esse tipo de construção que instaura a explicação definidora nos discursos científicos e políticos, uma vez que ocorre quando os elementos em aposição estão em

unidades de informação separadas, o que é indicado, no caso das explicações definidoras do *corpus*, por uma pausa ou mudança de unidade tonal, tal como nos exemplos a seguir:

(33) (...) aí eu escuto você dizer(+) será que existe um discurso humorístico 'um discurso de humor' deve existir' (SLMM –DC2006)

(34) (...) homens que eram simples 'homens que não tinham bens' e como é com salário de quatro' cinco ou seis mil reais esses prefeitos ficam milionários da noite pro dia' (+)(84AR-PIIDP16/08/2006)

(35) (...) Chomsky' é:: (+) faz-se referência ao significado' mas o significado fica não estudo separado da sintaxe' que fica por sua vez separado da fonologia (+) certo'' é perfeitamente possível estudar sem o significado' é perfeitamente possível estudar sem sintaxe' é perfeitamente possível estudar fonológico' mas cada um de uma vez' isso é outro modo no do/é daí que nós estamos tirando a impressão Mo-du-la-ri-za-ção (+) certo'' de modular (+) certo'' então isso é um estudo modular 'um estudo que contempla todas as áreas da lingüística' mas deixando cada uma separa:da da outra' certo'(SLAU-DC2002.2)

Nos exemplos (33), (34) e (35), as explicações definidoras não são instauradas por nenhuma marca típica de definição, mas são separadas da expressão que definem por pausas. A respeito desse tipo de construção, Nogueira (*op.cit*) menciona que cada unidade apositiva contribui com uma informação relativamente independente, posto que não constituem uma única unidade de informação.

No exemplo (33) temos duas expressões de informação separadas por uma pausa, *discurso humorístico* (pausa) *um discurso de humor*. Da mesma forma ocorre em (34) em que temos duas unidades em aposição, *homens que eram simples* e *homens que não tinham bens* e em (35) *estudo modular* e *um estudo que contempla todas as áreas da lingüística*. Podemos perceber que os oradores utilizam expressões equivalentes para definir e que essas podem ocupar o mesmo lugar sintático que o elemento definido em tais contextos. Na classificação de Hilgert (*idem*), essas expressões tratam-se de paráfrases adjacentes, uma vez retomam imediatamente o enunciado para sanar possíveis dúvidas e reforçar os assuntos tratados.

No gráfico 4, os predicados de estado – identificadores – do tipo *ser*, *significar*, *querer dizer*, aparecem em segundo lugar, com 38% ou 76 ocorrências do total, sendo dessas 56 no discurso científico e 20 no discurso político. Esses predicados servem para mostrar, explicitamente, a relação de equivalência semântica entre a unidade definida e a unidade definidora

Para ilustrar o que dissemos, escolhemos as ocorrências a seguir:

(36) (...) é um verbo de ação porque ele tem um sujeito ativo certo” só quando ele se combina com com o verbo(+) ah’ só quando ele se combina com um sujeito agente’ portanto isso é combinação’ é a relação’ é *sintaxe*(+)(SLFB-DC2006)

(37) (...) o Brasil é o 5º pior país no chamado Índice de GINI’ é o que é o índice de GINI? é o índice criado pelos organismos internacionais que varia de 0 a 1(+), o índice de 0’ se toda a renda do país fosse distribuída igualmente entre toda população’ portanto seria a igualdade total’ o índice é 1 quando? toda a riqueza de um país pudesse estar nas mãos de uma só pessoa’ portanto entre 0 a 1’ nós temos o chamado Índice de GINI ((eu acho que é assim))(+)(83AR-PIIIDP09/08/2006)

Nos exemplos (36) e (37), temos o uso de predicções identificadoras iniciadas com o verbo *ser*. No exemplo 36, o verbo *ser* estabelece uma relação de sinonímia entre os termos *combinação*, *relação* e *sintaxe*. Além disso, esse tipo de predicado reflete escolhas do falante segundo os objetivos que deseja alcançar. Este tenta, de todo modo, utilizar “as palavras certas” para definir o termo, e assim fazer com que o seu ouvinte entenda seu enunciado. Num ambiente como o que ocorrem os Seminários Lingüísticos, em virtude de a audiência ser constituída por alunos da graduação, o professor palestrante tenta adequar o seu vocabulário ao nível intelectual dessa audiência e formal da situação comunicativa.

No exemplo (37), a predicção identificadora ocorre por meio de uma expansão, na qual o falante procura explicar o que é *índice GINI*. Aqui também a reformulação reflete escolhas feitas pelo falante, mas não com o propósito apenas de adequação do vocabulário, posto que os oradores nos discursos políticos realizados na Assembléia Legislativa de Estado do Ceará, ao mesmo tempo em que informam e interpretam dados sobre o contexto sócio-histórico, tentam persuadir o interlocutor.

Vale ressaltar que, como comenta Ilari (2004, p. 49), quando se trata de fazer escolhas entre usar uma ou outra expressão ou frase, essas jamais são completamente inocentes.

Em consonância ao que afirma Apothéloz e Reicheler - Béguelin (1995), retomando o comentário a respeito das atribuições que o falante dá a um determinado objeto do discurso, concebemos que essa atribuição não é apenas por fatores referenciais, mas, se dá, principalmente, por fatores socioculturais e antropológicos.

Em terceiro e último lugar, foram utilizados os marcadores de reformulação. Esses marcadores são os elementos usados para indicar a relação de reformulação entre uma

unidade anterior com uma posterior, sejam elas sintagmas, orações, ou períodos inteiros de maneira que o enunciado se torne mais claro e preciso. (cf. NOGUEIRA, 2000). Com pouca frequência, representaram apenas 11% do total, sendo 9% no discurso científico e 2% no político. Ou seja, foram bem mais utilizados nas conferências do que nos discursos oratórios. Isso se dá provavelmente porque esses elementos, introdutores de uma paráfrase metalingüística, cumprem o papel de auxiliar na reelaboração do conteúdo da unidade definida pela paráfrase com explicação definidora, em explícita atitude de auxiliar a compreensão pelo ouvinte, que é o objetivo principal das palestras dos Seminários de Pesquisa. Nos discursos oratórios, o que se deseja é muito mais assumir um ponto de vista sobre o tema do proferimento, não sendo necessária a recorrência a esse tipo de marca.

Retomando o que mencionou Marcuschi (*op. cit.*), temos um caráter multifuncional nos marcadores reformulativos, já que são responsáveis pela organização na tomada de turnos pelos participantes da interação e, além disso, são controladores das estratégias adotadas pelos interlocutores na construção e manutenção de suas faces.

Vejamos, nos exemplos (38) e (39), o uso do marcador *ou seja* antecedendo a explicação definidora:

(38) (...) o que nós podemos dizer modernamente língua e discurso *ou seja* *'sistema previamente arquivado e o uso desse sistema'* (SLAU-DC2002.2)

(39) (...) daqui a pouco' eu não sei se hoje ou na próxima terça-feira' vão ser eh eh:: / os partidos todos tem um prazo para indicar os seus membros para participar da CPI das farmácias *ou seja* *'a CPI que vai analisar algum tipo de irregularidade entre as farmácias que informam aos laboratórios qual foi o tipo de medicamento que foi prescrito (+)* (83NM – PIDP09/08/2006)

Observamos, em (38) e (39), que o marcador **ou seja** antecede uma paráfrase, retomando o sentido da primeira unidade. Esse tipo de marca de definição estabelece uma relação de equivalência entre as unidades, assim como o uso dos predicados identificadores, uma vez que funciona como um conector que liga um elemento definido a explicação definidora.

Os exemplos que seguem servem para ilustrar o uso do marcador *quer dizer*, no *corpus* da pesquisa:

(40) (...) então essa dicotomia que é *língua e fala* *'langue e parole'* não é *'na língua de Saussure* *'a:* *'ela: separa* *'separa'né* o sistema lingüístico **quer**

dizer’ o conjunto de formas’ funções’ e regras que os indivíduos dispõem né”(SLNB – DC2003.1)

(41) (...) um dos motivos’ uma das razões pelas quais Saussure propõem isso’ segundo ele’ é que a língua’ ela é tangível’ **quer dizer**’ é possível elencar as formas’ é possível indicar as regras’ descrever as regras de uma língua’ né” (SLNB – DC2003.1)

Nos exemplos (40) e (41), o marcador **quer dizer** introduz uma explicação, precisa o que foi dito de forma que uma primeira unidade A signifique (queira dizer) o mesmo que uma segunda unidade B. Isso faz com que, como afirma Carvalho (2005), se reduza o grau de densidade terminológica das unidades definidas, posto que se trata de um discurso especializado em que se busca definir termos ou expressões técnicas ou especializadas, tais como *sistema lingüístico*, no exemplo (40); e *tangível*, no exemplo (41).

6.3. QUANTO AOS ASPECTOS TEXTUAL-DISCURSIVOS

6.3.1. FUNÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS

Para verificar que tipo de paráfrase com função de explicação definidora predomina nos discursos científicos e políticos e a razão de sua recorrência, com base nas tipologias discutidas no capítulo de revisão da literatura e após análise das ocorrências, propomos três tipos de explicações definidoras: explanação, utilização de palavra ou expressão equivalente e exemplificação, segundo o que pudemos verificar nos *corpora* analisados.

A explicação definidora com função-textual discursiva de explanação ocorre quando se utiliza uma estrutura mais elaborada (em geral, mais expandida) de definição para o estabelecimento de relação de equivalência semântica e conseqüentemente esclarecimento do sentido de uma palavra ou expressão, como nos exemplos (42) e (43).

(42) (...) de vez em quando eu vou fazer isso’ viu”(+) porque que é chamado de co-presença” porque a (Piedregot) faz uma separação” entre intertextualidade como co-presença e intertextualidade como derivação” *a co-presença é como se fosse naqueles casos em que eu pego o texto de alguém’ pedaços de textos de outras pessoas’ e insiro no texto que eu estou produzindo(+)* então’ eles co-habtam’ coexistem ali’ certo” (SLMM –DC2006)

(43) (...) esse escândalo do orçamento já aconteceu em anos anteriores' todos aqui lembram a CPI dos anões(+) *quando alguns deputados estaduais foram cassados e outros renunciaram por terem feito emendas superestimadas' por terem recebidos comissões' vinte' trinta' quarenta por cento em obras de empreiteiras em todo o Brasil e agora de novo o escândalo do orçamento*(+)(84AR-PIIDP16/08/2006)

Como podemos observar nos exemplos (42) e (43), a explanação se dá por meio de um segmento discursivo com complexidade léxico-semântica maior, tendo como propósito metalingüístico e metadiscursivo a adequação conceitual. Nessas ocorrências, há um desdobramento semântico, tendo em vista esclarecer, explicar, precisar o significado das expressões definidas. Esse tipo assemelha-se às definições *contextuais* descritas por Hegenberg (1974), podendo também ser aproximada aos dois primeiros tipos de definição propostos por Pontes (2006), a definição *simples* e a *reduplicação de definição*, bem como a definições *descritivas* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996).

O segundo tipo de função textual-discursiva da explicação definidora observado na análise é a utilização de palavra ou expressão equivalente. Isso acontece quando a explicação definidora oferece um outro termo ou expressão, geralmente mais conhecido, para reformular um termo ou expressão anterior de forma que facilite a compreensão por parte do enunciatário. Esse tipo de definição aproxima-se das definições *nominais* tratadas por Hegenberg (*op. cit.*) e das definições *complexas* propostas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (*idem*), quando estas apresentarem uma hipótese empírica de sinonímia para a definição, tal como nos exemplos que seguem:

(44) (...) então para os funcionalistas' o pragmático' *quer dizer*' o *comunicativo*' vêm acima do semântico'(SLAU-DC2002.2)

(45) (...) no mínimo vinte por cento do Congresso Nacional esteve metido no escândalo dos sanguessugas' e como isso funciona''a empresa procura determinado deputado' oferece determinados equipamentos' como ambulâncias' obras' esse deputado procura o prefeito' combina que aquela empresa deve ganhar a concorrência' a licitação e aí divide o bolo' e aí divide *o roubo*' entre o deputado e o prefeito(+)(84AR-PIIDP16/08/2006)

Percebemos que, no exemplo (44), há uma relação de equivalência semântica entre a unidade matriz (*pragmático*) com a sua unidade definidora (*comunicativo*). Notamos que, no exemplo (45), a equivalência entre *bolo* e *roubo* é estabelecida no contexto de uso, o que caracteriza esse procedimento como estratégia textual-discursiva.

Muitas vezes, a utilização de palavra ou expressão equivalente, principalmente nos discursos políticos, cumpre muito mais uma função axiológica do que esclarecedora, o que pode ser avaliado a partir das escolhas lexicais do orador. O termo “bolo”, que tem o sentido de grande soma indeterminada (de procedência duvidosa?) de dinheiro, é precisado com a utilização do item “roubo”. Ambos refletem a intenção de qualificar, disforicamente, as práticas ilícitas dos deputados envolvidos no chamado escândalo das sanguessugas.

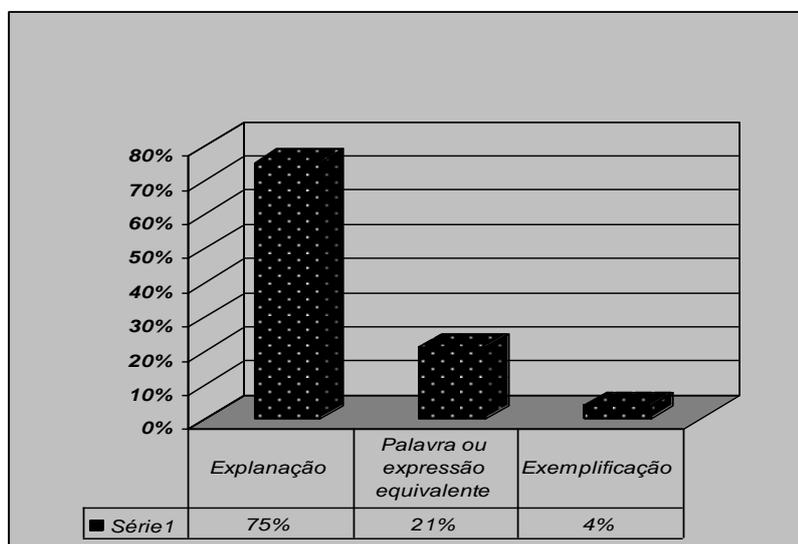
O terceiro tipo de função textual-discursiva, a exemplificação, dá-se quando o segundo elemento especifica o elemento anterior, sendo este tipicamente mais genérico. Há uma relação de inclusão (portanto, de equivalência apenas parcial), na qual o conteúdo da paráfrase está incluído na unidade antecedente. Vejamos a ocorrência deste tipo de explicação definidora no exemplo (46):

(46) (...) a teoria da metáfora conceitual (+) os nossos sistemas lingüísticos manifestados em formas gramaticais(+) *como por exemplo' as preposições' conjunções' morfemas e até mesmo tempo e aspectos verbais etc' né*” (SLAC – DC2006)

Como podemos observar em (46), a exemplificação trata-se de uma enumeração aberta de conteúdos incluídos no sentido da expressão definida. A título de ilustração necessária à construção e ao entendimento de um conceito, geralmente utiliza-se expressões do tipo: *etc, entre outras* ou *por exemplo*.

O gráfico 5 expõe os resultados relativos à frequência das funções textual-discursivas das explicações definidoras em todo *corpus*.

Gráfico 5: Funções textual-discursivas no corpus (%)



Conforme podemos observar, predomina a utilização da explicação definidora com função de explanação, com 75% do total, equivalendo a 150 ocorrências. Isso se dá porque a explicação definidora é tipicamente caracterizada por uma relação de expansão da unidade definida, em que se busca explicar e precisar o sentido dos termos. A explanação nos parece, portanto, o protótipo das explicações definidoras analisadas nesta pesquisa.

Algumas vezes, na explicação definidora com função de explanação pode haver uma descrição, uma enumeração das características que compõem parte ou o todo do elemento definido, como no exemplo que segue:

(47) (...) um assunto importante para o desenvolvimento do nosso Estado' da questão turística' onde o ministério público ééé' resolveu acionar as barracas da Praia do Futuro para que fossem fechadas/ nós que sabemos' nós cearense que somos' sabemos o quanto é importante para o desenvolvimento turístico do nosso estado (+) a atuação daquelas barracas na Praia do Futuro(+) é a *única praia operacional da cidade de Fortaleza' é a praia que tem o maior recorde entre os visitantes' e as pessoas que vem de fora' o o o pessoal que vem de outros estados que vem do exterior* (84SL-PIDP16/08/2006)

No exemplo (47), o orador define *Praia do Futuro* descrevendo as características dessa. Essa construção, além de assegurar a compreensão do ouvinte, mostra sob que foco o enunciado deve ser compreendido e demonstra o ponto de vista assumido pelo falante/autor, suas crenças, avaliações e julgamentos. A explanação que contém descrição é muito utilizada na tentativa de persuasão, típica do discurso político.

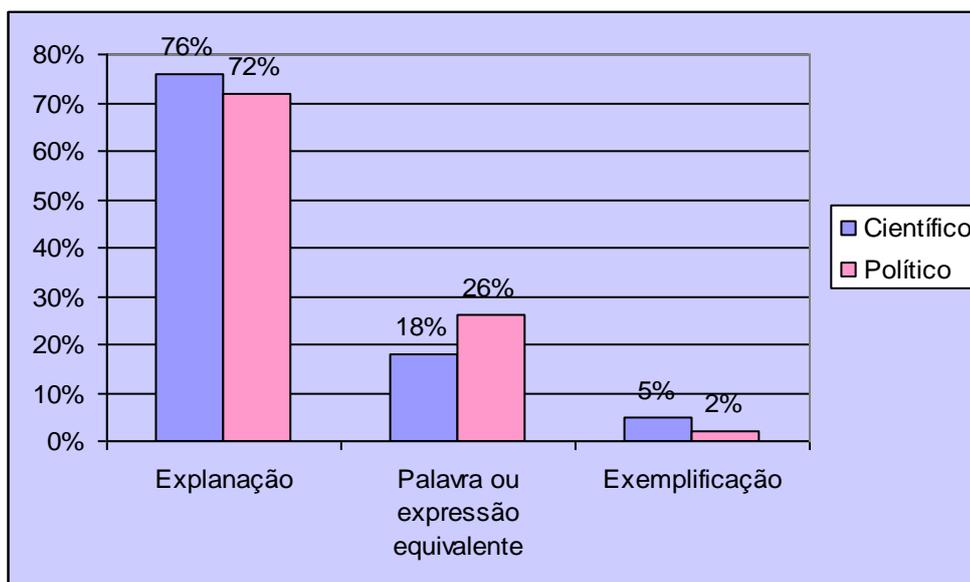
Em relação à frequência da explicação definidora com função de utilização de palavra ou expressão equivalente, tivemos, como mostra o gráfico 5, apenas 21% do total, correspondendo a 42 ocorrências dessa função textual-discursiva. Isso se dá, principalmente, pelo fato de que, quando se utiliza apenas uma palavra ou uma expressão equivalente, mesmo que essas sejam sinônimas do *definiens* e que especifiquem o sentido dele, geralmente, o orador se sente mais seguro da eficácia do ato comunicativo ao utilizar uma expressão com complexidade léxico-sintática maior, expandindo o termo ou expressão que ele deseja definir. Essa recorrência a mais informações que expliquem o elemento definido torna mais eficaz a definição e facilita a compreensão pelo seu auditório.

Em terceiro e último lugar, em termos de frequência de ocorrência nos discursos analisados, temos, tal como mostra o gráfico 5, a explicação definidora com função de exemplificação. A baixa recorrência de uso de exemplificação no *corpus*, apenas 4% do total, ou 8 ocorrências, sugere que, apesar de seu valor didático, essa é uma forma mais desviante

do protótipo de explicações definidoras já que, ao contrário das paráfrase em que se estabelece uma relação de equivalência semântica, na exemplificação, há apenas uma relação de inclusão (QUIRK, 1985) .

Respondendo ao questionamento sobre o tipo de explicação definidora que predomina em cada discurso que compõem os nossos *corpora* e por que, apresentamos a seguir, o gráfico 6, com os resultados dessa análise comparativa.

Gráfico 6: Tipo de explicações definidoras nos discursos científicos e políticos



Como disposto no gráfico 6, os resultados referentes ao tipo de explicação definidora nos discursos científicos e políticos, em termos de freqüência, foram semelhantes: Há maior recorrência, nos dois discursos, de explicações; com 76% (104 ocorrências) nos discursos científicos e 72% (46 ocorrências) nos discursos políticos, totalizando 150 ocorrências. Em segundo lugar, há a utilização de palavra ou expressão equivalente, com 18% (25 ocorrências), no científico e 26% (17 ocorrências), no político. E, em terceiro lugar, a exemplificação, com 5% (7 ocorrências), nos Seminários Lingüísticos e 2% (1 ocorrência) nos discursos oratórios da Assembléia.

Esse resultado nos faz ver que, em ambos os discursos, há uma preferência de uso da explicação definidora com função de explanação. Mas, apesar do uso das explicações, do ponto de vista da freqüência, ocorrer de maneira semelhante, isso não ocorre se considerarmos o aspecto pragmático-discursivo com que são utilizadas essas explicações, uma vez que, como dissemos, tratam-se de discursos distintos, com propósitos distintos, que cumprem funções diferentes.

Nos discursos científicos analisados, tendo em vista sua audiência e o seu contexto de produção, o ato de definir por meio de uma explanação aparece menos axiologicamente marcado, sendo mais concreto e evidente o objetivo pedagógico de auxiliar a interpretação do enunciado pelo enunciatário, tal como nos exemplos (48) e (49):

(48) (...) os pressupostos teóricos da semântica cognitiva nega o objetivismo(+) que vai justamente se contrapor a essa visão experiencialista *que os conceitos não são definidos a partir da propriedade inerente dos objetos* né” a a semântica cognitiva(...)(SLAC – DC2006)

(49) (...) mas eu vou só falar’ só rapidamente’ nós teríamos por exemplo’ na expressão o amor é uma jornada(+) nós teríamos o domínio fonte como sendo *aquele domínio(+)* *digamos assim internalizado através das nossas experiências corpóreas(+)*(SLAC – DC2006)

Nos exemplos (48) e (49), temos a utilização de uma explanação, buscando garantir a compreensão pelo auditório de termos técnicos (*visão experiencialista, o domínio fonte*). Os Seminários Lingüísticos constituem uma interação entre pessoas de uma área especializada, voltada para um público determinado. Neles há o que Pearson (1998) denomina de “comunicação entre professores e alunos”. Assim, esses discursos cumprem, principalmente, propósitos pedagógicos, uma vez que o objetivo básico é fazer com que os alunos compreendam o discurso do professor.

Nos discursos políticos, os propósitos textual-discursivos do uso das explicações são diferentes, posto que, nesses, o orador usa tal recurso com o objetivo de convencimento e persuasão de sua audiência, tal como no exemplo que segue:

(50) (...) desde que eu entrei aqui’ já assisti mais de dezenas de encontros’ seminários’ discussões sobre a reforma política (+) o Congresso Nacional atual’ *essa lama putrefática que enoja a sociedade e a política brasileira*’ passou esses três anos e meio’ nada fez (+) aí’(+) (83FH –PIDP09/08/2006)

Como podemos observar no exemplo (50), a intenção do orador ao utilizar a explanação não é fazer com que sua audiência saiba do que ele está falando, mas sim, atribuir um juízo de valor, expressar crenças e opiniões, uma vez que define o *Congresso Nacional atual*’ com uma expressão disfórica: *lama putrefática que enoja a sociedade e a política brasileira*. Dessa forma, nesse tipo de discurso, a explicação definidora com função de explanação dá uma orientação à audiência de como conceber o elemento definido.

Em relação ao uso da explicação definidora por meio de uma palavra ou expressão equivalente, vimos que, nos discursos políticos, se recorre mais a esse tipo de reformulação do que no científico. Provavelmente, isso se dá pelo fato de que, nesses discursos, remeter-se, sucintamente a um termo ou expressão para precisar o sentido pretendido, muitas vezes, torna-se mais apropriado do que uma longa explicação definidora. A pressuposição que o orador faz da informação pragmática do seu público evita que ele, em determinados momentos, utilize uma definição mais expandida, posto que, ao assumir tal atitude, o orador pode estar subestimando o conhecimento de mundo que tem a sua audiência.

Além disso, é freqüente, nos discursos políticos analisados, a especificação do significado de acrônimo, como no exemplo (51):

(51) (...) uma audiência pública para debater com a sociedade civil organizada e órgãos governamentais sobre a crise na segurança pública com ênfase nas recentes execuções sumárias de jovens por grupos de pessoas encapuzadas (+) nessa nossa audiência' deputados e deputadas' além da Comissão de Direitos Humanos' estiveram presentes o SINDEP' que é o *Sindicato dos Agentes Penitenciários aqui do estado do Ceará*'(...) (85IT-PIDP22/08/2006)

Sabendo-se que os discursos oratórios que constituem o *corpus* de nossa pesquisa têm como público alvo tanto os parlamentares presentes na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, como o povo, algumas vezes, a utilização de palavra ou expressão equivalente no discurso do orador reflete o nível de conhecimento que esse acredita ter a sua audiência, como no exemplo (51), em que o orador acredita ser necessário atribuir outra expressão para esclarecer o acrônimo *SINDEP*.

Já nos discursos científicos, a utilização de palavra ou expressão equivalente ocorreu um pouco menos, reafirmando o fato deste tipo de discurso visar, principalmente, a objetivos de natureza didática. Vejamos um exemplo abaixo que ilustra o uso de uma palavra ou expressão equivalente em tal discurso:

(52) (...) essa forma de aprender o mundo que a gente adquire através da linguagem' ela é:: é::' esse discurso' por exemplo' do Santo Ambrósio' acaba engendrando práticas sociais' *modos de viver*(+) práticas sociais(+)' né'(SLMU – DC2006)

No exemplo (52), o orador utiliza uma expressão que julga mais conhecida para definir a expressão *práticas sociais*. Como podemos atentar, a utilização de uma expressão equivalente para explicar e definir uma outra expressão não é recorrente nesse tipo de

discurso, já que, em se tratando de um professor, ou mesmo de um aluno de Pós-graduação, eles sentem uma necessidade maior de detalhamento dos termos, especialmente, quando os seus discursos são direcionados a alunos, como é o caso.

O uso de explicações definidoras com função de exemplificação ocupou a terceira posição de preferência em ambos os discursos. No entanto, nos discursos científicos, segundo vimos, o orador teve uma maior necessidade de utilizar essa estratégia, uma vez que ela introduz no texto dados factuais que auxiliam a identificação do objeto definido, tal como nos exemplos que seguem:

(53) (...) entre os conceitos ah que a metáfora explica nós temos o que” conceitos abstratos *como o tempo’ estado’ mudanças’ causalidade’ propósito’*(...)(SLAC – DC2006)

(54) (...) a teoria da metáfora conceitual (+) os nossos sistemas lingüísticos manifestados em formas gramaticais(+) *como por exemplo’ as preposições’ conjunções’ morfemas e até mesmo tempo e aspectos verbais etc’ né”* (SLAC – DC2006)

Nos exemplos (53) e (54), vemos que a exemplificação faz uma enumeração de termos que se integram na significação dos termos definidos, ampliando o que foi dito. Esse tipo de definição assemelha-se a definição por extensão de Aristóteles. Uma vez que se tratam de discursos científicos que cumprem objetivos didáticos e pedagógicos, a utilização de exemplos para definir pode, além de facilitar a identificação de um referente, dar um aporte de informações novas sobre ele. (cf. NOGUEIRA, 1999),

Em relação ao uso de explicação definidora com função de exemplificação nos discursos políticos, só tivemos, como observado, uma ocorrência. Nesses tipos discursos, os oradores não sentem a necessidade de recorrer a exemplos para definir. Eles são utilizados como um simples adendo, tal como ocorre no exemplo (55):

(55) o que nós estamos vendo nessas eleições algo que já foi citado por vários parlamentares’ é uma derrama de dinheiro em muitos municípios do Ceará’ é verdade que a atual legislação eleitoral ao proibir brindes’ camisetas’ bonés’ outdoor’ essa legislação diminuiu o custo das eleições’(+) (84AR-PIIDP16/08/2006)

Em (55) temos uma exemplificação do termo *brindes* com uma função apenas de ilustração, uma vez que esse se trata de um termo familiar. Assim, não há a necessidade de

defini-lo, mesmo que seja com exemplos, posto que o ouvinte não tem problemas em compreender seu emprego nesse contexto de uso.

6.4. BREVE CONCLUSÃO DA ANÁLISE

A análise do uso das explicações definidoras nos discursos científicos e políticos nos revelou que:

a) em relação à frequência de uso da explicação definidora nesses discursos, tal recurso é utilizado, com muito mais frequência, nas conferências proferidas nos Seminários Lingüísticos (discurso científico) do que nos discursos oratórios da Assembléia Legislativa, uma vez que aqueles se tratam de discursos que visam, principalmente, a objetivos didático - pedagógicos, e, dessa forma, há uma necessidade maior de se definir os termos da área;

b) em relação aos aspectos sintático-semânticos, vimos que a complexidade léxico-sintática nas explicações definidoras se dá, essencialmente, por uma expansão, isto é, por uma unidade léxico e sintaticamente mais complexa. Essa expansão faz com que ocorra um deslocamento de sentido, sendo a unidade definida mais geral e a explicação definidora mais específica. A respeito do uso desse recurso em cada tipo de discurso, verificamos que, em ambos, se recorre a uma unidade definidora maior em complexidade léxica e extensão do que o termo ou expressão definida. Isso evidencia a necessidade do orador em tentar deixar o seu enunciado mais claro, facilitando a compreensão pelo interlocutor. Além disso, verificamos que, nos discursos políticos comparativamente aos científicos, são utilizadas com maior frequência as explicações definidoras com complexidade léxico-sintática menor, o que nos faz concluir que os políticos, ao retomar um termo, tendem a ser mais sucintos, provavelmente pelo fato de não terem o objetivo de construção de uma referência (ou de um conceito), mas de uma identificação de uma informação, em geral, já compartilhada.

Em relação à presença e ao tipo de marca de definição nas explicações definidoras concluímos, com a análise que, na maioria das vezes, não se usa uma marca verbal para introduzi-las. Dessa forma, tivemos poucas ocorrências dos outros tipos de marcas analisados, dos predicados identificadores e dos marcadores discursivos.

c) Quanto aos aspectos textual-discursivos, verificamos que a paráfrase como explicação definidora nos discursos científicos e políticos pode desempenhar múltiplas funções: a) explanação; b) utilização de palavra ou expressão equivalente; c) exemplificação. Observamos, também, que a função de explanação é mais recorrente nas explicações definidoras em ambos os discursos, mas com propósitos (efeitos de sentidos) distintos. Enquanto nos discursos científicos ela é usada com propósitos de que o interlocutor compreenda o enunciado, nos discursos políticos visam muito mais a construção de uma imagem axiologicamente orientada do objeto definido.

CONCLUSÃO

“A investigação de determinados elementos lingüísticos diretamente relacionados ao sujeito e, conseqüentemente, ao seu espaço/tempo de enunciação e ao enunciatário real ou potencial permite maior compreensão do discurso-enunciado, inclusive do gramatical”. (Dino Pretti, 2001, p.292)

Chegamos ao final de nossa investigação esperando que os propósitos tenham sido atingidos e que esse trabalho possa trazer contribuições às pesquisas sobre a explicação definidora e as estratégias de textualização de um modo geral.

Primeiramente, queremos destacar que, ao observarmos o uso da paráfrase como explicação definidora nos discursos científicos e políticos, verificamos que se trata de uma estratégia textual-discursiva, que cumpre, além do propósito de garantir a compreensão dos enunciados formulados, como propõe a maioria dos trabalhos sobre esse assunto, uma função argumentativo – atitudinal, uma vez que reflete as escolhas do orador segundo os propósitos visados por esse.

Dessa forma, a paráfrase com função de explicação definidora nos discursos científicos e políticos não está restrita apenas ao nível textual, como foi observada em trabalhos anteriores, vinculando-se também à construção da argumentação e aceitação da intenção ilocucional, além de sanar possíveis problemas de compreensão, posto que, como vimos, os discursos analisados são textos planejados de antemão e, assim, os possíveis problemas de formulação desses devem ser resolvidos durante a elaboração do texto e sem a presença do interlocutor. E mesmo eles se tratando de textos de modalidade híbrida o uso de tal recurso, típico da modalidade oral, foi recorrente.

No presente trabalho, discutimos o uso da explicação definidora nos *corpora* analisados, de um modo integrado, verificando as categorias de análises propostas, segundo os aspectos sintático-semânticos e pragmático-discursivos. A partir dessa análise, chegamos a alguns resultados que nos possibilitou responder aos seguintes questionamentos da pesquisa:

- 1) que diferenças há no uso de explicações definidoras em discursos científicos e políticos? Para responder a esse questionamento, que é mais geral, verificamos as seguintes questões específicas:

- 2) O tipo de discurso determina a frequência maior ou menor do uso da paráfrase com função de explicação definidora? Se determina por que determina?
- 3) Que relação há entre os dois tipos de discurso e a complexidade léxico-sintática no segmento reformulador?
- 4) Que tipos de marcas de definição são recorrentes em cada tipo de discurso e por quê?
- 5) Que tipo de definição predomina nos discursos científicos e políticos e por qual razão?
- 6) Quais os propósitos/efeitos de sentido observados no recurso a estratégias de explicação definidora?

Com a análise comparativa do uso da explicação definidora nos *corpora*, pudemos aferir que há uma recorrência maior desse recurso nos discursos científicos, uma vez que em tais discursos têm-se uma maior necessidade de explicar, esclarecer, precisar termos ou expressões técnicas. É relevante lembrar aqui que os discursos científicos analisados são Seminários Lingüísticos e têm como público os alunos da graduação em Letras, ou seja, ocorrem em uma área de atuação determinada, tratando-se de discursos especializados. Assim, o orador está sempre definindo termos da área para facilitar a compreensão dos alunos e, dessa forma, contribuir para a formação intelectual destes. Além disso, devido ao alto grau de densidade dos discursos científicos há uma maior preocupação em definir os termos em virtude do propósito metalingüístico e metadiscursivo de garantir precisão e adequação conceitual.

Nos discursos políticos proferidos na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, a explicação definidora é utilizada muito mais com o propósito de persuasão, como uma estratégia que auxilia o convencimento, a adesão à tese do orador. Nesses, não há uma assimetria, uma diferença significativa no nível de informações que justifique o uso recorrente de explicações definidoras, tal como acontece com o discurso científico, sobretudo o de natureza pedagógica.

Ademais, a pesquisa nos mostrou que o uso da explicação definidora se dá em ambos os discursos, mais frequentemente, por meio de uma complexidade léxico-sintática maior que o elemento definido, por meio de uma expansão, isto é, uma unidade léxico e sintaticamente mais complexa, sendo que nos discursos científicos, a complexidade léxico - sintática cumpre, principalmente, a função de esclarecer e detalhar o termo ou expressão definida, enquanto que

nos discursos políticos o objetivo do uso de tal recurso é, primordialmente, a adequação dos termos.

Em relação à frequência do uso de uma menor complexidade léxico-sintática, a análise mostrou que no discurso político a presença de uma explicação definidora por meio de uma menor complexidade léxico-sintática é maior, já que não há a necessidade de construir conceitos como no científico, mas, apenas, reativá-lo.

Sobre a presença e ao tipo de marca de definição vimos que, em geral, a explicação definidora, tanto nos discursos científicos quanto nos discursos políticos, apresenta-se sem nenhuma marca formal de reformulação, mediante expressões apositivas, ou seja, ocorre quando os elementos em aposição estão em unidades de informação separadas, o que é indicado, no caso das explicações definidoras do *corpus*, por uma pausa ou mudança de unidade tonal. Isso significa que o orador quando visa explicar, definir, algum termo ou expressão, utiliza-se de uma paráfrase que expande o conteúdo da unidade definida sem nenhuma marca verbal de definição que explicita essa utilização.

Vale ressaltar que nos *corpora* analisados algumas poucas vezes apareceram precedendo a explicação definidora predicados identificadores, tais como os verbos *ser*, *significar* e, ainda em menor número de ocorrência que esses, marcadores de definição, tais como *isto é*, *ou seja*, *quer dizer*.

Além da discussão dessas questões numa perspectiva funcional, na qual o uso da explicação definidora foi observado segundo a função que ela desempenhou em seu contexto de uso, é relevante lembrar o fato de que, em nossa investigação, apresentamos uma proposta tipológica dos usos dessas estratégias de reformulação conforme ocorreram no *corpus* da pesquisa. Com o objetivo principal de ilustrar esse uso, concebemos para a paráfrase como explicação definidora três funções textual-discursivas:

- a) a função de **explicação**, na qual a explicação definidora fornece uma explicação, uma descrição ou uma justificativa daquilo que se define. Geralmente, utiliza-se uma estrutura mais elaborada de definição para estabelecer a relação de equivalência semântica e alcançar propósitos metalingüísticos e metadiscursivos;
- b) a função de **utilização de palavra ou expressão equivalente**, em que nela se apresenta um termo ou expressão equivalente comumente mais conhecido, podendo ser um sinônimo da expressão definida; e

c) a função de **exemplificação**, em que a reformulação define apresentando exemplos que se encaixam no conteúdo da expressão definida. Trata-se de uma enumeração aberta de conteúdos incluídos no sentido da expressão definida.

Em relação às funções textual-discursivas desempenhadas pelas explicações definidoras nos discursos científicos e políticos observamos que elas ocorrem com propósitos diferentes em cada tipo de discurso: nos Seminários Lingüísticos a função de explanação aparece menos axiologicamente marcada, cumprindo o objetivo pedagógico de auxiliar a compreensão por parte do enunciatário do que foi proferido, já nos discursos oratórios essa função atribui um juízo de valor, expressa crenças e opiniões a respeito do que define.

A utilização de palavra ou expressão equivalente é mais recorrente nos discursos políticos do que no científico, uma vez que é mais apropriado ao político remeter-se de forma sucinta a utilizar definições mais longas, posto que a utilização desse tipo de definição por parte desse orador pode subestimar o conhecimento de mundo de sua audiência. Assim, é comum nos discursos político a utilização de siglas ou acrônimos para especificar o sentido do termo ou da expressão que se define. Já nos discursos científicos, a utilização de uma palavra ou expressão equivalente não é recorrente, já que há uma maior necessidade de explicar e detalhar termos, uma vez que se trata de discursos proferidos por professores para alunos e quando se utiliza a definição com tal função, ela é feita por meio de sinônimos da expressão definida.

A exemplificação, por auxiliar a identificação do objeto definido introduzindo dados factuais, é mais recorrente nos discursos científicos do que nos políticos, posto que cumprem objetivos didáticos e pedagógicos. Nos discursos políticos essa função é utilizada apenas de ilustração do termo ou expressão definida.

Esperamos, com essa pesquisa, termos alcançado os objetivos propostos e contribuir para os estudos nessa área de atuação, assim como direcionar um novo olhar sobre a explicação definidora, considerada por nós como uma estratégia textual-discursiva, observando sua utilização em situações concretas de interação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHÉLOZ, D. & REICHLER-BÉGUELIN, M. Construction de la reference et stratégies e designation. *TRANEL (Travaux neuchâtelois de linguistique)*, 1995, n.23, pp. 227-271.

BACH, Carme. La equivalência parafrástica em los textos especializados em vista de la detección de información paralela. *In: CABRÉ & FELIX . La terminologia científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semântica.* Barcelona, UPompei Fabren, 2001.

BAKHTIN, M (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo, Huicitec, 1989.

BARROS, Diana L. P. Procedimentos de reformulação: a correção. *In: PRETTI, D (org). Análise de textos orais* (projeto NURC/SP). São Paulo, FFLCH/USP, 1993.

_____. Enunciação e língua falada. *In: PRETTI, D (org). Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino.* São Paulo, Cortês, 2001.

BROWN, P. Levison, S. **Politeness.** Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

CARVALHO, E. P. **Os marcadores metadiscursivas em textos didáticos especializados: um estudo em corpora em língua alemã.** Dissertação de mestrado. Fortaleza, 2005, 114p.

CIAPUSCIO, Guiomar E. **Textos especializados y terminologia .** Barcelona, Institut universitar de lingüística aplicada universidatat Pompeu Fabra, 2003

CORACINI, M. J. R. F. Onde o Discurso Científico ‘se aproxima’ do discurso político. *In: Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência.* 1ª ed. Campinas, Pontes, 1991. pp.41-46.

DIK. C. S. **The Theory of Funcional Grammar.** Vol. 1. ed by Hengeveld (Kees) Berlin/ New York: Mounton de Gruyter, 1997a.

DAPENA, J. A. Porto. **Manual de técnica lexicográfica.** Madrid, Arco/ Libros, S/A, 2002.

DILLINGER, Mike. **Forma e função lingüística.** D.E.L.T.A. São Paulo, 1991, v.7, n. 1, pp. 395-407,

FÁVERO, Leonor Lopes e. KOCH, Ingedore G. V. **lingüística Textual: introdução.** 7ª. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

FRASER, B. An approach to discourse markers. *In: Journal of pragmatics*, 14. Nostholland, 1990, pp. 383-395.

FUCHS, Catherine. A paráfrase lingüística – Equivalência, sinonímia ou reformulação? Produção de João Wanderley Geralda - **Cadernos de estudos lingüísticos** número 8, Campinas, 1995, pp 129-134.

GOFFMAN, E. **Interaction ritual: essays on face to face behavior**. New York, Garden City, 1967.

GOUVEIA, Carlos A. M. Pragmática. *In: FARIA, I. H. ; PEDRO, E. R.; DUARTE, I.; GOUVEIA, C.A.M. (orgs). Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa, Caminho, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e História. *In: Guimarães, E. (org.) História e Sentido na Linguagem*. Campinas, Pontes, 1989.

HALLIDAY, M.A.K. **An introduction to functional grammar**. London, Edward Arnold,, 1985.

HEINE, B. CLAUDI, U. e HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago, University of Chicago Press, 1991.

HENGENBERG, Leônidas. **Definições: termos teóricos e significado**. São Paulo, Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

HILGERT, J. G. **A paráfrase- um procedimento de constituição do diálogo**. Tese de doutorado. São Paulo, 1989, 461p.

_____. Procedimento de reformulação: a paráfrase. *In: PRETTI, D. (org). Análise de textos orais* (projeto NURC/SP). São Paulo, FFLCH/USP, 1993.

_____. A paráfrase em situações de interação explícita. *In: Revista Letras &letras* - volume 11 - número 1 – jan/jun, 1995.

_____. As paráfrases na construção do texto falado. *In: KOCH, I. G. V.(org)Gramática do português falado VI*. Campinas, FAPESP/ Unicamp, 1996, pp.131-147.

HOPPER, P. J. e TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

ILARI, Rodolfo e GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. 10ª, edição. São Paulo, Ática, 2004.

JUBRAN, Clélia A. S. et al. Funções textuais-interativas dos parênteses. *In: NEVES, M. H.M. Gramática do português falado VII: Novos estudos*. São Paulo, Editora da Unicamp, 1999, pp. 131-158.

KOCH, Ingedore V. **O texto e a construção dos sentidos**. 2. ed. São Paulo, Contexto, 1998.

_____. **Argumentação e linguagem**. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1987

_____. Ingedore G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo, Cortez, 2002.

LEMME, L, M. **Dimensión argumentativa del discurso político**. Tesis de Maestría. Buenos Aires, Universidad de Belgrano, 2001, 40p.

MALDIDIER, D. O discurso político e a guerra da Argélia. *In: ORLANDI, E. (org). Gestos de leitura – da história no discurso*. 2ª edição. Campinas, EDUNICAMP, 1997, cap. 7.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. São Paulo, Ática, 1986.

_____. Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções. *In: CASTILHO, A. T. (org). Português culto falado no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989, pp. 1-7.

MARTELOTTA, M. E. VOTRE, S. J. e CEZÁRIO, M. M. O paradigma da gramaticalização. *In: MARTELOTTA, M. E. VOTRE, S. J. e CEZÁRIO, M. M. Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, pp. 45-75

MEYER, C. F. **Apposition in contemporary english**. New York: Cambridge University Press, 1992.

MOGOLLÓN, M. G. I. Paradigma científico y language especializada. **Revista de la Facultad de Ingeniería de la U.C.V.**, Vol. 18, N° 3, pp.5-14, 2003

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

_____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NICHOLS, J. Functional theories of Grammar. *In: Annual Review of Anthropology*. V. 43, 1984, p. 77-117.

NOGUEIRA, Márcia T. Uma análise do mecanismo de reformulação em textos orais, em Estudos Lingüísticos XXVIII. *In: Anais de Seminários do Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo*, Bauru, 1999a, pp. 571-576

_____. **A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil.** Tese de doutorado. UNESP-Araraquara-SP, 1999b, 240p.

_____. O emprego de construções apositivas como estratégia de formulação textual. *In: Boletim da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)*. Fortaleza, 2002, pp. 576-579.

_____. Aposição: inserção parentética? *In: Anais do III ECEL*: Fortaleza, INESP, 2003, pp. 79-82.

_____. As expressões isto é, ou seja e quer dizer. *In: NEVES, Maria H. M. (org). Descrição do português: definindo rumos de pesquisa.* Araraquara-SP, Laboratório Editorial/UNESP-Araraquara/Cultura Acadêmica Editora, 2001, pp. 37-47.

OLIVEIRA, Alan Jardel de. **Variação em itens lexicais terminados em /l/+vogal na região de Itaúna/MG.** Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

PARRET, Herman. **A estética da comunicação: além da pragmática.** Tradução de Roberta Pires de Oliveira. Campinas, São Paulo, editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In: GADET, F. E HAK, T. Por uma análise automática do Discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* Campinas, EDUNICAMP, 1987, cap. III, parte I, pp. 61 – 8.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** Tradução de Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

PLATÃO, F. S. & FIORIN, J. L. O discurso dissertativo de caráter científico. *In: Para entender o texto: leitura e redação.* São Paulo, Ática, 2000, pp.309-317.

PONTES, A. L. Mecanismos de explicação em dicionários escolares. **Tópicos em Lexicologia. Lexicografia e Terminologia** (orgs) ARAGÃO, M. S. S.; PONTES, A. L.; FARIAS, E. M. Fortaleza, UFC, 2006.

PORTOLÉS, José Lázaro. Los marcadores del discurso. *In: Bosque, Ignacio / Demonte, Violeta (eds.): Gramática descriptiva de la lengua española.* Madrid: Real Academia Española, Espasa Calpe, 1999.

QUIRK, R. et al. **A comprehensive grammar of the english of language.** London, New York, Longman, 1985.

RISSO, M. S. SILVA, G. M. O. e URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores.
In: KOCH, I. G. V. (org). Gramática do português falado, vol. VI. Campinas, Editora da Unicamp/FAPESP, 1996, pp. 21-94

VICENT, D.VOTRE, S. e LAFOREST, M. Grammaticalisation et post-grammaticalisation.
In: Langues et Linguistique, n° 19, 1993, pp.71-103.

ANEXOS

ANEXO I – ADAPTAÇÃO DAS NORMAS DO NELFE – UFPE.

Para as transcrições dos *corpora* dessa pesquisa adaptamos as normas propostas por Marcuschi (1986), como segue no quadro abaixo:

Normas para Transcrição

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO*
Incompreensão de palavras ou segmentos	(incompreensível)	naturalmente eu penso fazer (incompreensível) funciona dessa forma é vou me mudar praquela comunidade
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	quer dizer eu sou a tal eu sou' (eu sou metida mes:mo eu vou encarar mesmo) é::
Truncamento	/	quer dizer você não pode dizer mui/deMAIS NEM DE MENOS'
Entoação enfática	maiúscula	melhor'NÃO
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	é:: um trabalho'
Silabação	- - - - -	não estou en-xer-gan-do
Interrogação	"	o que é uma perspectiva etnográfica"
Pausa curta, como uma vírgula ou ponto e vírgula	,	isso' nesse sentido sim' ah: nesse sentido você tá vendo a etnografia'
Pausa longa	até 2,5 segundos(+), mais de 2,5 segundos (++)	(+) a deputado estadual' federal' senador' governador' presidente promete trabalhar sobre a educação" (++)
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((risos))

Indicação de que a fala interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	<i>itálico</i>	<i>Nessa terra Senhor eh chã e mui formosa...</i>
Pausas preenchidas	Ah, oh, ih, ahã, etc	eh eh bom' eh
Letras, sílabas ou palavras repetidas	repete-se o número de vezes pronunciado	como o o o o substantivo'

* Exemplos retirados dos *corpora* da pesquisa.

Observações:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios, para siglas ou para acrônimos (USP etc.)
2. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
3. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:::.... (*alongamento e pausa*).
4. Não se indica superposição, simultaneidade de vozes
5. Algumas palavras estão como ocorrem na fala: né, tá, pra.

ANEXO II – O PACOTE COMPUTACIONAL VARBRUL

Para a análise do uso da explicação definidora nos discursos científico e político utilizamos o pacote computacional Varbrul (checktok, readtok, makecell/make3000, crostab, cros3000). O software Varbrul, criado por Cedergren e Sankoff no início da década de 70 (cf. Oliveira, 2006), constitui-se de um conjunto de dez programas especializado para análise estatística de variáveis lingüísticas que fornece resultados percentuais ao pesquisador. Tais resultados auxiliam a interpretação quantitativa e qualitativa, uma vez que oferece uma maior precisão nos cálculos.

Vale ressaltar que para nossa análise só foram utilizados os programas citados, já que o objeto de investigação não é uma variável.

Vamos sintetizar abaixo os passos seguidos na utilização do Varbrul:

1º. Passo: com as fichas de ocorrências já prontas e individualmente analisadas criamos uma codificação de quatro letras para a identificação das categorias de análise, como por exemplo: **mheP** – maior expansão léxica; nenhuma marca de definição; função de explanação; discurso político. Vejamos os grupos de fatores analisados:

I – Tipo de discurso

C – discurso científico

P – discurso político

II – Tamanho da expansão léxica

m – maior

n – menor

i – igual

III – Marcas de definição

r – marcador

p – predicado de estado

h – nenhuma marca

IV – Tipos de explicação definidora

e – explanação

x – exemplificação

u – utilização de palavra ou expressão equivalente

Em seguida, acessamos o Varbrul no Dos seguindo o comando: **cd varbrul**.

2°. Passo: criamos um arquivo de dados para a digitação dos dados. É a partir desse arquivo que são lidos os dados:

Q kle. dat (nome do arquivo).

(

mheP

nrxP

)

Depois salvamos o arquivo pedindo **Esc** e **save** e saímos utilizando **quite all file**.

3°. Passo: Criamos um arquivo de especificações **q kle.esp**. É nesse arquivo que organizamos as variáveis. Primeiramente a variável dependente, o tipo do discurso, uma vez que é em relação aos discursos que as demais variáveis serão quantificadas.

Exemplo

4 (refere-se a posição colocada as letra C e P, os tipos de discurso)

d

mni (1°. Grupo: expansão léxica)

nil

rph (2°. Grupo: marcas de definição)

nil

exu (3°. Grupo: tipos de explicação definidora)

nil

CP (tipos de discurso)

Salvar e sair

4°. Passo: Utilizamos o arquivo **checktok** para identificar os erros cometidos durante a digitação dos dados.

checktok

f

kle.esp – arquivo utilizado como base para a leitura e correção dos dados

kle.dat – arquivo de dados a ser lido

kle.oco – nome do arquivo que serão colocados os dados lidos

Se houver erros, o arquivo vai identificar a quantidade e a posição de cada um deles.

Antes de continuar deve-se voltar ao arquivo de dados e corrigí-los.

5°. Passo: criamos o arquivo de leitura dos dados.

readtok

kle.oco- nome do arquivo que serão colocados os dados que irão ser lidos.

kle.oco – nome do arquivo a ser lido

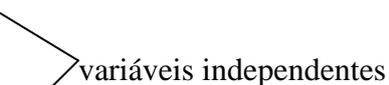
6º. Passo: criamos um arquivo de condição para identificar em relação a que variável deve ser feita a análise.

q kle.con – nome do arquivo de condições

(

Enter

(4) - variável dependente

(2)  **(3)** variáveis independentes

(1)

)

Gravar e sair.

7º. Passo: Usamos o makecell (make3000), programa que nos informou as porcentagens de cada variante independente em relação as dependentes.

make3000

kle.oco – arquivo submetido ao makecell

kle.cell – nome do arquivo que vai sair os dados

corpora dos discursos – nome do arquivo de identificação da listagem das porcentagens

kle.con – arquivo de condições

enter

COM ISSO, TEMOS OS RESULTADOS EM PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA DE CADA CATEGORIA DE ANÁLISE EM RELAÇÃO AOS TIPOS DE DISCURSO.